EDUCAÇÃO em linha
A Revista que mostra como o Brasil se tornou Brasil
Rio de Janeiro - Ano V nº 16

Das ilhas para o Continente-Brasil

Desenho de Helio Brasil

Antero e Pessoa: um convívio ambíguo com a Morte
Bethencourt da Silva, o açoriano-carioca ✠ A poesia de Vitorino Nemésio
A Madeira na escrita de Horácio Bento de Gouveia
O açúcar nas Ilhas do Atlântico – séc. XV e XVI ✠ Os Açores e o Brasil
Porto Alegre dos Casais ✠ Arquipélago dos Açores e Litoral Catarinense
Simplício, um pintor cabo-verdiano no Brasil

Abril - Junho/2011

EDUCAÇÃO em linha

Ano V n.º 16 – ABRIL- JULHO/2011
www.educacaoemlinha.com.br

EDITORES
John Wesley Freire e Helenice Valias

DIAGRAMAÇÃO E TRATAMENTO DE IMAGENS
Angela Duque

ILUSTRAÇÃO E LOGOMARCA
Antonio Silvério Cardinot de Souza

ILUSTRAÇÃO
Rafael Carneiro Monteiro

CONSELHO EDITORIAL
Antonio Olinto (*in memoriam*)
Carlos Lessa
Carlos Nejar
Cecilia Costa Junqueira
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Evanildo Bechara
Haroldo Costa
Laura Sandroni
Lucia Helena
Nireu Cavalcanti
Roberto Corrêa dos Santos

AGRADECIMENTOS

Aos autores Afrânio Coutinho (*in memoriam*), Alexei Bueno, Carlos Nejar, Cáscia Frade, Cecilia Costa Junqueira, Cleonice Berardinelli, Esther Caldas Bertoletti, Godofredo de Oliveira Neto, Helio Brasil, Idalina Andrade Gonçalves, Jacir J. Venturi, Jean-Michel Massa, Joaquim Romero Magalhães, Joi Cletison, Laura Bitarelli Reboulet, Laura Sandroni, Leonardo Dantas Silva, Marley Silveira Poletto, Nireu Cavalcanti, Noeli Dutra Rossatto, Thierry Proença dos Santos e Véra Lucia Maciel Barroso, pela gentil cessão de seus textos. A Helio Brasil, pelo belo desenho da capa; a José Luís Ávila da Silveira (*Luissilveira*), pela reprodução das muitas fotos de sua autoria, bem como as de Abel Zeferino, Dietrich Bartel, Éric Picheral, Francisco Emolo, Joi Cletison, Maria Regina Santos de Oliveira, Markus Bernet, Maros, Rene Hass, Ricardo André Frantz e Ricardo Brum, que plasticamente materializaram a riqueza cultural dessas ilhas do Atlântico.

Às instituições: ABL, Império do Divino Espírito Santo do Catumbi, Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, Real Gabinete Português de Leitura, e às editoras Batel, Calendário de Letras, Companhia das Letrinhas, Global e Imago, pela contribuição a este número.

A Carlos Lessa, que nos inspirou a temática da edição; a Álvaro Mendonça, André Saman, Antonio Gomes da Costa, Eduardo F. Coutinho, Ernani Bayer, Filomena Maria da Silva Barcelos, Françoise Massa, Guilherme Loureiro, Ione Teresinha de Carvalho, Jacqueline Penjon, Luiz Antônio de Souza, Mariana Mendes, Miriam Jacobson, Paulo Lobão, Raquel Poletto Angulsky, Solange Trevisan, Tiago Rosas e a todos os que colaboraram para o êxito desta edição.

Os conceitos emitidos representam unicamente as posições de seus autores. Permitida a transcrição, desde que sem fins comerciais e citada a fonte.
Registros na Fundação Biblioteca Nacional n.os 491.096 a 491.101
Registro no INPI e no ISSN em andamento.

Contato com os editores: *educacaoemlinha.1@gmail.com*

SUMÁRIO

3 Editorial
4 Fala, leitor
5 Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, o açoriano-carioca
8 As marcas indeléveis do *bullying*
9 Cecília Meireles
14 Antero e Pessoa: um convívio ambíguo com a Morte
18 A vida misteriosa de Maria Leopoldina, mãe de Machado
21 Machado de Assis e a Teoria do Molho
23 A poesia de Vitorino Nemésio, uma seleta
25 Teófilo Braga & Ana Maria Machado: uma história da tradição oral em duas versões
27 A escrita de Horácio Bento de Gouveia: lugares, ícones e tipos humanos da Ilha da Madeira
30 Das ilhas para o Continente-Brasil
33 O açúcar nas Ilhas do Atlântico – séculos XV e XVI
38 Os Açores e o Brasil
41 Uma ilha chamada Terceira
44 Portugueses continentais e insulares no Rio Grande do Sul
46 Porto Alegre dos Casais
49 Arquipélago dos Açores e Litoral Catarinense – século XVIII a XXI
51 Ser português no Brasil
53 Império do Divino, Joaquim de Fiore e Açores
55 Simplício, um pintor cabo-verdiano no Brasil
58 Projeto Resgate Barão do Rio Branco: manuscritos sobre a História Luso-Brasileira
61 *Antero de Quental*, melhores poemas / *Cecília Meireles*, melhores crônicas
62 *Contos tradicionais açorianos de Teófilo Braga* / *Machado em miniatura*
63 *Marcelino*
64 Dia mundial do Meio Ambiente
65 Monteiro Lobato: releituras...
67 Brasil: o mistério do nome e as ilhas do Atlântico

EDITORIAL

Das vulcânicas ilha atlânticas – a *Macaronésia* ou *Ilhas Afortunadas*, testemunhas do desaparecimento da lendária Atlântida, segundo Platão, e ocupadas pelos portugueses no séc. XV, trazemos a contribuição dos ilhéus "portugueses" à nossa cultura. Esta confusão sobre nacionalidades é comum nos impérios coloniais: os brasileiros antes da Independência eram "portugueses", sírios e libaneses eram "turcos", até 1919...

Nossa História raramente se refere aos naturais de Açores, Madeira e Cabo Verde, este independente em 1975, por considerá-los portugueses. Entretanto, suas contribuições foram significativas no país: usos, costumes, instituições, crenças, capitanias hereditárias, cultivo da cana, produção do açúcar, escravidão negra, festas do Divino e... até pé-de-moleque! Nesta edição, autores *d'aquém* e *d'além-mar* descortinam um pouco a saga desses ilhéus.

Os Açores e suas ilhas está presente nas contribuições de três membros da ABL: Cleonice Berardinelli, em *Antero e Pessoa: um convívio ambíguo com a Morte*, coteja a poesia do micaelense de Ponta Delgada e a do lisboeta, tão caro aos brasileiros. O poeta Nejar apresenta pequena seleta d' *A poesia de Vitorino Nemésio*, natural da Ilha Terceira. Homenageando Afrânio Coutinho, de quem se comemora o centenário, interessante excerto de sua obra: *Machado de Assis e a Teoria do Molho*. Cecilia Costa Junqueira busca desvelar *A vida misteriosa de Maria Leopoldina, mãe de Machado,* açoriana, ao passo que Alexei Bueno expõe a magistral poesia de uma neta de açoriana: *Cecília Meireles*. Por sua vez, Laura Bitarelli compara as narrativas picarescas de "O caldo de pedras", do micaelense Teófilo Braga, e "Pedro Malasartes e a sopa de pedra", de Ana Maria Machado*: uma história da tradição oral em duas versões.*

Das ilhas, Thierry Proença dos Santos mergulha n' *A escrita de Horácio Bento de Gouveia: lugares, ícones e tipos humanos da ilha da Madeira*, transportando-nos ao universo narrativo do homem insular.

De Portugal, Joaquim Romero Magalhães contribui com *O açúcar nas Ilhas do Atlântico – séculos XV e XVI*. Daqui, Leonardo Dantas Silva, valendo-se de fontes primárias, traça o roteiro *Das ilhas para o Continente-Brasil*, tema desta edição, e Cáscia Frade mostra o que é *Ser português no Brasil.* Idalina Gonçalves, oriunda da Ilha Terceira, relaciona *Os Açores e o Brasil*, que Helio Brasil traduz no belo desenho da capa e recupera afetivamente em *Uma ilha chamada Terceira*. Ampliam-nos o conhecimento histórico artigos dos catarinenses Noeli Dutra Rossatto, com *Império do Divino, Joaquim de Fiore e Açores*, e Joi Cletison Alves, com *Arquipélago dos Açores e Litoral Catarinense – século XVIII a XXI*, e os das gaúchas Véra Lucia Maciel Barroso, tratando dos *Portugueses continentais e insulares no Rio Grande do Sul*, e Marley Silveira Poletto contando a origem de *Porto Alegre dos Casais.*

Nireu Cavalcanti surpreende, revelando o arquiteto que, no séc. XIX, incluía pobres e mulheres entre os que tinham direito à educação: *Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, o açoriano-carioca*!

Da França, Jean-Michel Massa, que desvendou a juventude de Machado em notável estudo, lembra *Simplício, um pintor cabo-verdiano no Brasil*, discípulo pouco conhecido de Debret. Esther Caldas Bertoletti, com significativa contribuição historiográfica, apresenta o *Projeto Resgate Barão do Rio Branco: manuscritos sobre a História Luso-Brasileira.* Laura Sandroni, adepta da livre interpretação textual – e por que duvidar do senso crítico do leitor brasileiro? – comenta a preconceituosa moda do *politicamente correto* em *Lobato: releituras...*

Com a violência escolar em foco, Jacir J. Venturi analisa *As marcas indeléveis do bullying* e, noutro texto, comemora o *Dia mundial do meio ambiente*.

Resenhas vão situar melhor o leitor sobre as obras de Antero de Quental, Cecília Meireles, Teófilo Braga e Machado de Assis. E mais uma história, de Godofredo de Oliveira Neto, passada na Ilha de Santa Catarina, a "10.ª ilha dos Açores", impregnada da cultura açoriana.

Concluindo a 16.ª edição, em *Brasil: o mistério do nome e as ilhas do Atlântico*, a pesquisa nos conduziu a intrigantes descobertas – uma descrição no séc. I a.C. do que seria a terra brasileira, o nome Brasil figurando em ilha, em diversos pontos de mapas antigos, bem como num vulcão extinto da Ilha Terceira, Açores – o *Monte Brasil*, assim batizado antes de 1500!

Helenice Valias e John Wesley Freire
Editores

Montanha do Pico coberta de neve, na Ilha do Pico, vista da Ilha de São Jorge, ambas nos Açores. Foto: Luissilveira

Essa revista é das melhores coisas que vi nesse nosso triste e/ Estado do Rio de Janeiro. Desejo-lhes toda a sorte nessa empreitada.

Alexei Bueno, Rio

A revista ficou excelente, melhor do que nunca (...) Dei uma nota no meu blog. Acho que vocês deram uma grande contribuição (sem o saber) à próxima feira de Frankfurt, que terá o Brasil como tema. Acho que a revista vai ter uma divulgação ótima nessa área. Obrigado e parabéns!

Affonso Romano de Sant'Anna, Rio

Fico muito grato e muito honrado com a inclusão de uma resenha ou de um trecho de algum livro meu nessa fantástica publicação. Li alguns artigos do exemplar que trata dos índios e achei espetacular, uma pena que a Secretaria de Educação não tenha nível para compreender a importância dessa revista.

Alberto Mussa, Rio

Vou ler a nova edição da Educação em Linha com prazer, como sempre. Assim que a revista estiver no site, a divulgarei aos meus amigos professores e nas escolas onde leciono. Acredito no potencial, na capacidade de vocês se reiventarem e de manterem viva, atual e sempre atraente a revista que é de grande valia para o profissional de educação. Sei que nesse novo tempo a revista continuará sendo um sucesso.

Adriana Vilasboas do Espirito Santo, Niterói

Estão de parabéns! Realmente é uma revista primorosa, muito bem feita, de excelente conteúdo e de leitura agradável. As ilustrações, muito bem escolhidas. Os números que mandou são de grande interesse para qualquer professor e estudante, do ensino médio como do ensino superior (…) a revista é um excelente meio de divulgação da cultura brasileira. Ela seria de grande utilidade em todos os leitorados no exterior. Para um estudante estrangeiro que se forma em português essa revista é imperdível. Já passei a referência para todos os meus orientandos!

Jacqueline Penjon, Études portugaises et brésiliennes/Univ. de Sorbonne, Paris III

Vou ler com cuidado, mas já vi pelos títulos dos artigos, pelo Editorial e pelo Fala, Leitor, que realmente é uma iniciativa que não pode parar pela importância como trabalho crítico-construtivo na Educação deste país, que não tem juízo nem nunca terá (como disse o Chico). Torço para que os meus caros amigos, professores verdadeiramente vocacionados, não desistam de ir à frente neste verdadeiro trabalho de resistência "à burrice do demônio" (Hélio Pellegrino). Parabéns!!!

Glaucia Dunley, Rio

Agradeço imenso a oferta da revista Educação em linha, que conheci, por acaso, a primeira edição, quando estava pesquisando há tempos os conceitos de "descobrimento/ encobrimento" a partir do texto-chave do filósofo Enrique Dussell. É uma belíssima revista em todo o sentido; e o facto de os textos serem relativamente curtos e de língua acessível faz com que se possa utilizar com alunos de nível intermediário e avançado, aqui na nossa faculdade. (…) A revista irá para a biblioteca do Departamento.

Ana Paula Ferreira Department of Spanish and Portuguese Studies/Univ. of Minnesota

A Revista Educação em Linha apresenta-se como um periódico de divulgação de temas culturais com informação segura, actualizada, e com grafismos muito atraentes e de bom gosto. Em tom desenvolto, alinha números temáticos com conteúdos culturais pertinentes e abordagens sempre estimulantes: a linguagem é clara, acessível, de grande correcção, ritmada, perfeitamente adaptada ao suporte informático – formatos textuais que funcionam como acepipes saborosos de temas, criando apetite para leituras mais demoradas em suporte tradicional de papel.(...) Quem tiver interesse em questões relativas à Cidadania Global, a Culturas Lusófonas, à Sociedade/História do Brasil e à Língua Portuguesa, encontra neste periódico uma fonte de conhecimento tão agradável quanto útil. Esta revista presta, sem dúvida, um grande serviço à divulgação dos valores culturais da Lusofonia.

Thierry Proença dos Santos, Univ. da Madeira

Muitíssimo grata pelo presentão que vocês deixaram aqui. Adorei. Olhando as publicações tão bem cuidadas, com temas interessantíssimos e importantíssimos no cenário da cultura brasileira, didáticas, enfim, tudo de bom, não consigo entender a razão do desinteresse por parte da Secretaria. Falta de verba sei que não é. O que terá havido? Verdadeiro enigma para mim.

Cáscia Frade, UERJ

É lastimável a SEEDUC/RJ suspender a edição e tirar do seu site uma revista informativa e educativa como a Educação em Linha, com pretexto de ser de "alto nível". Inadmissível imaginar que um Estado turístico que sediará as Olimpíadas e se prepara para receber a Rio + 20 ano que vem, Copa do Mundo em breve, ter uma visão como esta. O país precisa de boa educação e os leitores, leitura de alto nível, sim.(...) Senão, é o mesmo que dizer que os alunos pelos quais são responsáveis não merecem oportunidade e acesso ao conhecimento plural, são incapazes. Pior, ainda, tratar educadores e formadores de opinião como incompetentes. Parabéns, parceiros, por tão bela revista, lutamos pelo mesmo ideal.

Cristino Wapichana, Coord. Núcleo de escritores e Artistas indígenas/ INBRAPI

Foto: Maros

Sete cidades e os lagos gêmeos, Ilha de São Miguel, Açores

Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, o açoriano-carioca

NIREU CAVALCANTI

No dia 8 de maio de 1831, a passageira do navio *Novo Continente*, a açoriana Saturnina do Carmo Bethencourt da Silva deu à luz um menino, em águas fluminenses, perto de Cabo Frio. O pai chamava-se Joaquim José da Silva, carpinteiro, da longínqua Ilha Terceira, que vinha tentar a sorte na cidade do Rio de Janeiro.

Em águas de Cabo Frio/RJ

O açoriano-carioca recebeu o nome de Francisco Joaquim Bethencourt da Silva e foi batizado em 1835, na recém-criada Freguesia da Glória. Como imigrante pobre, o menino viveu e cresceu no Rio de Janeiro, conhecendo as durezas impostas pela urbe aos moradores das camadas menos favorecidas.

Superando as agruras, Francisco concluiu os estudos básicos, alcançou o nível exigido pela Academia Imperial de Belas Artes e ingressou, em 1845, no curso ministrado pelo famoso arquiteto Grandjean de Montigny, da chamada Missão Francesa, de D. João VI.

Os formados em arquitetura e engenharia nos cursos da Academia Imperial de Belas Artes e da Escola Militar do Rio de Janeiro tinham emprego certo em repartição pública. Assim, a partir de 1851, Bethencourt da Silva começou a trabalhar na Inspeção Geral das Obras Públicas do Ministério do Império, incumbido dos "Desenhos". Através dessa atividade, o jovem arquiteto inseriu-se na elite política, cultural, técnico-científica e econômica dominante na província do Rio de Janeiro, especialmente na Corte. Além de projetar-se no setor público, já capacitado a "aprontar quaisquer trabalhos de arquitetura e topografia", buscou atuar no particular, anunciando no *Almanack Laemmert* de 1854.

Passo importante para a respeitabilidade profissional de Francisco foi seu ingresso, 1859, como professor interino de desenho na Academia Imperial das Belas Artes e adjunto, na Escola Central (antiga Escola Militar). Ser professor de tais instituições significava reconhecimento à capacidade técnico-científica e, acima de tudo, angariar admiração e reverência da sociedade e do Estado. Em 1870, alcançou o privilegiado cargo de arquiteto honorário da Casa Imperial e, assim, à elite cultural e científica no Rio de Janeiro.

Na sociedade oitocentista fluminense para merecer respeito, eram regras: ter vida familiar exemplar, exercer sua profissão com sapiência e honestidade e, sobretudo, participar de organizações voltadas para o bem comum, de forma altruísta e sem remuneração. Exigia-se verdadeira doação individual à sociedade, principalmente aos mais desfavorecidos e aos interesses maiores da Nação. Dedicação, espírito de liderança, projeção pública e tempo disponível eram elementos necessários à ascensão em cada organização coletiva. Bethencourt da Silva preencheu todos os requisitos. Em 1854, aparece como filiado e em posto de destaque na sociedade *Gymnasio Brasileiro*, fundada em 12/10/1848, para "estudar e propagar as letras". Participava, ainda, da redação da *Voz da Juventude*, revista da entidade, como 2.º secretário.

Prestigiado e com amplo círculo de amizade com pessoas de destaque, mobilizou noventa e nove delas para criar a *Sociedade Propagadora das Belas-Artes* em 23/11/1856, inaugurada em janeiro seguinte, a fim de:

> *promover o desenvolvimento e perfeição das Belas Artes em todo o Império, por meio do ensino prático e teórico em um Liceu de Artes e Ofícios, para isso instituído e sustentado por ela, cujo curso começa anualmente a 9 de janeiro pela publicação de uma revista, O Brasil Artístico, pelas exposições e concursos públicos em que se conferirão aos autores dos melhores trabalhos exibidos.*

A primeira diretoria com 63 membros, titulares e suplentes, teve como presidente o Conselheiro Euzébio de Queirós Coitinho Matoso Camara e dois vice-presidentes, o Dr. Manoel de Oliveira Fausto e o Dr. Domingos Jacy Monteiro. Bethencourt da Silva, fundador da instituição, era primeiro-secretário perpétuo.

Foto anônima, s/ data

Sociedade Propagadora das Belas-Artes, demolida, que se situava na Rua Treze de maio, perto do Largo da Carioca

O Liceu de Artes e Ofícios seguia a proposta pedagógica do seu criador: a educação técnica através das artes, e voltada à população pobre e trabalhadora. Os cursos do Liceu eram gratuitos, diurnos e noturnos para alunos do sexo masculino, exclusividade encerrada em 1881, com abertura de cursos para as mulheres, motivo de orgulho de seu fundador, que expressou essa alegria no poema "A Porta do Liceu":

Entrai, meninas... o Liceu é templo,
O trabalho também é oração;
Entrai, sacerdotisas do progresso.
Vós sois da Pátria... a Nova legião.

Na Escola do povo, entrai, meninas...
Aqui se vive à luz dos entendimentos.
Nos altares da Arte, crepitantes,
Só valem as belezas do talento.

Entrai aqui, mimosas peregrinas...
Vossas frontes de louros adornai;
Vinde, ditosas noivas do futuro,
A Pátria em vós confia... Estudai.

O Liceu de Artes e Ofícios foi a mais importante instituição educacional particular voltada à população trabalhadora e pobre do Rio de Janeiro. O grandioso benefício se expressa nos 94.544 alunos entre 1882 e maio de 1901, segundo Álvaro Paes de Barros. Desse número, "39.146 eram crianças, 36.919 homens e 18.479 mulheres", verdadeira revolução do ensino técnico e artístico do século XIX e inclusão da mulher pobre à educação.

Foto: Marc Ferrez, s/d

Sede do CCBB no Rio (2.º prédio à direita), antes de adicionado o 3.º andar e a cúpula

Bethencourt exerceu – de 1902 até falecer – o importante cargo de diretor do Arquivo Público Nacional, atual Arquivo Nacional, dando início à divulgação de seu acervo.

A CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA BETHENCOURT DA SILVA

Aos 22 anos, a paixão dele se apossou, e Bethencourt decidiu constituir família com Maria Carolina Ferreira Pires. Biógrafos pouco informam sobre ela, e a certidão de casamento é sumária. A cerimônia ocorreu na residência de João Antonio de Segadas Viana, na freguesia da Glória a 2/5/1853, com licença especial da Igreja, por Maria Carolina estar enferma. Dias após o casamento, contudo, registrou-se (23/08/1853) na freguesia de São José o falecimento de D. Maria Carolina Ferreira Pires Bethencourt da Silva.

Bethencourt sofreu muito com a perda e só se casou novamente em 1.º/7/1877, com Etelvina Frazão, filha de Manoel dos Santos Frazão e Emília Madureira Frazão. Coincidentemente, o casamento se deu na casa da noiva, por ela estar "gravemente enferma"! Desse casamento nasceram e foram batizados três filhos: Francisco (11/05/1879), que adotou o nome do pai, formou-se em direito e o substituiu na direção do Liceu; Etelvina (27/2/1882), que se casou com o advogado Teófilo Gonçalves Pereira, e Joaquim (08/5/1887), falecido ainda criança.

O IMPORTANTE LEGADO DE BETHENCOURT DA SILVA

Nenhum arquiteto ou educador do século XIX deixou perenizado, no Rio de Janeiro, patrimônio da importância educacional e da qualidade

arquitetônica e urbanística comparável ao de Bethencourt.

Hoje, apesar de demolidas muitas de suas obras, ainda temos o privilégio de percorrer o "Caminho Bethencourt da Silva", no Centro e nas Zonas Sul e Norte da cidade.

Foto anônima, s/ data

Boulevard 28 de setembro, Vila Isabel, Rio de Janeiro

No Centro, podemos apreciar: a Sociedade Brasileira de Belas-Artes, na Rua do Lavradio, 84 e o Liceu de Artes e Ofícios, na Praça Onze, na Rua Frederico Silva, 86. Restaram ainda: o prédio da antiga Bolsa de Valores, hoje Centro Cultural Banco do Brasil, na Rua Primeiro de Março, 66 – que sofreu acréscimo de pavimentos, e as torres da igreja do Santíssimo Sacramento, situada na Avenida Passos. Na atual Av. Marechal Floriano, o prédio do Colégio Pedro II recebeu intervenções projetadas por Bethencourt, destacando-se o seu majestoso pórtico neoclássico.

Na Rua Pedro Ernesto, 80, Gamboa, encontra-se o prédio para a escola da Freguesia de Santa Rita, hoje ocupado pelo Centro Cultural José Bonifácio, com a bela escada de madeira no interior do prédio. Esta edificação e a projetada para a freguesia da Glória – atual Colégio Amaro Cavalcanti, no Largo do Machado –, foram os primeiros prédios escolares projetados na cidade, especificamente para este fim. São monumentos neoclássicos de perfeita harmonia, marcos da linguagem arquitetônica escolar, ambos tombados pelo órgão de Patrimônio da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Na Zona Sul, o arquiteto projetou dois expressivos e imponentes prédios neoclássicos de grande significação, destinados à educação especial: o Instituto Benjamim Constant, na Avenida Pasteur, Urca e, para meninas indigentes, o Recolhimento de Santa Tereza, na Rua Lauro Sodré. Nele exercia, gratuitamente, a função de arquiteto responsável pelas obras e projetos. O prédio mudou de uso, foi ocupado pelo Colégio Anglo-Americano e está em obras de instalação da Casa Daros, instituição de arte contemporânea. Além dos prédios, é obra de Bethencourt da Silva o imponente portal de entrada do cemitério São João Batista, onde foi sepultado, em 7/9/1911.

Escadaria no interior do CCJB

Na Zona Norte, encontra-se sua mais significativa obra urbanística do séc. XIX: o bairro de Vila Isabel, implantado no terreno da Fazenda do Macaco e que pertencera à princesa Amélia de Leuchtenberg, 2.ª esposa de D. Pedro I.

João Batista Viana Drumond, futuro Barão de Drumond, adquiriu a fazenda em 1872 e convidou o arquiteto a projetar um bairro, semelhante aos da Paris renovada. Pela primeira vez a cidade do Rio apresentava avenida-boulevar, com arborização central e lateral, calçadas largas e um jardim zoológico. O novo bairro foi integrado à cidade por linhas de bondes criadas para o empreendimento.

A obra de Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, por sua dimensão humana, intelectual, artístico-arquitetônica e educacional é digna de constar da galeria de nossos homens célebres, servindo de modelo às novas gerações de brasileiros. Em 6 de setembro de 2011 é dever de todos nós iniciar o Ano Bethencourt da Silva, centenário do encerramento de sua doação à cidade e ao povo brasileiro.

Sugestões de Leitura

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Notas de Elysio de Oliveira Belchior. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana Editora, 1969.

BARROS, Álvaro Paes de. *O Liceu de Artes e Ofícios e seu Fundador*. Rio de Janeiro: s/ed., 1956.

LAEMMERT, Eduardo von. *Almanack administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, anos 1844 a 1889.

NIREU CAVALCANTI
Arquiteto e historiador
Professor na Pós-Graduação da Escola de Arquitetura e Urbanismo/UFF
Autor de *O Rio de Janeiro setecentista*. (Jorge Zahar Ed.)

AS MARCAS INDELÉVEIS DO *BULLYING*

JACIR J. VENTURI

Bullying é o gerúndio do verbo *to bully,* que literalmente tem acepção de "intimidar", "ameaçar". São atos de violência física ou psicológica, repetitivos e intencionais, entre pares, praticados por um ou vários indivíduos, contra outrem, em uma relação de desequilíbrio de poder.

A vítima sofre pela rejeição, pelo não pertencimento ao grupo. É um sentimento que dói intensamente, mais do que se infere das palavras do filósofo norte-americano William James (1842-1910): "O princípio mais profundamente enraizado na natureza humana é a ânsia de ser apreciado".

Onde mais se pratica o *bullying* é na escola e esta é um laboratório para a vida adulta. Evidentemente o mundo do trabalho é competitivo e em determinados momentos a tolerância às hostilidades é necessária. Esse aprendizado deve ser gradual – não pontualmente intenso, uma característica do *bullying* – para que a consciência e a razão introjetem os ensinamentos de que o caminho a ser percorrido na vida não é plano, florido e pavimentado. Quem não foi alvo de apelidos, gozações, ofensas em sua trajetória escolar? Em boa medida, a escola deve punir. No entanto, a palavra *bullying* está sendo empregada indiscriminadamente. O ambiente escolar é um cadinho dos humanos e é ilusão aspirar a que estudantes se comportem como noviças numa clausura.

Num crescendo, o educando vai assimilando as oportunas lições das alegrias e agruras na convivência com outras crianças e adolescentes e destarte torna-se mais robusto para o enfrentamento dos desafios e frustrações. As raízes de um carvalho só se fortalecem pala ação das inclementes rajadas de vento. E cada vitória tem o sabor de uma perdoável vingança, como as palavras de Kate Winslet – vítima de *bullying* por ser uma adolescente rechonchudinha – ao receber o Oscar de melhor atriz, por sua atuação em Titanic: "Lá do palco, quando olhei a plateia, não vi nenhum dos meus agressores".

É um exemplo de superação, embora as ofensas que tenha sofrido certamente não representem um ponto fora da curva. Neste espectro, há um outro extremo, fruto de *bullies* (agressores) sistemáticos e que agem sadicamente sobre vítimas portadoras de desequilíbrios ou com elevada sensibilidade. É um solo minado, com consequências nefastas, como a tragédia numa escola de Realengo (RJ), em 7/4/11, quando 12 alunos foram assassinados por um esquizofrênico e sociopata. Wellington de Oliveira, franzino e introspectivo, foi alvo constante na escola de seus colegas algozes: piadas e apelidos depreciativos; sua cabeça foi enfiada num vaso sanitário; jogaram-no de cabeça para baixo dentro de uma lata de lixo e tamparam.

Um legado trágico sucede suas palavras escritas na véspera: "Muitas vezes aconteceu comigo de ser agredido por um grupo e todos os que estavam por perto se divertiam com as humilhações que eu sofria, sem se importar com os meus sentimentos. Embora meus dedos sejam responsáveis por puxar o gatilho, essas pessoas são responsáveis por todas estas mortes, inclusive a minha".

Essa violência repetida e praticada entre iguais deixaram marcas leves em Kate e profundas em Wellington. São marcas que geraram sofrimento, provocadas pela insensibilidade moral do *bully* (agressor). Nós, educadores, devemos atacar as causas para que a consciência não nos acuse quando vierem as consequências. A intensidade do *bullying* indica o quanto moralmente a escola está comprometida. É responsabilidade dos gestores e professores duas frentes de combate: prevenção e ação. É preventiva a implementação de uma cultura de respeito, tolerância e aceitação de que somos diversos, mas não adversos. Ação vigilante, proativa e punitiva sobre os agressores. Em resumo: ação como remédio e prevenção pelo comportamento ético.

JACIR J. VENTURI
Diretor de escola, professor e autor de livros
Vice-presidente do Sinepe/PR

Cecília Meireles, no traço de Rafael C. Monteiro

CECÍLIA MEIRELES*

ALEXEI BUENO

Cecília Meireles (1901-1965) nasceu no Rio de Janeiro, de família, pelo lado de sua mãe, de origens açorianas. Tendo perdido o pai ainda antes do nascimento, e a mãe aos três anos de idade, foi criada por sua avó materna, D. Jacinta Garcia Benevides. Ainda estudante na Escola Normal estreou com *Espectros*, em 1919, livro inencontrável por muitos anos, até a sua redescoberta e edição fac-similar por intermédio de Antônio Carlos Secchin. Casou-se, em 1921, com o artista plástico português Correia Dias, com quem teve três filhas. Viúva, casou-se em 1940 com Heitor Grillo. Educadora, folclorista, jornalista, exerceu a mais dinâmica atividade nos assuntos culturais brasileiros durante toda sua vida. Se *Espectros*, publicado aos dezoito anos, compõem-se de dezessete sonetos (um em alexandrinos, os outros em decassílabos) de corte parnasiano, sobre personagens bíblicos ou históricos, formalmente muito bem feitos, seus dois livros seguintes, *Nunca mais... e Poema dos poemas*, de 1923, e *Baladas para El-Rei*, de 1924, marcavam uma derivação evidente para uma estética neossimbolista. Sua obra madura se inicia, no entanto, como ela mesmo deixou claro ao organizar, em 1958, sua *Obra poética*, com *Viagem*, publicado em Lisboa, em 1939. Tal livro marca a aparição da maior poetisa brasileira de qualquer época, senhora de um estilo completamente pessoal no Modernismo brasileiro, no qual, entre a forma fixa e o verso livre, desfilam todas as possibilidades formais do idioma, com sutis influências ibéricas e portuguesas, dos Cancioneiros até a contemporaneidade, resultando num vasto e libérrimo arsenal de processos expressos, através do qual se materializará o que de mais próximo à noção de "poesia pura" se escrevera no Brasil.

O segundo poema de *Viagem*, "Motivo", tornou-se uma espécie de brasão da autora, e uma das mais belas definições da poesia em nossa literatura:

Eu canto porque o instante existe
e a minha vida está completa.
Não sou alegre nem sou triste:
sou poeta.
.....
Sei que canto. E a canção é tudo.
Tem sangue eterno a asa ritmada.
E um dia sei que estarei mudo:
– mais nada.

Poucos poetas no Brasil surgiram de um húmus de tal maneira ancestral da índole da língua, e poucos conseguiram ser, paradoxalmente, mais modernos, e, a negação disso, mais intemporais. A poesia pura de Cecília Meireles, que se inaugura com *Viagem*, viria a dar, por outro paradoxo, o maior poema histórico, ou melhor, poema sobre a História, de literatura brasileira, o *Romanceiro da Inconfidência*. Se um Carlos Drummond de Andrade, especialmente o da *Rosa do povo*, transformava a matéria direta de uma das décadas mais dramáticas do século em grande poesia, a obra de Cecília só esporadicamente veio a refletir acontecimentos imediatos, construindo-se a despeito, ou acima, do evento e de toda a narratividade direta. Era o mundo dos que se libertaram dele, em meio a ele, como no impressionante poema "Estirpe":

Os mendigos maiores não dizem mais, nem fazem nada.
Sabem que é inútil e exaustivo. Deixam-se estar. Deixam-se estar.
Deixam-se estar ao sol e à chuva, com o mesmo ar de
[completa coragem,
longe do corpo que fica em qualquer lugar.

.....

Os mendigos maiores vivem fora da vida: fizeram-se excluídos.
Abriram sonos e silêncios e espaços nus, em redor de si.
Tem seu reino vazio, de altas estrelas que não cobiçam.
Seu olhar não olha mais, e sua boca não chama nem ri.

E seu corpo não sofre nem goza. E sua mão não toma nem pede.
E seu coração é uma coisa que, se existiu, já esqueceu.
Ah! os mendigos são um povo que se vai convertendo em pedra
Esse povo é que é o meu.

Seu livro seguinte, *Vaga música*, perseverava na mesma linha de *Viagem*, a poesia mais alta e mais limpa escrita depois do advento do Modernismo brasileiro, e que, no entanto, alcançou, por seus inumeráveis momentos antológicos, uma popularidade que se julgaria difícil pelo que há nela de aristocrático, embora a maior parte dessa obra imensa nunca tenha sido apreciada em todas as suas possibilidades até hoje. A presença marinha, esse quase atavismo lusitano, domina o início de *Vaga música,* em poemas como "Epitáfio da navegadora", "O Rei do Mar" ou "Pequena canção da onda". Aos quais se seguiam não poucas obras-primas, como "Vigília do Senhor Morto", "Lembrança rural", "Velho estilo" ou o belíssimo "Memória":

Minha família anda longe
com trajos de circunstancias:
uns converteram-se em flores,
outros em pedra, água, líquen,
alguns, de tanta distância,
nem têm vestígios que indiquem
uma certa orientação.

Minha família anda longe,
– Na Terra, na Lua, em Marte –
uns dançando pelos ares,
outros perdidos no chão.
.....

Minha família anda longe.
reflete-se em minha vida,
mas não acontece nada:
por mais que eu esteja lembrada,
ela se faz de esquecida:
não há comunicação!
Uns são nuvem, outros lesma...
Vejo as asas, sinto os passos
de meus anjos e palhaços,
numa ambígua trajetória
de que sou o espelho e a história.
Murmuro para mim mesma:
"É tudo imaginação!"

Mas sei que tudo é memória...

Foto:Luissilveira

Ilha de São Miguel, Açores

Essa forma, aliás, derivada do *romance viejo*, em que será escrito todo o *Romanceiro da Inconfidência*, e que foi da maior importância na obra de tantos dos grandes poetas brasileiros – Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Vinicius de Moraes – é uma das mais fundamentais na obra de Cecília Meireles. Se ainda em *Vaga música* encontramos um poema mais derivado da experiência concreta, com um ar mais "modernista", como "*Mexican list and tourists*", o estilo realmente característico da poetisa retornava, com a forma de que falamos, num poema quase surrealista como "Alucinação":

.....

E as minhas lembranças
de novo perdidas,
e o meu sonho antigo
outra vez errante,
morto e decomposto...
Perguntei: "Que queres?"
Mas não respondia.
E, pela torrente,
seguia, seguia,
com todas as vidas,
o esquema do Rosto.
Verônica fria
de Deus ou de gente?

O livro seguinte, *Mar absoluto e outros poemas*, de 1945, representa o apogeu de sua poesia especificamente lírica, deixando à parte, pela narratividade, o *Romanceiro da Inconfidência*, possivelmente sua obra-prima. O verso livre pleno abre o livro, com o poema que lha dá título, e voltará a marcar alguns dos seus mais altos momentos. Um soneto, por sua vez, em apenas duas rimas, "Museu", de admirável índole simbolista, lembrando algo do Fernando Pessoa paúlico, aparece no livro, um dos poucos da obra madura da autora, assim como "2.º motivo da rosa", que intercala rimas consoantes com toantes, no mesmo livro. (...)

O verso livre se mantém em numerosos poemas do livro, como o belo "Lamento do oficial pelo seu cavalo morto", até chegar ao magnífico poema final, a "Elegia, 1933-1937", dividido em oito partes, em homenagem à avó que criara a autora, D. Jacinta Garcia Benevides, no ensejo da exumação dos seus ossos. É o maior poema de linha rilkiana da poesia brasileira, um dos ápices do lirismo em língua portuguesa, a mais bela elegia escrita entre nós desde "O cântico do Calvário".

.....

E hoje era o teu dia de festa!
Meu presente é buscar-te.
Não para vires comigo:
para te encontrares com os que, antes de mim,
vieste buscar, outrora.
Com menos palavras, apenas.
Com o mesmo número de lágrimas.
Foi lição tua chorara pouco
para sofrer mais.
Aprendi-a demasiadamente.
Aqui estamos, hoje.
Com este dia grave, de sol velado.
De calor silencioso.
Todas as estátuas ardendo.
As folhas, sem um tremor.

Não tens fala, nem movimento nem corpo.
E eu te reconheço.

Ah, mas a mim, a mim,
quem sabe se me poderás reconhecer!

Após *Mar absoluto*, um dos maiores livros da poesia brasileira, *Retrato natural*, de 1949, marca um certo retorno à musicalidade pura, assim como *Amor em Leonoreta*, de 1951, representa uma aproximação à forma dos Cancioneiros. O verso livre domina, embora não totalmente, os belos *Doze noturnos da Holanda*, do ano seguinte. Em 1953, pela Livros de Portugal, vem à luz esse monumento sem paralelo da literatura brasileira que é o *Romanceiro da Inconfidência*, longamente idealizado e composto pela autora. O que faz a grandeza sem paralelo desse livro, além, evidentemente, da mais alta tensão poética sustentada de um extremo a outro da obra, é o modo como, de um episódio histórico – o mais emblemático do Brasil, e que o mais literariamente deu ensejo a mais tentativas literárias que não atingiram a altura possível, do *Gonzaga* de um poeta genial como Castro Alves, ao *Os inconfidentes* de um poeta menos como Goulart de Andrade, entre tantos outros – Cecília Meireles criou um magnífico poema sobre o tema, a sorte, o destino, o aleatório de toda vida humana, a História, enfim, com H maiúsculo. Sem se tratar de uma epopéia, podemos dizer que é o livro que, na poesia brasileira, mais cumpre o papel de uma, pela transmutação heroica da base real, pela altura, ou a baixeza, outorgadas a personagens como Tiradentes ou Joaquim Silvério dos Reis, o traidor, assim como pelo caráter brilhantemente aforístico dos versos, coisa típica das epopéias plenamente realizadas. Isso, repetimos, no que se refere à aproximação do épico em versos, já que sempre afirmamos ser a língua portuguesa a única língua moderna a ter criado três epopéias: *Os Lusíadas*, *Os sertões* e *Grande sertão: veredas*. Uma em verso, no século XVI, e duas em prosa, no século XX. É certo que só Camões a escreveu dentro dos cânones estritos do gênero, mas o titanismo, o caráter bélico e o *pathos* épico que dominam a narrativa histórico-militar de Euclides da Cunha e o romance de Guimarães Rosa fazem com que ambos os livros, emocionalmente, existam como epopeias, o que importa muito mais do que a discussão sobre gêneros literários.

O que é inegável é que essas duas obras são nossos dois grandes livros nacionais, respectivamente a nossa *Ilíada* e a nossa *Odisseia*, assim como *Os Lusíadas* são a *Eneida* de Portugal. Pois se esse livro cruento, *Os sertões*, narrando a queda da "Troia de taipa dos jagunços", faz bem as vezes da primeira, *Grande sertão: veredas*, essa demanda sublime pelo amor, pelo conhecimento e pela vingança é sem dúvida a possibilidade brasileira da segunda. Como Ulisses no seu atribulado retorno, o jagunço Riobaldo navega pelos infinitos e ínvios caminhos do sertão, plenos de tentações físicas e sobrenaturais, na busca do restabelecimento da ordem, do apaziguamento final, só conseguidos após a destruição da potência maligna representada por Hermógenes, tal como o grego só os conseguiu após o massacre dos pretendentes e seus próximos. Como ambos foram escritos em prosa, o que na história da poesia brasileira mais se aproxima de um épico nacional é o *Romanceiro da Inconfidência*.

Esse poema extremamente viril, escrito por uma mulher, abre-se com uma "Fala inicial", que se vai ligar diretamente com a sublime "Fala aos inconfidentes mortos", que o encerra, ambos dos maiores momentos do lirismo nacional. Em seguida Cecília Meireles delineia o "Cenário", magistral poema em *terza rima* que, como diz seu título, desenha o espaço cênico desse livro de teor altamente dramático. As obras-primas se sucedem nos diversos "romances" do livro, assim como em seus intermédios. O completo artificialismo arcádico é descrito no extraordinário romance XX, "Do país da Arcádia":

O País da Arcádia
jaz dentro de um leque:
existe ou se acaba
conforme o decrete
a Dona que o entreabra,
a sorte que o feche.

.....

(O tempo é indelével,
mas não há mais nada.
Em cinza adormece
A festa de nácar,
o assomo celeste
do país da Arcádia,
No partido leque...)

A incrível doçura lírica que delineia um romance como esse, transforma-se, na "Fala aos pusilânimes", em versos agora brancos, de nove sílabas, numa das mais violentas diatribes em verso já escritas em português. O caráter aforístico domina tudo, em definições inesquecíveis, e que hoje correm de boca em boca, como nesses quatro versos do romance XXIV, ou "Da bandeira da Inconfidência":

.....

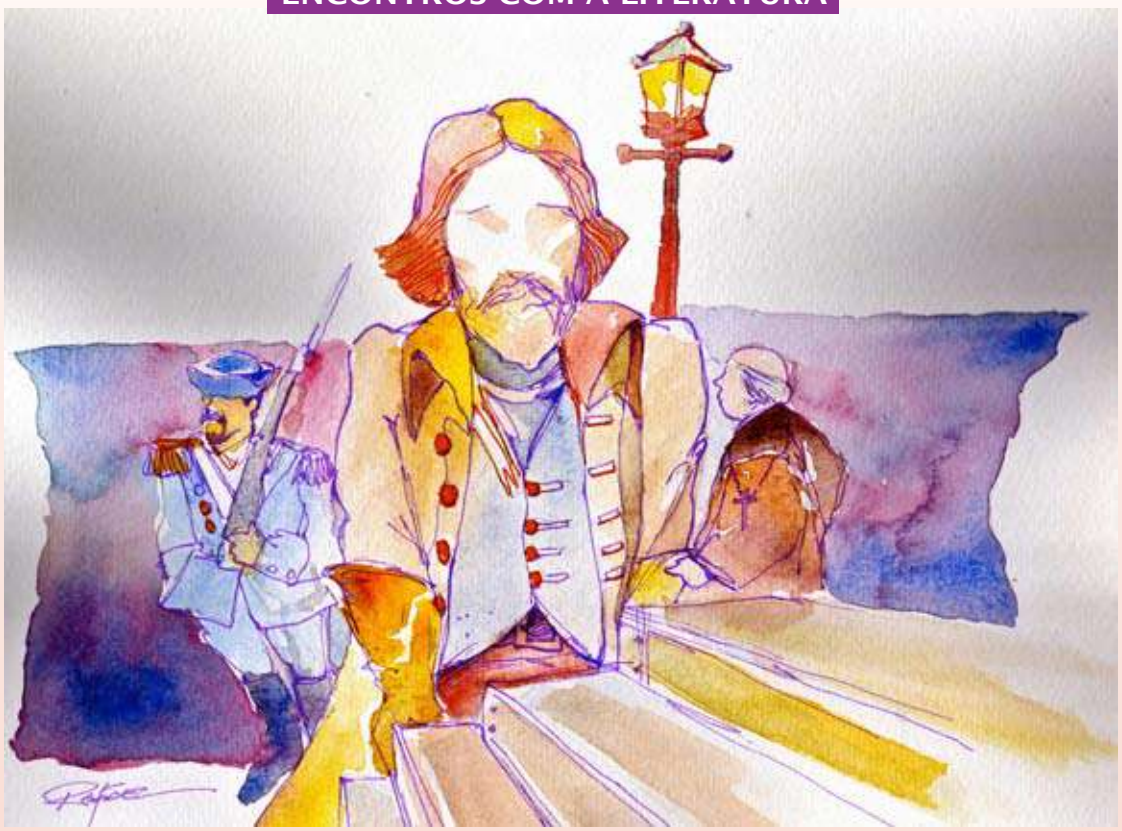
Liberdade – essa palavra
que o sonho humano alimenta:
que não há ninguém que explique
e ninguém que não entenda!)

.....

Se uma das maiores caracterizações psicológicas se encontra no retrato do traidor, no romance XXXIV, ou "De Joaquim Silvério", o momento da maior transcendência heroica está no romance XXVIII, ou "Do animoso Alferes", descrição, sem igual na nossa poesia, daquela espécie de alegria trágica que toma conta do herói no momento em que se percebe perdido, estado psicológico quase religioso, por poucos tão descrito, na literatura do século XX, como por um autor como Nikos Kazantzakis em alguns dos seus romances:

Que importa que o sigam
e que esteja inerme,
vigiado e vencido
por vulto solerte?
Que importa, se o prendem?
A teia que tece
talvez em cem anos
não se desenrede!
Toledo? Gonzaga?
Alceus e Alcestes?
– Nenhum companheiro
Seu lábio revele.
Que a língua se cale.
Que os olhos de fechem.
(Lá vai para a frente
o que se oferece
para o sacrifício,
na causa que serve.
Lá vai para sempre
o animoso Alferes!

.....



– venham já soldados
que a prender se apressem;
venham já meirinhos
que os bens lhe sequestrem;
venham, venham, venham...
– que sua alma excede
Escrivães, carrascos,
juízes, chanceleres,
frades, brigadeiros,
maldições e preces!

Venham, venham, matem:
Ganhará quem perde.
Venham, que é o destino
Do animoso Alferes.)
.....

O antepenúltimo romance, o romance LXXXIV, ou "Dos cavalos da Inconfidência", magnífica visão, pelo lado das alimárias, de toda a tragédia humana narrada, é outro dos maiores realizações da poesia brasileira, assim como a já lembrada "Fala aos inconfidentes mortos", que ergue o poema acima de toda a sua contingência originária, a partir da metáfora material da mineração, finalizando o livro com um *pathos* incomparável:

Treva da noite,
lanosa capa
suspensa em bruma
nos ombros curvos
dos altos montes
aglomerados...
Agora, tudo
jaz em silencio:
amor, inveja,
ódios, inocência,
no imenso tempo
se estão lavando...
.....

E aqui ficamos
todos contritos,
a ouvir na névoa
o desconforme,
submerso curso
dessa torrente
do purgatório...

Quais os que tombam,
em crime exaustos,
quais os que sobem,
purificados?

Se em *Canções*, de 1956, assim como em *Metal rosicler*, de 1960, a poesia de Cecília Meireles retorna mais uma vez à pura musicalidade, depois do *tour de force* do *Romanceiro da Inconfidência*, onde o material histórico básico, de certa maneira, atou a uma base concreta o imponderável tão característico de sua arte, outras obras com motivação externa, agora oriundas de uma experiência pessoal, são os *Poemas escritos na Índia* – país que, como aliás todo o Oriente, sempre fascinou a autora –, bem como os *Poemas italianos*, ou o pequeno *Pistoia, cemitério militar brasileiro*. Espécie de poema de despedida, para seu marido Heitor Grillo, é o comovente "Cantar de vero amor", recolhido nos *Poemas III*, na forma paralelística dos cantares de amigo. Sua obra poética, imensa, a mais vasta, junto com a de Carlos Drummond de Andrade, entre as dos poetas brasileiros do século XX, é um reservatório inesgotável de surpresas, de riqueza técnica e expressiva e de grande poesia.

ALEXEI BUENO
Poeta e ensaísta
* *In Uma história da poesia brasileira*. G. Ermakoff, 2007

Foto: Luissilveira

Lagoa do Fogo, Miradouro da Serra da Barrosa, Vila Franca do Campo, ilha de São Miguel, Açores

Antero e Pessoa:
um convívio ambíguo com a Morte

Cleonice Berardinelli

Se considerarmos que o ano de 1865 é o que melhor caracteriza a geração de 70, por ser o da "Questão Coimbrã", e que o de 1915, pelo aparecimento da revista *Orpheu*, marca a geração que desta tomou o nome, veremos que 50 anos separam estas duas *ínclitas gerações* de artistas.[1] Sobre ambas escrevi algumas páginas em 1965, quando se comemorava um século da primeira e meio da segunda. E apontei-lhes os líderes: Antero e Pessoa, que, dizia eu então, se distinguiram "entre os contemporâneos como agitadores de ideias, dotados de inteligência excepcional, inquiridora, insatisfeita", e que, nitidamente distintos, têm entre si profunda afinidade que ressalta de cartas: de Pessoa, a Cortes-Rodrigues, de Antero, a Wilhelm Storck. Dizem-se ambos espíritos religiosos – o primeiro, *fundamentalmente*; o segundo, *naturalmente*. A mesma formação católica familiar não obstou a que, à entrada da adolescência, deles se apoderasse a dúvida, levando-os à incessante busca de Deus – fosse qual fosse o nome que lhe dessem – : Antero, sobretudo pelos caminhos da filosofia, Pessoa, menos por esta do que pelas religiões iniciáticas, pela magia.[2]

Esta vocação metafísica os levou, fatalmente, à indagação sobre a morte – tema dos mais presentes em ambos e que eu apontava numa leitura intertextual do soneto I do *Elogio da Morte*, de Antero, e no que tem por *incipit* "Súbita mão de algum fantasma oculto", do Pessoa ortônimo, leitura que me ocorreu quase imperiosamente, dada a semelhança entre os dois, com coincidências que não me parecem fortuitas, até porque Pessoa cita Antero como uma de suas influências literárias.

Na verdade, de Morte falaram o poeta açoriano e o lisboeta – que também nasceu em Tavira e no Porto –, na ficção por ele criada para situar o espaço originário de seu "drama em gente".

A frequência com que aparece o tema em Pessoa se acentua nos inéditos que encontrei no seu Espólio, nos anos 1988-1989. Deles me utilizarei no presente texto, começando por dizer que nestes o tema vai desde o horror à morte física, destruidora dos corpos,

> *Mas não é só o cadáver*
> *Essa pessoa horrível que não é ninguém,*
> *Essa novidade abísmica do corpo usual,*
> *Esse desconhecido que aparece por ausência na pessoa*
> *[que conhecemos*[3]

passa pela sua inexorabilidade

A morte – esse peor que tem por força que acontecer,
Esse cair para o fundo de um poço sem fundo

e pode chegar a uma tranquila constatação:

Todos os mortos – gente, dias, desejos,
Amores, ódios, dores, alegrias –
Todos estão apenas em outro continente...

A morte compensará os males da vida:

Darei os beijos nunca dados,
Receberei os sorrisos que me negaram,
Terei enfim a alegria que nunca tive.

Para a morte vai-se de navio, quase sempre. E o poeta sabe que a Partida é Abstracta, que o navio é "cama, caixão, sepultura", que vai para "Parte Nenhuma", para o "Grande Abandono", para longe, onde talvez esteja a revelação do mistério:

Irei p'ra longe, p'ra longe! P'ra longe, ó barco sem curso,
Para a irresponsabilidade pré-histórica das águas eternas,
Para longe, para sempre para longe, ó morte,
Quando saberei onde para longe e porque para longe,
[ó vida...

Nos três poemas da primeira fase de Campos, intitulados *A Partida* – que teriam sido possivelmente versões ainda experimentais no encalço de um grande poema para o livro *Arco de Triunfo* – é da partida definitiva que se trata; em dois deles, a Morte é esperada: ele partirá como um navio ou viajará no seu próprio leito, "como um comboio sobre os *rails* directamente...". Irá sem medo: "Estendo os braços para ti como uma criança / Do colo da ama para o aparecimento da mãe...". Mesmo quando sente, à roda da garganta, "a pressão definitiva" dos "dedos da Morte", olha para o passado com dorida lucidez:

Vejo quem fui, e sobretudo quem não fui
[...]
E acho que houve um erro
Ou em eu viver ou em eu viver assim.

Em dois poemas não datados, mas provavelmente da mesma época – um deles intitulado *Ode Mortal* –, onde se faz sentir a presença de Caeiro, sempre mestre, chega de comboio ou a pé – "*globe-trotter* do Divino" –, à Morte em cujo "rosto grave desabrocha / O sorriso humano de Deus!" ou à "Última Porta das coisas", onde "Deus, como um Homem", lhe "aparecerá por fim".

E será o Inesperado
[que eu esperava –
O Desconhecido que
[eu conheci sempre –
O único que eu
[sempre conheci.

Em sua edição dos sonetos de Antero, António Sérgio agrupou no Ciclo da Morte os seis que formam o políptico *Elogio da Morte*, mais quatro: *Mors-Amor*, *Em viagem, Mors liberatrix* e *O que diz a Morte*. No mesmo grupo poder-se-iam incluir outros cinco – *Despondency, Nox, Lacrimae rerum*, *Anima mea* e *Enquanto outros combatem* – que estão no ciclo do desejo pessimista. Em *In urna perpetuum ver,* das *Primaveras Românticas*, a morte aparece, singularmente, como a única possibilidade de realização amorosa – à maneira de *O noivado do sepulcro*, de Soares de Passos –, mas aqui não alcançada, senão almejada como "livre espaço inalterável, / E livre, estranho fulgor!" onde "A aza negra da Morte / Roça na aza do Amor!".[4]

Prefaciando sua edição dos *Sonetos Completos e Poemas Escolhidos* de Antero de Quental, escreveu Manuel Bandeira que este era "um dos grandes poetas da morte [...] concebida sempre como libertadora".[5] Discordo em parte. Sem dúvida, predomina em Antero essa Morte (e escrevo, como ele, com maiúscula) amiga, mas com ela coexiste a companheira da Dor, do Tédio, dos Desenganos e Pesares, assim mesmo bem-vinda ao Poeta, aquela que, irmã da Razão e da Noite, a esta se irmana na qualificação de "sinistra e triunfal", exalando "o suspiro das coisas tenebrosas", ou ainda a que se ergue diante dele "como serpente / Que dormisse na estrada e de repente / Se erguesse sob os pés do caminhante". É a única vez que a Morte lhe desperta tal animosidade, traduzida em bombardeio de epítetos ofensivos, disparados com violência que lembra a do soneto *Tese*, onde o alvo é a "nova ideia", "torva no aspecto", "como bacante após lúbrica ceia!":

Era de ver a fúnebre bacante!
Que torvo olhar! que gesto de demente!
E eu disse-lhe: "Que buscas, impudente,
Loba faminta, pelo Mundo errante?

A interpelação do Poeta responde com ironia "*sinistramente* estranha, *atroz* e calma", que "lhe torceu *cruelmente* a boca fria" (grifos meus):

Eu não busco o teu corpo ... Era um troféu
Glorioso de mais... Busco a tua alma." –
Respondi-lhe: "A minha alma já morreu!" [6]

Foto: Luissilveira

Vista do adro da Igreja da Mãe de Deus, Ponta Delgada (onde nasceu Antero de Quental), Ilha de São Miguel, Açores

Em comentário a este soneto, aproxima-o António Sérgio de trecho de uma carta de Antero a Germano Meireles: "Pela minha parte, dava de boa mente a minha vida por completa e concluída. Mas a natureza não me faz essa fineza, e o suicídio repugna a certos meus sentimentos morais". Em outra, de 1875, ao mesmo amigo, também encontro uma passagem que talvez esclareça a resposta final dada pelo eu lírico à Morte: lamenta Antero a falta – no amigo e nele – do essencial, a crença e o sentimento duma ordem providencial que a razão não descobre, mas sem a qual todas as cogitações da razão são vazias e contraproducentes". Confessa sua luta "para conseguir esse sentimento transcendente" e diz que alcança "de vez em quando uns clarões de Fé" (c. 149)[7]. Corresponderia a morte da alma à perda da fé? Parece-me que sim. Somadas as informações obtidas nas cartas à mensagem contida no soneto, eu ousaria descodificar esta última como a desmitificação, pelo ridículo, do poder inexorável da Morte, algo como a encenação tragicômica do seu encontro com o poeta que, diante dela, deveria temer e tremer, e, no entanto, agride-a ao descrevê-la com esgares ameaçadores de que nada resultará, ao interpelá-la ofensivamente, ao responder-lhe, desassombrado.

Foto: autor desconhecido

Antero de Quental, na juventude, c. 1864

A figura temerosa da Morte, agravada pelo olhar e gestos, a falsa tranquilização do interlocutor ("Não temas") ruem ao som da voz do outro, para quem a perda do corpo seria desejada e não temida, e que, quanto à alma, já nada tinha a perder. O ar ameaçador, a ironia verbal não tem razão de ser. A grande personagem trágica torna-se ridícula por um processo de desmoralização que talvez traduza o despeito do Poeta de não encontrar nela a liberação tão desejada.

Tal visão da morte constitui, como disse, exceção. A relação do Poeta com ela é amorosa em todo o *Elogio da Morte*: ouve-lhe os passos; busca-lhe o encontro e o abraço; mesmo sem saber quem ela é, quer fixar o seu olhar profundo; chama-lhe "irmã coerente da minha alma", "amiga derradeira"; confia nela; quer dormir em seu seio; não o assusta sua face queimada e, bem em consonância com o homem Antero de Quental, remata o último soneto do grupo:

> *Talvez seja pecado o procurar-te,*
> *Mas não sonhar contigo e adorar-te,*
> *Não ser, que és o Ser único absoluto.*

Nos outros sonetos, apresenta-a como remédio aos males dos que lidaram e dos que padecem; como a liberdade ou o espaço do silêncio e do sossego. Em *Mors liberatrix*, é o cavaleiro andante, "vestido de armas pretas", que empunha a espada da Verdade; em *Mors-Amor* é o negro corcel "tenebroso e sublime", cavalgado por "um cavaleiro de expressão potente" – o Amor. Sobre este soneto escreveu Antero, de Paris, a Lobo de Moura: "Comunico-lhe um soneto feito já aqui. Não sei bem o que quer dizer francamente; mas a execução agrada-me". A propósito, comenta Manuel Bandeira: "Antero, por mais conscientemente que procurasse escrever, não escapava, como todo grande poeta, ao prestígio do subconsciente".

Filósofo e não poeta, busca António Sérgio a origem do pensamento captado por Antero em seus poemas do ciclo da Morte e encontra-a em Hegel e mais ainda em Proudhon. A propósito de *Mors-Amor*, lembra a relação estabelecida por este filósofo entre o indivíduo e a comunidade social, segundo a qual "os antigos morriam felizes pelo sentimento de comunhão social em que expiravam":

> *c'est ainsi que la mort disparaissait englobée dans la perpétuité de la patrie, et que le dernier soupir s' échappait dans le ravissement de la fraternité.*

E conclui Sérgio: "E de aí a aproximação entre a Morte e o Amor". Eu gostaria de acrescentar: não só a aproximação, mas a dominação daquela por este. É o Amor o "cavaleiro de expressão potente", é a Morte o negro corcel.

Na apresentação rápida do painel de poemas da Morte, predominou a preocupação com o tema privilegiado, isto é, com a função referencial da linguagem, que muito importa, mas não dá conta de ter sido Antero, na verdade, um poeta filosófico e não um filósofo que fez versos. Manuel Bandeira escreveu que Antero apresentava

> *No mais alto grau a característica mesma dos poetas, que é pensar por imagens, antítese da faculdade filosófica. [...] Na sua imaginação soberanamente plástica as ideias mais abstratas se transmudavam, como por encanto, ao toque da emoção, em radiosas visões arquiteturais e esculturais; plasmavam-se de súbito os fantasmas em matéria palpitante.*

"Fantasmas plasmados em matéria palpitante", sim, mas não só. Figuras nitidamente caracterizadas, a mover-se em cenários às vezes esboçados, às vezes miuda-

mente desenhados e, para mais, dotados de gestos e fala expressivos, quase sempre contracenando com o Poeta, *doublé* de narrador e personagem.

Pelos anos 60, sob o impacto do Estruturalismo que nos chegava através de *Communications 8* e das traduções de Jakobson, tentei captar a poeticidade de Antero através das funções da linguagem, fazendo um rigoroso levantamento nos seus 110 sonetos e até criando, ousadamente, funções mistas, tais como a conativo-referencial, a emotivo-referencial e a emotivo-conativa. Cheguei, surpresa, à verificação de que, em 58% dos sonetos, predominava a função conativa, enquanto a emotiva só preponderava em 20%; das funções mistas, 18% incluíam a emotiva e 12% a conativa. A surpresa advinha de se tratar de poesia lírica, geralmente centrada no destinador que, no caso em questão, era um poeta voltado para seu próprio poço, apenas abrindo-se para os outros na tentativa do apostolado social. Refleti, entretanto, que não há *tu* sem o *eu* que o denuncia, enunciando-o. A função conativa apenas mascara, mas não rasura a emotiva, até porque, muitas vezes, o *tu* é aqui desdobramento do próprio *eu*. Também a função referencial, discretamente presente, aponta para um contexto que não vale por si, mas como a projeção do eu. Resumindo: sempre subjetiva – o discurso utilizado é o pessoal, com seus indiciadores ou *shifters* –, a poesia de Antero utiliza largamente a função conativa que dá origem ao diálogo explícito ou implícito; o interlocutor é quase sempre o próprio eu que se desdobra para dialeticamente procurar caminhos, apresentar soluções; o contexto, sempre criador ou justificador de estados emocionais ou reflexões, funciona na maioria das vezes como cenário ou indicação cênica. Todos esses elementos reunidos e relacionados fazem desta poesia uma poesia de expressão predominantemente dramática de imagens dinâmicas. Mesmo quando não há palavras ditas, há quase sempre o dramatismo dos gestos, da mímica da personagem, como o Amor, no soneto *Visão*, que nos põe diante dos olhos um verdadeiro *ballet* trágico desempenhado pelo Amor, pairando nos espaços, torcendo e retorcendo os magros braços, arrancando uma a uma as penas das asas, soluçando de ódio e raiva, derramando lágrimas ardentes sobre o mundo! Nesse "drama" anteriano, há personagens e cenários, e há narrador – quase sempre buscando a lição a tirar, como no teatro épico, que é, até certo ponto e em certo sentido, uma instituição moral.

Protagonista dos "dramas" de Antero, a Morte; protagonista dos "dramas" de Campos, o eu. Em ambos uma relação difícil com a "Indesejada das gentes", como lhe chamou Bandeira, tantas vezes aqui citado, que também com ela teve um ambíguo convívio, mas, mais afortunado, acabou por esperá-la, sereno,

[...] lavrado o campo, a casa limpa,
A mesa posta,
Com cada coisa em seu lugar.[8]

CLEONICE BERARDINELLI
Professora Emérita da UFRJ e da PUC-Rio
Membro da Academia Brasileira de Letras
Autora de *Sonetos de Camões, Estudos Camonianos, Fernando Pessoa: outra vez te revejo* e *Mensagem*, entre outros

Fernando Pessoa (1888-1935) caminhando em Lisboa

Referências

[1] Assim chamei aos de *Orpheu* em *Fernando Pessoa no seu tempo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1988.
[2] BERARDINELLI, Cleonice. *Estudos de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
[3] CAMPOS, Álvaro de, *Poemas de*, edição de Cleonice Berardinelli. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
[4] QUENTAL, Antero de. *Primaveras Românticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.
[5] ___. *Sonetos completos e poemas escolhidos*. Seleção, revisão e prefácio de Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942.
[6] ___. *Sonetos*. Edição organizada, prefaciada e anotada por António Sérgio. Lisboa: Couto Martins, 1956.
[7] ____. *Cartas I* ([1852]-1887). Organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins. Lisboa: Editorial Comunicação, 1989.
[8] BANDEIRA, Manuel. *Poesia e Prosa*. Vol. I – Poesia. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958.

Notas

Álvaro de **Campos** e Alberto **Caeiro** são dois dos heterônimos de Fernando Pessoa (1888-1935). O 1.º apresenta fases poéticas diversas ao longo da obra. O 2.º, entre os heterônimos considerado o mestre, é o pastor sem metafísica, cujo papel quase místico, como poeta e pensador, revela-se em *O Guardador de Rebanhos* e *O Pastor Amoroso*.

António Sérgio de Sousa, escritor, pensador e pedagogo português (1883-1969), dedica a vida à reforma educacional em Portugal. Sua vasta obra abrange da teoria do conhecimento à filosofia política e à filosofia da educação, passando pela filosofia da história. Formulou doutrina sobre o socialismo cooperativista, considerando o cooperativismo a forma de organização social mais adequada à concepção do homem como ser ativo e criador.

Georg W.F. **Hegel**, filósofo alemão (1770-1831), identifica o *ser* e o *pensamento* como um princípio único, a *ideia*. Desenvolve método dialético cujos elementos básicos são: *tese, antítese* e *síntese*. A proposição da dialética hegeliana considera que tudo se desenvolve pela oposição dos contrários: filosofia, arte, ciência e religião, estando em processo de constante *devir*. Sua obra de maior relevo: *Fenomenologia do espírito* (1806).

Pierre-J. **Proudhon**, filósofo francês (1809-1865), um dos mais influentes teóricos do anarquismo. Defende a organização da sociedade sem o controle de nenhuma autoridade imposta, baseada no auxílio mútuo entre as pessoas na esfera da produção e do consumo, com a criação de pequenas associações. Destaca-se, em sua obra, *Sobre a capacidade política das classes trabalhadoras* (1865).

A VIDA MISTERIOSA DE MARIA LEOPOLDINA, MÃE DE MACHADO

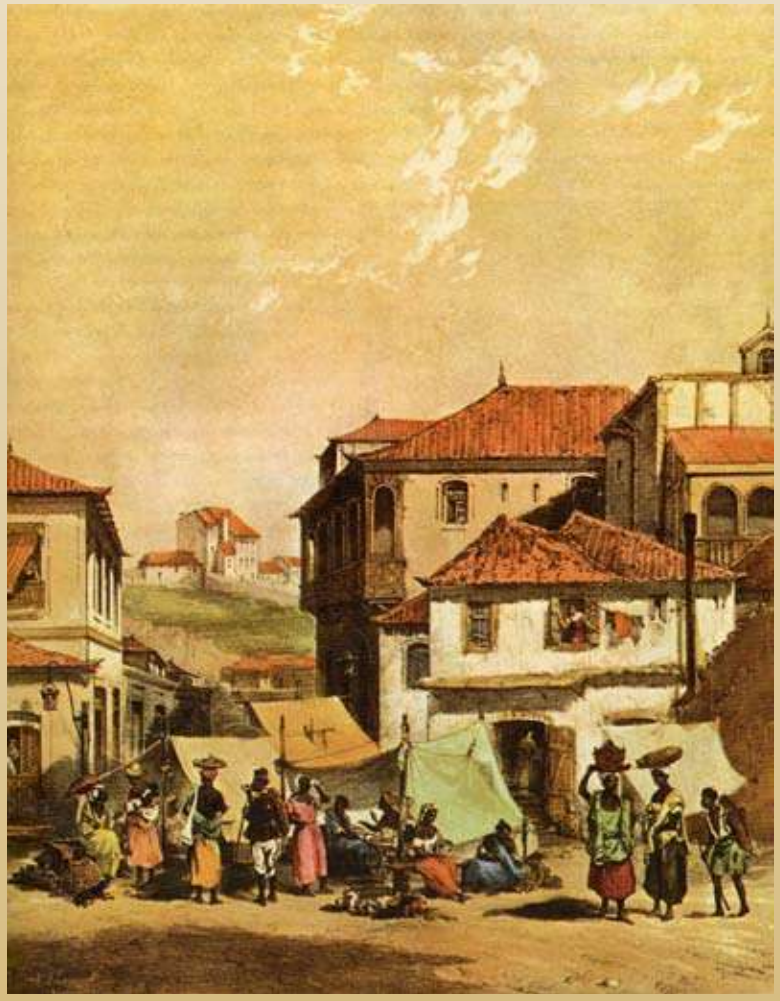
CECILIA COSTA JUNQUEIRA

Numa pobre habitação de agregados, dependência de antiga chácara do morro do Livramento, na cidade do Rio de Janeiro, nasceu a 21 de junho de 1839 Joaquim Maria Machado de Assis, filho de um casal de gente de cor, Francisco José de Assis e Maria Leopoldina Machado de Assis. Era o pai humilde operário, pintor de casas. A mãe, nas horas que podia distrair dos cuidados da família, granjeava alguma ocupação nos serviços domésticos do senhorio, para acrescentar um pouco de ajuda ao escasso mealheiro do casal...

Assim começam as famosas conferências de Alfredo Pujol, na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, sobre a vida e obra de Machado de Assis, primeiro estudo sério sobre a biografia do autor de *Dom Casmurro* e sobre seus contos e romances. Indiscutivelmente, um trabalho crítico e de pesquisa essencial, que acabou com todas as dúvidas a respeito do papel relevante de Machado de Assis à consolidação da literatura brasileira, na virada do século XIX para o XX, e que resultaria na entrada do próprio Pujol para a Academia Brasileira de Letras, em novembro de 1917.

Se o estudo de Pujol foi e é imprescindível, sendo editado e lido até hoje, por outro lado foi o que iniciou uma imensa confusão a respeito da mãe de Machado de Assis, Maria Leopoldina. Ao escrever que tanto a mãe como o pai de Machado eram "gente de cor", esta informação cristalizou-se, pois até os nossos dias há quem, para estudar a vida de Machado, só leia o Pujol e, com isso, diga que Maria Leopoldina era mulata ou negra e que fazia serviços domésticos. Assim como escreva ou afirme que Francisco de Assis era um pintor de casas, outra inverdade.

Se o estudante ou pesquisador der um segundo passo e ler Lucia Miguel Pereira, a segunda biógrafa de Machado, vai receber a informação de que Maria Leopoldina era ilhoa, ou seja, viera de uma ilha do Atlântico pertencente a Portugal, tratando-se, portanto de uma portuguesa branquíssima. Mas, em seguida, Lúcia acrescentou por conta própria, nesta curta descrição – não entrou em detalhes indicando de que ilha a progenitora de Machado viera – a palavra "lavadeira"... e, consequentemente, a partir daí, Maria Leopoldina passou a ser uma brancarrona ignorante, que lavava roupa para fora...



Cena do Rio de Janeiro, em litografia de Adolphe D'Astrel, início do séc. XIX

Nem todos os pesquisadores dão o terceiro passo...ou seja, seguem adiante na leitura das biografias, folheando Gondin da Fonseca, ou Raimundo Magalhães Junior e Jean-Michel Massa. Se o fizerem, vão descobrir que Maria Leopoldina viera dos Açores, mais precisamente da Ilha de São Miguel, e que, ao imigrar para o Brasil, se transformaria em agregada na casa senhorial de dona Maria José de Mendonça Barroso, no morro do Livramento, onde possivelmente aprenderia a ler e a escrever muito bem. Se é que já não aprendera antes, em sua terra natal. Como agregada, fazia, sim, trabalhos domésticos, mas estava longe de ser empregada ou lavadeira. Costurava, bordava, cerzia roupas e

ajudava a poderosa dona Maria José nos trabalhos de casa, estando, porém, longe de ser uma serviçal. No casarão do Livramento, na primeira metade do séc. XIX, é quase certo que o trabalho pesado doméstico fosse feito por escravas. O mesmo acontecendo quanto à função de lavadeira: escravas negras e mulatas cuidavam do rol de roupas de seus senhores, lavando e passando indumentárias, toalhas de mesa, de banho, colchas e lençóis.

Morro do Livramento, 1831

Estaria assim decifrado o mistério de Maria Leopoldina? Longe disso. Se Gondin da Fonseca foi até os Açores e achou sua certidão de nascimento, tendo descoberto que nascera em 1812, considerou que Maria Leopoldina veio muito criança para o Brasil, provavelmente em 1815, isto é, com apenas 3 anos. Posteriormente, no entanto, ela teria voltado aos Açores ou pediria a parentes que conseguissem novas certidões, já que estas seriam tiradas cinco vezes ainda, a partir de 1822, a última em 1838, quando se casaria com Francisco de Assis.

Jean-Michel Massa, que também viajou aos Açores à cata de informações, afirma em seu completíssimo ensaio *A juventude de Machado de Assis* que não existe a possibilidade de se afirmar que ela veio em 1815, sendo mais provável que tenha vindo entre 1817 e 1826, ou seja, entre a data da chegada da arquiduquesa austríaca Leopoldina ao Brasil e o ano de sua triste morte no Palácio de São Cristóvão, já como imperatriz e mãe de seis filhos, entre eles aquele que futuramente seria D.Pedro II. O pesquisador francês baseia esta sua conclusão no fato de a açoriana Maria ter acrescentado Leopoldina a seu nome de batismo, em homenagem à sofrida esposa de dom Pedro I, partindo do princípio de que esta carinhosa homenagem fora feita enquanto Leopoldina ainda se encontrava viva.

De qualquer forma, ficamos sem saber exatamente quando Maria Leopoldina de Assis, que em solteira se assinava Machado da Câmara, aportou no Rio de Janeiro. E muito menos quando é que foi adotada por dona Maria José, residindo em sua mansão como agregada privilegiada, provavelmente por ter ficado órfã de pai e de mãe.

Um outro ponto de divergência entre Gondin da Fonseca e Massa é a respeito dos familiares da açoriana, que nos legaria um dos maiores, senão o maior escritor de nossa pátria. Para Fonseca, os antepassados de Maria eram pessoas de certo nível social, chegando a mencionar até mesmo certa nobreza ou pitada de "sangue azul", enquanto Massa diz se tratarem de gente muito simples, podendo até ser iletrados. Se Gondin considera que Maria Leopoldina já veio alfabetizada para o Brasil, Massa é de opinião de que foi dona Maria José quem a iniciou nas letras, oferecendo-lhe educação esmerada, nada comum às jovens daquele século, sobretudo agregadas. O certo é que adulta, ao se casar com Francisco de Assis em 1938, Maria Leopoldina de Assis tinha letra firme e bela caligrafia. E tanto ela como o marido liam. Sendo mais do que notória a versão de que Francisco de Assis, pardo forro com sensibilidade de artista, era assinante do *Almanaque Laemmert,* publicação que existiu no Brasil entre 1844 e 1889 e que trazia informações sobre a corte brasileira, ministérios, legislação imperial, dados censitários e comerciais.

Enfim, podemos dizer com segurança que Machado, filho de uma portuguesa dos Açores e de um pintor-dourador, não foi criado por ignorantes. O que é muito pouco, a respeito de sua infância, mas já é alguma coisa. Também sabemos que sua madrinha – dona Maria José, a proprietária do casarão colonial do morro do Livramento e praticamente de todo o morro, foi quem o batizou – morreu quando ele tinha seis anos, o mesmo tendo acontecido com sua irmãzinha Maria, devido a uma epidemia de varíola que grassou no Rio em 1845. Assim como também temos certeza, já que o incansável Gondin da Fonseca, grande vasculhador de certidões, descobriu a certidão de óbito, que sua mãe morreu quando ele tinha 9 anos, de doença no pulmão. Quanto ao pai, durante muito tempo não se soube quando morreu exatamente. Lucia Miguel Pereira chega a dizer que morrera quando Machado era adolescente. Mas Gondin da Fonseca também conseguiu encontrar a certidão de óbito paterna, e com isso passamos a saber que Francisco faleceu em 1864, exatamente no ano em que Machado de Assis publicaria seu primeiro livro de versos, *Crisálidas*, que dedicaria aos pais.

A madrasta Maria Inês, essa, sim, mulata, que se casaria com Francisco de Assis quando Machado tinha 15 anos, sobreviveria ao marido por muitos anos, pois seria já reconhecido como jornalista e escritor que Machado levaria um amigo a São Cristóvão para despedir-se da defunta, durante o velório. Atualmente se sabe que Maria Inês nasceu em 1821 e morreu em 1891, ano em que *Quincas Borba* seria publicado, estando Machado com 52 anos e tendo dado, dez anos antes, aquela guinada ficcional crucial em sua trajetória literária, iniciada com a criação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em 1881.

E agora, está tudo mais ou menos solucionado? Não. Nunca a infância e a adolescência de Machado serão realmente esclarecidas por seus biógrafos, até porque ele não os ajudou em nada. Muito pelo contrário. Mis-

térios ainda existem e sempre existirão, pois infelizmente Machado, ao morrer, deixou instruções a Mário de Alencar para que queimasse toda a sua correspondência com Carolina, durante o noivado. Sobraram apenas duas cartas, nas quais Machado dá a entender que escrevia para a noiva não raro duas vezes ao dia. Imagine-se o manancial de informações íntimas que o leitor apaixonado por Machado não perdeu, devido a esta decisão incendiária... Pois é claro que para Carolina Xavier de Novais, portuguesa como Maria Leopoldina, Machado nada deve ter escondido de seu sofrido passado. Muito provavelmente lhe terá contado tudo o que aconteceu em sua vida desde a morte da mãe até começar a escrever poemas e se tornar amigo de poetas e escritores, frequentando a livraria do amigo Paula Brito, na Praça Tiradentes. Este é, aliás, o ponto mais obscuro de sua existência, sua vida dos 9 aos 15, 16 anos. Sabe-se, devido a relatos de conhecidos e amigos, que vinha de São Cristóvão, onde o pai fora morar com Maria Inês, para o centro, de barca, sempre agarrado a um livro, assim como se sabe que frequentou o Real Gabinete Português de Leitura, absorvendo tudo o que podia dos clássicos portugueses. Mas se foi realmente coroinha ou tipógrafo, não é possível assegurar. E se realmente aprendeu francês na padaria da francesa Madame Gallot, também só existem versões, não fatos, o mesmo acontecendo com a de que foi vendedor de balas e confeitos num colégio de meninas, próximo ao palácio da Quinta da Boa Vista, no qual trabalhava Maria Inês.

Vista de rua no Morro do Livramento à época

Tudo informação e contrainformação. Sombras. Especulação. Quem foi de fato Maria Leopoldina é outra incógnita. Por que ao vir para o Brasil foi incorporada à família de dona Maria José também é mais uma pergunta sem resposta... Podemos nos agarrar no entanto à obra de seu filho para procurar, senão uma resposta, ao menos uma aproximação do que no passado foi uma realidade concreta, que atualmente nos escapa pelos dedos... Pois Machado nos deixou pegadas nesta selva escura, ou luzes no final do túnel, em seus romances e contos, povoados de agregadas. O que foram Estela (a madrasta de *Iaiá Garcia*), Helena (protagonista do romance homônimo e também do conto "Frei Simão"), Lalau, Mariana, e até mesmo Capitu, além de agregadas ou mulheres pobres, desvalidas, que se aproximaram de famílias ricas, sendo por elas incorporadas ou rechaçadas? Sim, Machado nos deixou sinais ou pistas autobiográficas em vários de seus relatos.

De todos eles, o de que gosto mais é o conto "Casa Velha", publicado entre 1884 e 1885, como folhetim. A dramática história de Lalau e de Felix, filho da poderosa dona Antonia, contada por um cônego pesquisador da sociedade dos tempos de dom Pedro I. Para mim, está tudo ali. A casa do morro do Livramento, seus poderosos moradores. A rica biblioteca. A capela. A moça linda, de olhos verdes, que se apaixona pelo filho de sua toda-poderosa protetora. E que é proibida de se casar com ele, por razões misteriosas. Talvez fosse filha natural do patrão. Talvez não. O que importa é que houve um amor e uma interdição, espécie de *leitmotiv* em várias narrativas machadianas. E que Lalau, que na realidade se chamava Claudia, sem conseguir concretizar seu sonho, se viu obrigada a descer novamente de posição social, casando-se com o filho do segeiro. Machado só não escreveu que este filho do segeiro era pardo forro. Não quis entrar nestes detalhes étnicos ou raciais. Até porque ninguém mais "grego" do que Machado, diria um dia Nabuco. Mais do que a questão da pele ou cor, o que importava para Machado era a questão social. Lalau caiu do pedestal, do sonho de se casar com o filho da madrinha. Dizem que o verdadeiro filho da madrinha, Joaquim José, o herdeiro do Livramento, ficou louco, assim como ocorreria ficcionalmente com Frei Simão, ao ser impedido pelos pais de se casar com sua Helena. Helena, que no romance do mesmo nome morreria de tristeza por não poder se casar com seu "meio-irmão" Estevão.

O que podemos concluir de tudo isso é que, assim como estas protagonistas, a mãe de Machado carregava imensa tristeza no peito. Tristeza que a mataria antes de completar os 40 anos. Uma espécie de desilusão trancada no peito... devido a um amor não realizado? Proibido, interditado? Mistério, enigma... mais profundo ou tenebroso ainda quando sabemos que ao morrer Maria Leopoldina foi enterrada juntamente com dona Maria José, a orgulhosa dona da "Casa Velha" do Livramento, no convento de Santo Antônio. Uma pena a bela açoriana, que provavelmente tinha olhos verdes como Lalau e Capitu, não ter chegado à idade avançada de Maria Inês. Deixou de ver o filho famoso e consagrado. Pois tenho certeza de que tudo o que ele fez na vida foi "em nome da mãe". Para deixá-la feliz, estivesse morta ou viva. O amor de Machado pela mãe era tão grande, tão grande, que no conto "Férias" ele matou o pai, mas deixou viva a mãe... Nada como a literatura para possibilitar a realização de desejos inconscientes... ou até mesmo conscientes... pois Machado era um cerebral... devia ter pleno domínio do que escrevia...

CECILIA COSTA JUNQUEIRA
Jornalista e escritora
Autora de *Damas de Copas, Julia e o Mago* (Record) e outros

Machado de Assis e a Teoria do molho

AFRÂNIO COUTINHO *(IN MEMORIAM)*

Machado de Assis é uma demonstração da teoria favorável ao valor do mestiço como elemento construtivo em nosso país, onde mulatos claros e claramente mulatos convivem de bom grado. Conheci muita loura com ascendência na senzala. Segredos da genética. E quanto mais antiga a árvore genealógica, maiores as possibilidades de impureza.

Escurinho, enfermiço, carente de formação intelectual, logrou Machado furar a sociedade escravocrata, preconceituosa, dividida em elite e povoléu, e atingiu a culminância de maior figura das letras brasileiras. Só o gênio seria capaz de semelhante façanha. Só a genialidade criadora construiria a obra de arte imorredoura que saiu de sua pena.

Essa obra foi erigida no dia a dia que acrescentaria ao gênio a longa paciência, a pertinácia no aprendizado, na aquisição das técnicas da arte literária e seus inúmeros segredos, que ele conseguiu dominar todos no contacto dos grandes mestres e modelos do ofício.

Não lhe foi fácil. De analfabeto, passou sucessivamente ao domínio de idiomas estrangeiros, o francês, o inglês, o espanhol, os idiomas clássicos, haja vista o grego. A literatura universal povoou o seu cérebro graças ao trabalho diurno e noturno, abrindo mão das regalias da vida social em benefício de uma existência recatada que "num recanto pôs o mundo inteiro", nas suas próprias palavras, no famoso soneto a Carolina.

Sua obra monumental, que, como afirmou o escritor mexicano Carlos Fuentes, deu início ao *boom* da literatura latino-americana como o maior romancista do século XIX, situa-o como o maior escritor das Américas e o maior prosador da língua portuguesa.

Que obra é essa? Que carecteres apresenta que a tornam um monumento de arte?

* * *

Quando Machado de Assis afirmou que "pode ir buscar a especiaria alheia, mas há de ser para temperá-la com o molho de sua fábrica", estava gravando num aforismo toda a sua teoria da originalidade em literatura. Noutro passo, condenando os macaqueadores de Victor Hugo, "que julgam ter entrado na família do poeta, só com lhe reproduzir a antítese e a pompa da versificação", sentencia ele novamente no mesmo sentido: "O discípulo é outra coisa: embebe-se na lição do mestre, assimila ao seu espírito o espírito do modelo". Ainda noutra ocasião afirmara: "Tiro de cada coisa uma parte e faço o meu ideal de arte, que abraço e defendo". Em outro lugar, declara: "Que a evolução natural das coisas modifique as feições, a parte externa, ninguém jamais o negará; mas há alguma coisa que liga, através dos séculos, Homero e Lord Byron, alguma coisa inalterável, universal e comum, que fala a todos os homens e a todos os tempos".

* * *

Machado de Assis é um escritor consciente do seu ofício, e toda a sua obra de criação está fundamentada em bases teóricas – numa concepção geral da arte, da literatura, dos gêneros e do processo de realização. O escritor logrou estabelecer, para uso próprio, um cânon literário, através de lenta evolução e amadurecimento progressivo, o que lhe proporcionou o domínio da técnica da ficção expressa nas suas obras da maturidade. Esse cânon pode ser percebido pelo estudo de sua crítica, assim como através de suas crônicas, constituindo um corpo de teoria literária (…)

Foto: Acervo de Eduardo F. Coutinho

AFRÂNIO COUTINHO, 100 anos

Se estivesse vivo, o professor, crítico literário e ensaísta completaria o centenário neste ano. Nascido em Salvador, formado em Medicina, ensinou Literatura e História no curso secundário e na Faculdade de Filosofia da Bahia. No Rio de Janeiro foi catedrático do Colégio Pedro II, fundando na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette a cadeira de Teoria e Técnica Literária. Livre docente de Literatura Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, foi nela catedrático de Literatura Brasileira, criou e dirigiu a Faculdade de Letras e sua Biblioteca. Coordenou os cursos de pós-graduação, sendo professor visitante em universidades dos EUA, da Alemanha e da França. Com a Oficina Literária Afrânio Coutinho – OLAC, promoveu estudos, cursos e conferências com escritores nacionais e estrangeiros. De sua vasta obra, além da referida, destaca-se *A literatura no Brasil*, 6 vols. (1968-71 e 1986), por ele organizada.

Colaborou na imprensa e em revistas literárias, nacionais e estrangeiras. No Suplemento Literário do *Diário de Notícias* criou seção de crítica e teoria literárias. Recebeu as Medalhas Anchieta e Golfinho de Ouro, no RJ, e os Prêmios Paula Brito, Nacional do Livro. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, da Academia de Letras da Bahia, da Sociedade de Estética dos EUA, da UBE e da ABE. Doutor *Honoris Causa*/ UFBA, Professor Emérito/ UFRJ e Acadêmico da ABL.

Essa riqueza de princípios – princípios de natureza estética – à luz dos quais Machado estabelece os seus juízos de valor, as suas aferições, os seus conselhos e julgamentos, ficou bem evidenciada no estudo que dedicou a Eça de Queirós e à escola realista. Analisando a obra do escritor português, Machado considerou o enredo, a trama dos acontecimentos, a estrutura, a concepção, o caráter dos personagens, a formação dos tipos, tudo o que na construção do romance constitui elemento estético, específico, peculiar, e revela a natureza literária do gênero. A sua crítica é, assim, de natureza estética ou poética, de acordo com a regra aristotélica, e não de cunho moral. "Voltemos os olhos para a realidade, mas excluamos o Realismo, e assim não sacrificaremos a verdade estética", eis a sua fórmula lapidar. Verdade estética – aí está a essência de sua concepção da arte e da crítica, uma concepção para a qual são distintas a arte e a moral.

A compreensão da teoria literária machadiana é fundamental para a interpretação de sua técnica da ficção e da composição.

Aspecto importante é o das impregnações e reminiscências de outros escritores em sua obra. O estudo das influências em Machado revela a enorme dívida do escritor aos estrangeiros, antigos e modernos, dívida tão grande que dá ideia de uma verdadeira esponja, cujo processo era a assimilação e transformação de muito material de outrem recebido pela leitura.

O que importa em arte não é o material, venha de onde vier. É o modo como é tratado. É o seu tratamento original, artístico. E esse foi o segredo de Machado.

Ao buscar em fontes alheias inspirações, sugestões, imagens, moldes, fórmulas, soluções, jamais usava tais contribuições exatamente como estavam na origem, nem reproduzia literalmente. "O certo é que, apesar de haver pilhado alimento em muito timo e muita manjerona, deu-nos um mel de seu fabrico que não sabe a timo nem a manjerona", afirmou Mário Casassanta. Com isso praticou aquilo do dito de Baudelaire: "Tu m'a donné ta boue et j'en ai fait de l'or".

O mesmo processo ele empregava em relação ao material que recolhia da observação da realidade em torno a si. A sua visão da vida era vertida em arte, essa matéria de vida era transfigurada em matéria artística, a sua experiência da realidade era transformada em verdade estética.

Pois bem, a compreensão desse processo reside na teoria exposta nas sentenças acima transcritas, nas quais se configura o que se poderia chamar a sua teoria do molho: a matéria-prima pode vir de onde for possível, mas ao bom artista cabe transformá-la, transfigurá-la, imprimir-lhe um cunho peculiar, graças ao tempero com o molho de sua fábrica. Isso é essencial para a compreensão da arte machadiana. Mercê desse processo, construiu suas obras-primas. O molho é seu, e de ninguém mais, é-lhe próprio, da fábrica de seu espírito. Aí é que está a diferença que se nota entre a sugestão inicial, retirada a um escritor qualquer, e a obra acabada, com seus padrões de significado e sua estrutura específica: passou pela forja, pelo laboratório, foi temperada com o molho machadiano, que é próprio, inconfundível, personalíssimo. Do contrário, sabendo-se as peças com que ele compôs os seus monumentos, por que a outros não se torna possível repeti-los. É essa teoria do molho que explica também a brasilidade de Machado.

Excertos de *Machado de Assis na Literatura Brasileira*. ABL, Col. Afrânio Peixoto, 1990, pp.12-13/45-47

A poesia de Vitorino Nemésio, uma seleta*

Foto: Luissilveira

Busto de Vitorino Nemésio, obra do escultor Álvaro Raposo França, 1994, Praia da Vitória, Ilha Terceira

A CONCHA

A minha casa é concha. Como os bichos
Segreguei-a de mim com paciência:
Fachada de marés, a sonho e lixos,
O horto e os muros só areia e ausência.

Minha casa sou eu e os meus caprichos.
O orgulho carregado de inocência
Se às vezes dá uma varanda, vence-a
O sal que os santos esboroou nos nichos.

E telhados de vidro, e escadarias
Frágeis, cobertas de hera, oh bronze falso!
Lareira aberta ao vento, as salas frias.

A minha casa... Mas é outra a história:
Sou eu ao vento e à chuva, aqui descalço,
Sentado numa pedra de memória.

(in Poesia)

OUTRO TESTAMENTO

Quando eu morrer deitem-me nu à cova
Como uma libra ou uma raiz,
Deem a minha roupa a uma mulher nova
Para a amante que a não quis.

Façam coisas bonitas por minha alma:
Espalhem moedas, rosas, figos.
Dando-me terra dura e calma,
Cortem as unhas aos meus amigos.

Quando eu morrer mandem embora os lírios;
Vou nu, não quero que me vejam.
Assim puro e conciso entre círios vergados.
As rosas sim; estão acostumadas
A bem cair no que desejam:
Sejam as rosas toleradas.

Mas não me levem os cravos ásperos e quentes
Que minha Mulher me trouxe:
Ficam para o seu cabelo de viúva,
Ali, em vez da minha mão;
Ali, naquela cara doce ...
Ficam para irritar a turba
E eu existir, para analfabetos, nessa correcta
[irritação.

(...)

Quando eu morrer ...
Eu morro lá!
Faço-me morto aqui, nu nas minhas palavras,
Pois quando me comovo até o osso é sonoro.

Minha casa de sons com o morador na lua,
Esqueleto que deixo em linhas trabalhado;
Minha morte civil será uma cena de rua;
Palavras, terras onde moro,
Nunca vos deixarei.

Mas quando eu morrer, só por geometria,
Largando a vertical, ferida do ar,
Façam, à portuguesa, uma alegria para
[todos;
Distraiam as mulheres, que poderiam chorar;
Deem vinho, beijos, flores, figos a rodos,
E levem-me – só horizonte – para o mar.

(in Poesia)

Foto Luissilveira

Cidade da Horta, vista parcial do cimo do Miradouro de N. S.ª da Conceição, Concelho da Horta, Ilha do Faial

VERSOS A UMA CABRINHA QUE EU TIVE

Com seu focinho úmido
Esta cabrinha colhe
Qualquer sinal de noite
De que a erva se molhe.

Daquela flor pendente
Pra que seu passo apela
Parece que a semente
é o badalinho dela.

Sua pelerinha escura
Vela-a da noite sentida;
Tem cada pelo uma gota,
com passos, poeira, vida.

De silêncio, silvas, fome,
Compõe nos úberes cheios
Toda a razão de seu nome
E fruto de seus passeios.

Assim já marcha grave
Como os navios entrando,
Pesada dos pensamentos
da Sua vida suave.

E enfim, no puro penedo
De seus casquinhos tocados,
Está como o ovo e a ave:
Grande segredo
Equilibrado.

(*in Eu, comovido a oeste*)

POLDRO DE SOM

A meu compadre Mário de Castro

Meu poema a cavalo é um poldro de som.
Pégaso de atrelar, que narina o fareja?
Vamos iguais na sela, é o mesmo o dom:
Centauro, filho da inveja!

De uma crina já úmida, na corda,
Desfiro o passo nocturno.
Abri o desabafo ao ritmo certo.
Meu estribo, soturno,
Pende do flanco aberto.

Acaso a noite, acaso
Desfilando por mim me fez sangue de indício
E, então, relincho – ajudas, prazo
Entre o partir e a queda – é o precipício.

Uma estrela entre os olhos me assinala;
Adianto, adianto, mas parou
Coração de cavalo que eu não era:
Outra pata o estacou.

A montada em descuidos uma pedra
Na ferradura engasta.
É doloroso à mão pousar tão duro
No tempo que se afasta.

(*in O cavalo encantado*)

**In Antologia da poesia portuguesa contemporânea*. Org. Carlos Nejar pp. 10-17, Massao Ohno/Roswitha Kempf Ed.

Vitorino Nemésio Mendes Pinheiro da Silva, açoriano da Ilha Terceira, nasceu na Vila da Praia da Vitória, em 19/12/1901, e morreu em Lisboa, em 20/2/1978.

Estudou nos Açores e, incompreendido, foi expulso do Liceu de Angra. Com 15 anos publica o *Canto matinal*, primeiro livro de poesia. Concluiu o Curso Geral dos Liceus em 1918, com elevada qualificação. Licenciou-se em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Lisboa, onde foi professor, catedrático concursado, em 1940, e Diretor, de 1956-58; lecionou também nas Universidades de Bruxelas e Montpellier. Em 1952 viajou pela primeira vez ao Brasil, depois um destino frequente, a partir de 1958, quando lecionou na Bahia, no Ceará, e no Rio de Janeiro.

Ainda jovem, Nemésio chegou à Horta imbuído de ideais republicanos, pois em Angra do Heroísmo participara de reuniões literárias, republicanas e anarco-sindicalistas, influenciado sobretudo pelo amigo Jaime Brasil, seu primeiro mentor intelectual, e por outros como Luís da Silva Ribeiro, advogado, e Gervásio Lima, escritor e bibliotecário.

Ao final da Primeira Guerra Mundial o porto de Horta era escala de reabastecimento de frotas, de repouso da marinhagem e centro de comunicações por cabos submarinos. Isso deu a ele ingredientes para o romance *Mau tempo no Canal*, 1944, cuja ação ocorre nas ilhas Faial, Pico, São Jorge e Terceira, e é nucleada em Horta, uma "saga proustiana das ilhas dos Açores".

Além de *Canto matinal*, 1916, sua obra poética inclui *O poeta povo*; *A fala das quatro flores*; *Amor de nunca mais*; *Nave etérea*; *Eu, comovido a oeste*; *Nem toda a noite a vida*; *O pão e a culpa*; *O verbo e a morte*; *Poesia*; *O cavalo encantado*; *Andamento holandês; Poemas graves*; *Canto de véspera*; *Limite de idade*; *Poemas brasileiros*; *Sapateia açoriana*.

Outras publicações: *Paço do Milhafre* e *O mistério do Paço do Milhafre* (contos); estudos críticos sobre Gil Vicente, Gomes Leal, Bocage e Moniz Barreto; *Ondas médias*; *O segredo de Ouro Preto e outros caminhos*; *O campo de São Paulo*; *Corsário das ilhas*; *Conhecimento de poesia*; *Jornal do observador*; *Era do átomo* e *Crise do homem*.

Analisa Massaud Moisés, em *A Literatura Portuguesa* (Ed. Cultrix, São Paulo):

A poesia de Vitorino Nemésio nucleia-se especialmente em torno da lembrança da infância e da imagem deixada em sua memória pela ilha natal, uma e outra transfiguradas magicamente e aureoladas do signo dum paraíso perdido para sempre. Daí que os temas folclóricos e popularescos, de origem ilhoa, dividam o território lírico com outros de circunstância, tendo por fulcro a Bahia, a Espanha, a Bélgica. Entretanto, à medida que evolui, sua poesia vai-se tornando concisa, hermética e oracular. E aos poucos, à visão magoada do passado remoto e do arquipélago revisitado pela saudade, sucede o encontro duma "pátria" transcendental, em que as duas matrizes de sua inspiração semelham fundir-se numa só.

Teófilo Braga & Ana Maria Machado:
uma história da tradição oral em duas versões

Laura Bitarelli Reboulet

"O caldo de pedras" é narrativa muito popular na Europa e difundida em todo o Brasil. Comparamos duas versões deste conto: a da brasileira Ana Maria Machado (AMM), "Pedro Malasartes e a sopa de pedra", e a do açoriano Teófilo Braga (TB), "O Caldo de pedra".

A história é basicamente a mesma: uma personagem faminta vai até a casa de outra, avarenta, para lhe pedir um pouco de comida. A avarenta mente, dizendo que nada tem para oferecer. A primeira, então, irá astutamente enganá-la, dizendo que fará uma sopa de pedra e que só precisa de um pouco de água. Aos poucos vai lhe pedindo outros ingredientes como sal, legumes, carne. Curiosa para saber como é esta sopa, a avarenta lhe dá tudo e não percebe que, no final, a sopa de pedra é apenas uma sopa comum.

A primeira diferença que notamos entre as duas versões se refere às personagens. Na versão de Teófilo Braga, a personagem faminta é um frade: "Um frade andava no peditório. Chegou à porta de um lavrador, mas não lhe quiseram aí dar nada"(TB-231). Na versão de Ana Maria Machado o herói é Pedro Malasartes: "Um dia, Pedro Malasartes vinha pela estrada com fome e chegou a uma casa onde morava uma velha pão-dura". (AMM-81)

A origem dessa narrativa vai delinear a tradição cultural de cada país. Sendo o catolicismo bastante influente em Portugal, não é de se estranhar que conte a história de um frade em peregrinação. Entretanto, a influência da tradição espanhola irá colocar, no lugar do frade, uma personagem picaresca, e é desta forma que a narrativa chegou ao Brasil.

Pedro Malasartes é personagem ibero-americana muito popular, tendo se espalhado pelo mundo: "Malazarte, Malaartes, Urdemales, Ulimale, Urdemale mais uns dez tipos de nomes, corre a península ibérica desde o século XIII..." (CC-262). Famoso por ser um malandro, com boa lábia que o torna o maior enganador das redondezas, é sempre um jovem de origem humilde que acaba conseguindo tudo o que quer por sua esperteza. Seu nome vem de "São Pedro," também conhecido por ser astuto, e o sobrenome "Malasartes" provém de arte, alguém arteiro, artimanhoso ou que faz travessuras. Na Espanha ele é conhecido como "pícaro", personagem que, ao viver numa sociedade corrupta, precisa usar a inteligência, única arma que tem para sobreviver. Câmara Cascudo observa que ele é um tipo central na novela picaresca:

> *Desenvolto, airado, cínico, fura-mundo, inesgotável de expedientes e fértil em habilidades inescrupulosas, atraiu todos os episódios existentes no nível amoral de sua ação, agrupando-os derredor, como irradiações naturais de sua campanha. (CC-261)*

Observamos que nas duas versões a personagem finge que só precisa de uma panela e de um pouco de água para fazer a sopa com uma pedra encontrada no chão. A cena é cômica, pois Pedro Malasartes simula ser grande conhecedor dessa receita extravagante. Ele dá instruções absurdas a respeito da pedra para que a sopa fique saborosa, convencendo assim a velha senhora: "– Com esta pedra aqui eu

faço a sopa mais deliciosa do mundo. O importante é lavar bem, esfregar bem esfregadinho e deixar a pedra bem limpa antes de botar na panela"(AMM-82). O frade finge examinar a pedra como se ela fosse um verdadeiro ingrediente e fala como se esta fosse receita muito conhecida: "E pegou numa pedra do chão, sacudiu-lhe a terra e pôs-se a olhar para ela, como para ver se era boa para o caldo. – Então nunca comeram caldo de pedra? Só lhes digo que é uma coisa muito boa." (TB-231)

É importante ressaltar que a personagem picaresca não engana apenas por maldade, ela o faz apenas contra os ricos egoístas e avarentos. Desta maneira, ganha a simpatia popular e, assim como o descreve Câmara Cascudo, Pedro seria um poderoso vingador das humilhações anônimas contra a cobiça alheia:

> *A característica funcional de Pedro Malazarte é o seu utilitarismo. Nenhuma ideia instintiva de maldade desinteressada o anima a cometer uma diabrura. Se não existir a possibilidade de resultado econômico Malazarte desistirá de qualquer ação. Não tem nele a tendência irresistível do "Lúdus", como o Saci Pererê brasileiro, o Lutin francês, o Gremlin norte-americano. Há nele igualmente o plano social de crítica, de ataque, de castigo aos ricos e aos fidalgos, adaptado, no sertão brasileiro, aos fazendeiros e comerciantes que são ludibriados pelo velhaco.(CC-262-3)*

Notamos esta característica na narrativa de Ana Maria Machado. Pedro Malasartes só irá enganar a velha senhora, porque percebera que esta lhe mentiu, quanto ao fato de não ter um pouco de comida para lhe dar:

> *– Não tem nada de comer nesta casa – foi logo dizendo a velha.*
>
> *Ele olhou em volta, viu um curral cheio de vacas, um galinheiro cheio de galinhas, umas gaiolas cheias de coelhos, um chiqueiro cheio de porcos. E mais uma horta muito bem cuidada, um pomar com árvores carregadinhas de frutas, um milharal viçoso, uma roça de mandioca. (AMM-81)*

Os finais das narrativas são distintos. No conto de Ana Maria Machado, Pedro Malasartes revela à velha senhora que a enganou:

> *Ela ficou olhando para ver o que ele fazia com a pedra, mas Pedro deixou a pedra na panela.*
>
> *– E a pedra? Perguntou.*
>
> *– A gente joga fora.*
>
> *– Joga fora?*
>
> *– É... Ou então lava bem e guarda para fazer outra sopa no dia em que for preciso enganar outro bobo.(AMM-84)*

O narrador deixa ao leitor a escolha de duas conclusões diferentes, técnica que dá maior oralidade à narrativa:

> *Uns dizem que ela ficou tão furiosa que jogou a panela em cima dele, com sopa quente, pedra e tudo.//Outros dizem que ela deu uma gargalhada, viu que tinha merecido, mas tratou de tomar a sopa e guardar a pedra.// Pode escolher o fim. E fica sendo assim.(AMM-84)*

No conto português, também fica a indagação sobre o destino da pedra. Porém o frade não revelará sua artimanha, e a guardará para fazer exatamente o que Malasartes disse na narrativa de Ana Maria Machado: enganar outro bobo, como podemos observar:

> *A gente da casa, que estava com os olhos nele, perguntou-lhe:*
>
> *– Oh, Senhor Frade, então a pedra?*
>
> *– A pedra, lavo-a e levo-a comigo para outra vez. E assim comeu onde não lhe queriam dar nada. (TB-232)*

A moral das duas versões é a mesma: não devemos ser avarentos, é sempre bom repartir e ser generoso. Percebemos então que a narrativa, apesar do grande número de versões que possui, não varia muito nos temas, na estrutura e na filosofia.

Referências

AMM: MACHADO, Ana Maria, *Histórias à brasileira*, São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2007, vol. II, p. 81-4.
TB: BRAGA, Teófilo, *Contos tradicionais do povo Português*, Lisboa: Dom Quixote, 1999, vol. I, p. 231-2.
CC: CASCUDO, Luis da Câmara, *Literatura oral no Brasil*, Brasília: Livraria José Olympio Editora, 1978, p. 261-3

LAURA BITARELLI REBOULET
Mestre em Literatura – Université de Sorbonne Nouvelle - Paris III

A escrita de Horácio Bento de Gouveia: lugares, ícones e tipos humanos da ilha da Madeira

Cacimba do Portuga, Praia da Ponta da Calheta, Ilha do Porto Santo, Arquipélago da Madeira

THIERRY PROENÇA DOS SANTOS

Além de professor do ensino secundário, Horácio Bento de Gouveia (1901-1983) foi cronista e romancista. Publicou centenas de crónicas, motivadas pelos mais variados temas, três contos e seis romances, em que problematiza a condição do homem insular, bem como a sua relação com o mundo.

Os cenários descritivos ou situacionais projectados nos seus textos fazem passar diante do leitor que experimentou viver (n)a Madeira imagens reconhecíveis ainda hoje: ali está a moldura natural da freguesia de Ponta Delgada, terra natal do escritor, com o mar à frente e o paredão vertiginoso da Muranha atrás. Do outro lado da Ilha, perfilam-se as artérias do Funchal e o cais da Cidade. Em novo plano, focam-se outros pormenores da paisagem insular, como a espuma do mar nos calhaus, o serpentear das veredas na serra, a fragrância das matas nos planaltos, os assombrosos socalcos com vinhedos, bananeiras ou outras hortaliças, as nuvens a galgar as arestas da serrania e a suave orografia do Porto Santo com a sua extensa praia de areia dourada.

Foto: Abel Zeferino

Carro de bois, Ilha da Madeira, 1920

As lides quotidianas e os costumes ocupam um lugar assinalável através de quadros da vida rural, dando conta do falar típico de populares e dos sons da realidade campesina, das crenças e dos arraiais, das comidas e bebidas.[1] Há, além disso, ícones que identificam a cidade do Funchal, tais como o mais que centenário *Diário de Notícias*, da Madeira, o *Hotel Reid's*, o típico "carro de bois", o café *Golden Gate*, a Rua da Carreira, a burguesia funchalense ou o *Sport Club Marítimo*. Estas marcas da cor local funcionam não como mera inventariação, mas como mola capaz de accionar a poesia do lugar, ou seja, a memória afectiva que o leitor madeirense possa ter desses mesmos lugares, valorizando o que a Madeira tem de duradouro, de original e de autêntico em vez de projectar momentos etnográficos de pacotilha.

Relativamente aos tipos humanos retratados, a galeria é extensa. O escritor tanto apresenta figuras tradicionais como perfis genuinamente madeirenses.

Em *Ilhéus/Canga* (1949-75), romance que ilustra o regime agrário da colonia, o leitor trava conhecimento com figuras pal-

Horácio Bento de Gouveia no traço de Marcos Milewski, 2005

pitantes, como o Manuel Esmeraldo – protótipo do adolescente da burguesia rural com preocupações intelectuais e submetido a um processo de maturação –, o João Miséria – "vilão" digno mas preso à condição que a alcunha determinou – o compadecido e bonacheirão padre Casimiro, os gananciosos e desumanos senhorios e, ainda, o desprezível "feitor" que zela pelos interesses de seu patrão, humilhando os caseiros.

Em *Águas Mansas* (1963), a narrativa que ilustra, a par dos lances de um jovem madeirense, Pedro de Guimarães, que vai para Lisboa estudar, a actividade nos engenhos de cana-de-açúcar numa freguesia do norte da Ilha, assiste-se à concorrência dos três industriais locais, a braços com o problema vital que a gestão da água constitui para a freguesia, ao ritmo dos mais variados mexericos e rivalidades inerentes à sua distribuição.

Quer em *Lágrimas Correndo Mundo* (1959), romance que retrata a condição das bordadeiras, quer em *Torna-viagem: o Romance do Emigrante* (1979), surgem sobretudo tipos modernos, com particular destaque para o *self made man* que, à força de trabalho honesto, determinação e sentido apurado para o negócio, consegue tornar-se um empresário de sucesso. Tal é o destino de João, no primeiro romance, e o de Francisco, no segundo, ambos curiosamente de apelido homónimo – Freitas – patronímico muito comum na Madeira.

Na verdade, a figura do emigrante está presente em toda a obra bentiana. Declina-se, em particular, nestes três tipos: desde o Manulinho que segue para a África do Sul, em *Lágrimas Correndo Mundo*, e que volta com algumas economias para poder casar, aos protagonistas de *Torna-viagem*, ambos emigrados na América do Sul: o Artur, homem pouco atinado, depois de ter andado pelo Brasil e pela Venezuela, regressa à terra de mãos a abanar, e o Francisco, que soube criar riqueza e diversificar os seus negócios na Venezuela e na terra de origem.

Voltando a *Águas Mansas*, o leitor reconhece, na prima Teodora, a "bilhardeira"[2] e, na avó do jovem protagonista, a anciã extremosa, a lembrar a tia Doroteia de *A Morgadinha do Canaviais*. Em *Lágrimas Correndo Mundo*, evolui a imprudente e despreocupada "bordadeira", Maria da Luz, a contrastar com a Ângela, jovem dedicada e honrada. Esta mulher discreta anuncia outro tipo feminino muito presente nas últimas ficções, ou seja, a esposa e mãe, mulher honesta e virtuosa que vive exclusivamente para o marido.

No universo das personagens femininas existem, também, as vítimas de um código social rígido, então em vigor na Ilha: a Emília e a Clara, do conto "Alma Negra" (1972), a Ana Maria, que dá o nome à breve narrativa que anima (1972), e a protagonista de *Luísa Marta: Ficção e Memória* (1986). Se neste romance está representada a jovem mulher de elevado esteio moral, marcada por um namoro que não deu certo e, consequentemente, a votou ao celibato, todas remetem para a figura da velha menina sem idade, umas ainda capazes de dizer uma sabedoria acumulada ao longo dos anos, as outras entregues ao silêncio e à solidão.

Sinal dos tempos mais recentes, em *Margareta – Romance da Cidade e do Mundo* (1980), surge uma dinamarquesa, bonita e culta. Desligada dos valores

familiares característicos dos costumes das gentes do sul da Europa, apaixona-se, todavia, por um madeirense e pela Madeira. A sua relação com a Ilha não resistirá ao apego que certa burguesia funchalense tem aos valores tradicionais, por lhes conferir segurança e continuidade. Também não será de admirar que esse excesso de confiança crie tipos como o "Vasco", o jovem de boas famílias, boémio e irresponsável, que "faz tempo" nos cafés e gosta de passear de automóvel, por vezes ébrio e à alta velocidade.

Por fim, o autor alude, em quase todos os seus romances e com maior ênfase no último, à figura do homossexual, numa perspectiva vincadamente moralizante, revelando as faces que o seu jogo de sedução oferece, como na relação entre o abastado Sr. Correia com o jovem Rui.

Na verdade, a superação do regionalismo banal, misto de pitoresco e de exotismo artificial, opera-se, na escrita de Bento de Gouveia, não só por via da contemplação e da descida às matrizes naturais da paisagem madeirense, como também por via da focalização das tensões entre o homem e o social, o homem e a natureza, o homem e o seu semelhante, quer de outras esferas, quer de outros hemisférios. Não raro, os percursos descritos chegam a constituir verdadeiros roteiros de viagem dentro do Arquipélago e convidam o leitor, donde quer que venha, tanto a visitar os pontos obrigatórios da cidade cosmopolita do Funchal, como a conhecer os lugares mais singelos e recônditos da Ilha, ora para respirar o ar puro

Vicentes Photographos

Horácio Bento de Gouveia, 1921

dos cumes da serra e lavar os olhos com vista panorâmica de cenários telúricos deslumbrantes, ora para apreciar a hercúlea empresa do seu povoamento e da sua humanização.

Em suma, a dialéctica dos enredos não se processa apenas mediante a análise das fracturas psíquicas, nem dos conflitos de interesse, nem tão-só pela *mimese* de cenários e tipos locais. Faz-se pela interacção assídua da personagem com um todo natural-cultural omnipresente: a Madeira. Mais do que descrever as gentes e seus costumes, o meio físico e social, Horácio Bento eleva a símbolos de existência e emblemas de saudade as marcas do ser-se madeirense no tempo que lhe coube, efectivamente, viver.

Foto: Markus Bernet

Casa típica em Santana, Ilha da Madeira

Referências

[1] V. *Comeres e Beberes Madeirenses em Horácio Bento de Gouveia*, de Thierry Proença dos Santos. Porto: Campo das Letras, 2005.

[2] Bilhardeira – regionalismo que equivale a coscuvilheira, mexeriqueira.

THIERRY PROENÇA DOS SANTOS
Doutor pela Université de Sorbonne Nouvelle - Paris III e pela Universidade da Madeira, em co-tutela
Prof. da Universidade da Madeira

Siara (Ceará), gravura de Arnoldus Montanus, baseada em Frans Post. Amsterdam, 1671

Das Ilhas para o Continente-Brasil*

LEONARDO DANTAS SILVA

João Fernandes Vieira,[1] Mestre de Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco, dizia em carta ao governador da Capitania do Ceará que deveria não só mandar descobrir o território, como povoá-lo. Para tanto, oferecia-lhe alguns dos casais de ilhéus (habitantes das ilhas portuguesas dos Açores e da Madeira) que mandaria vir. Convindo mais que o mesmo destino tivessem todos os criminosos que fossem degredados para o Brasil, o Conselho Ultramarino, apreciando a matéria da carta, foi de parecer que *conviria que querendo João Fernandes Vieira fazer este serviço a Vossa Alteza, só elle por seu zello, intilligencia e cabedal o poderia obrar e fazer povoamento e tratar de por, assim a fortaleza como o mais daquella terra, no augmento que convem*.

Com relação a Pernambuco e capitanias próximas, em outra carta, de 26 de abril de 1674, dizia da necessidade de garanti-las com fortificações e povoá-las, pois que da sua experiência passada *vi ser toda a gente estrangeira cobisoza desta America* e se a esta gente as guerras da Europa dessem oportunidade de tentar novo ataque, convinha que achassem o Brasil prevenido.

Vieira, aliás, considerava o povoamento como parte integrante do plano de defesa do Brasil. A mais antiga referência sua à conveniência de trazer para cá o excedente da população das ilhas atlânticas portuguesas é, cremos, a de 26 de abril de 1674. Depois de referir-se às minas de ltabaiana e a outras existentes em Pernambuco e à cobiça dos estrangeiros, opinava que somente depois de fortificados os portos de mar das capitanias do Nordeste, de guarnecidas as suas fortalezas, de artilhadas e municiadas, e ainda, à população existente, acrescentada *quantidade de gente nestas Capitanias, dous ou tres mil cazais daquellas Ilhas dos Açores da gente mais pobre* com os quais *povoar-se-ham as terras e ficaram mais seguras e far-se-ham pavoasoins ao certam*; só então, opinava ele, é que se deveria permitir a exploração daquelas minas.

Nomeado em 19 de outubro de 1674 superintendente das fortificações do Nordeste, escreveu ao rei[2] em 26 de junho do ano seguinte, que, sem embargo da necessidade de fortificá-lo convenientemente, era indispensável que à *fortificasam das fortalezas* se ajuntasse a *fortificasam da gente*, porque *sam estas Capitanias muito abertas pella costa do mar, e ya tenho feito avizo que toda a casta de gente serve para estas conquistas e se forem cazais com suas familias se pavoaram com mais facelidade e das Ilhas dos Açores pode vir quantidade de gente desta, ou da Ilha da Madeira sem ali fazer falta*. E acrescentava: *Como o meu mayor cuidado e desvello he ver esta America posta em estado, que não seya*

tam cobisada dos enemigos estrangeiros, por estar bem defendida, e fortificada, queria demonstrá-lo com um oferecimento: o de, no caso da Fazenda Real *não puder de prezente mandar fazer este gasto*, fazer vir à "minha custa" 300 ou 400 casais daquelas ilhas, sendo gente *mosa the meya idade e não seya decrepitta e sempre convem que seiam cazais com suas famílias*, isto é, com os filhos. Oferecia não só passagem e matalotagem, como ainda lhes daria parte das terras que possuía *nesta América*, nas quais pudessem plantar.

Estabelecido o primeiro grupo, faria depois vir outro, pondo-se editais de convite nas praças do Reino *para que todos os offesiais de pedreiro, carpinteiros, ferreiros, caldeireyros, valadeiros, marreteiros de fazer Almocreves que quizerem vir para estas conquistas de Pernambuco lhe mandary dar a passagem e matalotagem, para que elles qua mas paguem com o trabalho de seos offisios*, pois a Capitania estava falta de operários. Com agricultores e mestres de ofícios, bem fortificadas e povoadas as capitanias do Nordeste, *tem Vossa Alteza nellas hum grande emperio, porque ha muitas terras pellos certoins em que se podem fabricar muitas couzas de utilidade*. Apelava a D. Pedro, então príncipe regente, para que lhe facilitasse o propósito de trazer os casais das Ilhas, determinando que, os capitães-mores, Câmaras e provedores delas lhe dessem favor nos seus "bons intentos". A oferta de João Fernandes Vieira, de tanta importância quer para Portugal quer para o Brasil, foi acolhida com satisfação pelo Conselho Ultramarino, que, em consulta de 6 de novembro de 1675, foi de parecer que o oferecimento era merecedor de agradecimento "não só de palavras mas com mercês", pois era serviço em benefício do Brasil e do aumento da Fazenda Real. E pedia que se passassem as ordens necessárias às autoridades das Ilhas para ter efeito o oferecimento, sem prejuízo, porém, do embarque dos casais destinados ao Pará e Maranhão, dos quais cinquenta tinham viajado e outros tantos estavam a partir; e opinava que do Reino poderia tirar, sem inconveniência, um casal de cada freguesia, com o que se teria número bastante não só para povoar o Brasil, mas ainda outras conquistas. O príncipe regente (1668-83) determinou em sua decisão, que Vieira tirasse da ilha da Madeira os casais de que precisasse, "ficando reservados os das outras para o Pará e o Maranhão", e isto porque o bispo da Madeira lhe havia comunicado *que nella havia grande abundancia de gente*.

D. Pedro, depois D. Pedro II de Portugal (1648-1706)

João Fernandes Vieira, em retrato anônimo, século XVII, Museu do Estado de Pernambuco, Recife

Entretanto, a burocracia da secretaria do Conselho não se movimentou, e do procurador de Vieira em Portugal partiu um pedido de que se transmitisse às autoridades da ilha da Madeira a decisão do príncipe regente, pois que, para o seu cumprimento, tinha já em Lisboa *hum navio que veio destinado às dittas conducçois* e na Ilha "estão já avisados os que hão de ir", faltando apenas as ordens, as quais, por despacho do Conselho, de 24 de março de 1676, mandaram-se expedir e entregar ao procurador.

Não há elementos, porém, para se concluir se, na verdade, se fez a condução do primeiro grupo de casais, da ilha da Madeira para Pernambuco; parece que não. E isto porque, ao se dar cumprimento à concessão régia, com os vagares da burocracia e da navegação, veio o príncipe regente a ter conhecimento da miséria em que se achavam os moradores da ilha Graciosa, uma das dos Açores, de onde tinha Vieira querido trazer alguns casais, mas não o fizera em virtude da decisão mencionada, pela qual só lhe permitia fazê-lo da ilha da Madeira. Da Graciosa, Lourenço Pais Barroso veio a Lisboa com as notícias, a solicitar a D. Pedro que socorresse os seus habitantes. O príncipe atendeu-o e escreveu a João Fernandes Vieira a seguinte carta:

João Fernandes Vieira, amigo.

Eu o Príncipe vos envio muito saudar. Pella copia do papel que vos mando remetter com esta, ficareis entendendo o estado em que se achão os moradores da Ilha Graçioza, que me mandarão reprezentar por Lourenço Paes Barroso daquella mesma Ilha; e porque a nessessidade urgente de acudir aquelles Vassallos com o remedio prompto de que necessitão, faz excogitar todos os meios convenientes para que não padeção a ultima ruína; e o vosso zello por carta que se recebeo vossa, se dispoz a mandar buscar cazaes para a povoação do sertão dessa Capitania e naquella occazião fui servido rezolver que os cazaes fossem da Ilha da Madeira por me reprezentar o Bispo que nella hivia grande abundançia de gente e

não haver informação da mizeria que padeçião os da Graçioza, me pareceo levantar aquella clausula e por esta vos dou licença para que possaes mandar buscar todos os que vos for possivel à Ilha Graciosa, aonde mando fazer aviso e declarar ao Procurador que aqui mandarão, esta minha resolução para que tenhão entendido o que tenho ordenado e possão embarcar-se nos navios que alli mandardes para esse effeito, entendendo que não só me fareis nisto servisso, mas hum grande bem aos moradores daquella Ilha, e só me resta encomendar-vos a brevidade, pois estou certo que o vosso animo para tudo o que toca a meu servisso, bem do Reino e aumento das conquistas foy sempre cuidadoso e soliçito; e ao Governador dessa Capitania mando escrever deixe sahir todos os navios que para este effeito mandardes, sem algum impedimento, e vos dê toda a ajuda a este fim. Escrita em Lisboa a 23 de Janeiro de 1677. Príncipe

Vieira recebeu esta carta levada por Manuel Correia de Melo, natural da ilha Graciosa, e prontamente se dispôs a satisfazer o que lhe pedia o príncipe regente. De Pernambuco, em 30 de maio de 1677, depois de acusar o recebimento da acima transcrita, Vieira respondeu que, sem embargo das ordens que enviara à ilha da Madeira e dos preparativos e despesas já feitos para o embarque ali de quarenta e tantos casais, em nada reparava, sendo antes o seu maior cuidado "servir a Vossa Alteza", pelo que resolvera mandar tirar da Graciosa duzentos casais, constituindo nela seu procurador Agostinho Borges de Sousa Simbron, provedor da Fazenda, a quem autorizara dar à sua custa passagens e matalotagens para a gente que embarcasse, prometendo aqui lhes dar terras, ferramentas e o sustento enquanto o não tivessem. Os navios que fazia partir do Recife levavam a Portugal as suas cargas, daí não seguirem em direção aos Açores, mas ao regressarem ao Brasil tocariam ali, e trariam os casais que fosse possível. Aos procuradores que tinha no Reino determinava, com relação aos casais que se lhe tinha permitido tirar das freguesias da metrópole, que os fizessem viajar via Açores, o mesmo devendo fazer também uma fragata sua que ali se achava. Diretamente à ilha Graciosa mandara um patacho[3] seu, que conduzia de volta ao portador da carta, a quem encarregara *vir por cabo daquella gente, esperando da grandeza de Vossa Alteza a mercê que elle pello tal serviço merecer.*

Em Lisboa, o procurador da Câmara da ilha Graciosa, Lourenço Pais Barroso, solicitou em requerimento ao príncipe regente que, como se esperava ali, naquele ano de 1677, as embarcações em que deveriam embarcar os casais, todos de gente muito pobre e faltos de tudo, determinasse a João Fernandes Vieira que desse a cada um deles 8$[4] de ajuda de custo, *para poderem sair da sua mesma miseria*, como a Fazenda Real tinha feito com os casais da ilha do Faial que embarcaram para o Maranhão. O Conselho Ultramarino concordou com o pedido e propôs que a respeito se escrevesse a Vieira, dando-se-lhe ciência de como tinha procedido a Fazenda Real *e que nesta forma o devia elle fazer* e que por omissão se tinha deixado de referir este pormenor na carta que lhe dirigira o príncipe em 23 de janeiro, com cujo parecer concordou este, endereçando-se carta a Vieira em 21 de agosto do mesmo ano.

É de crer que Vieira tivesse concordado com a determinação régia e tivesse mandado que se satisfizessem os 8$ a cada casal, e para a ilha Graciosa partiu, em 1678, a sua fragata. Na ilha, porém, não havia porto conveniente e, por segurança, fundeou a embarcação no da ilha Terceira, para até ali serem conduzidos em barcos os que partiam, mas houve protestos, *dizendo que se o navio não fosse lá que se não querião arisquar em barcos*. A verdade, porém, era que já não estavam tão dispostos a emigrar, como no ano anterior, pois tinham sobrevindo boas safras, com *castidade de mantimentos e vinhos*, com o que a gente das ilhas *teve menos vontade de se sahir dellas*.

Dos 200 casais que se esperava trazer dali, não se apresentaram para o embarque senão 30 e destes trouxe a fragata parte, perfazendo o número de 115 pessoas. À vista disto, Vieira solicitou em carta ao rei, datada de Pernambuco em 10 de setembro de 1678, que lhe concedesse autorização para, de qualquer das ilhas, puder aceitar emigrantes, pois estava pronto a lhes dar passagem para o Brasil, pois *eu de minha parte eide dar comprimento com as obras, que com ellas tenho servido e sirvo a Vossa Alteza, com toda a lealdade, com fazenda e vida e eide fazer emquanto ella me durar*.

Não temos elementos para afirmar se a fragata voltou aos Açores, como prometia Vieira, já que o rei, com o parecer favorável do Conselho Ultramarino, deferiu-lhe aquele pedido. Da gente trazida para o Brasil pouco se sabe, nem que destino teve. De um dos emigrantes, apenas, guardou memória o genealogista Borges da Fonseca, ao se referir a um condiscípulo seu "nos Pátios do Colégio de Olinda", de nome Francisco Xavier Monteiro, "filho de José Rodrigues Alfema, que foi um dos que vieram das Ilhas pelos que mandara buscar João Fernandes Vieira". Aliás, de modo geral, este episódio da vinda de 30 casais de açorianos para o Nordeste era desconhecido, referindo-se a ele, pela primeira vez, o erudito historiador Manuel Diégues Júnior.[5]

Referências

[1] João Fernandes Vieira (ilha da Madeira, 1613 – Olinda, 1681). Na função de Mestre de Campo, comandou o mais poderoso terço do Exército Patriota nas duas batalhas dos Guararapes (1648-9), sendo um dos principais chefes militares do movimento de restauração de Pernambuco contra o domínio holandês, juntamente com André Vidal de Negreiros, Antônio Filipe Camarão, Henrique Dias, e o capitão Antônio Dias Cardoso, transformados em heróis do imaginário nativista pernambucano.
Ver: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: Mestre de Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; 2000.

[2] rei: trata-se de D. Pedro, depois D. Pedro II de Portugal

[3] patacho: embarcação

[4] $: réis, moeda da época

[5] DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. "Contribuição dos casais de ilhéus à fixação do *uti possidetis*", *in Revista de Imigração e Colonização*, ano IX, n. 2. Rio, junho de 1948, p. 11.

LEONARDO DANTAS SILVA
Sócio do Instituto histórico e Geográfico Brasileiro
Membro do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco
Consultor do Instituto Ricardo Brennand – Recife
Autor de *Holandeses no Brasil 1630-1654, Pernambuco Preservado* e outros
* Os originais da documentação aqui transcrita encontram-se no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa

Foto: Dietrich Bartel

Pico das Torres, Ilha da Madeira

O açúcar nas Ilhas do Atlântico nos séculos XV e XVI*

Joaquim Romero Magalhães

NA ILHA DA MADEIRA

Tomada Ceuta, Marrocos, no estreito de Gibraltar, em 1415, logo os portugueses se lançam no Oceano Atlântico, reconhecendo ilhas próximas. Por 1418 aportam à que chamam Porto Santo, no ano seguinte a outra a que dão o nome de Madeira[1]. Ilhas de origem vulcânica, sem ocupação humana. Área alargada, que permite que o Atlântico próximo possa sem dificuldade ser incorporado aos domínios do rei de Portugal. Amplia-se a concepção do espaço político, militar e económico sobre a qual começa a estender-se a soberania portuguesa. Soberania sobre as ilhas a que o papado confere legitimidade ao entregar sua administração espiritual à Ordem de Cristo.

Alguns homens da casa do infante dom Henrique – aos quais se deve a redescoberta das ilhas – por lá pretenderiam fixar-se. E para organizar a colonização o rei dom João I por 1426 estabelece novo quadro legal. Define-se o ideal de uma sociedade bem diferente da do reino, na qual a nova ilha se constituiria estrutura fundiária de média e pequena propriedade plena. Situação nova, a de uma fértil ilha para onde se pretendia atrair gente, sem que nela ocorresse a brutal subordinação aos senhores como em Portugal – e na Europa em geral. Sociedade que se antevia "não demasiado desigual". Pouco durou este propósito.

Em 1433 o rei – agora dom Duarte – concede o senhorio das ilhas a seu irmão o infante dom Henrique. A dependência directa dos povoadores à Coroa desaparecia, interpondo-se um senhor com extensos poderes. Porém o príncipe delega a nobres da sua casa as tarefas de organizar e administrar as novas terras. São criadas as capitanias de Machico (1440), de Porto Santo (1444) e do Funchal (1450), cabendo-lhes a distribuição de terras em sesmaria, ou sua retirada aos que não as cultivassem.

Como sempre em terras novas, tentam os colonos introduzir os cultivos a que estavam habituados e que mais falta faziam à sua alimentação. A produção trigueira se revelou de alta produtividade. Por uma

semente colhem-se 60 a 70 grãos. Poucos anos depois de iniciada a triticultura, a Madeira contribui para o abastecimento a Portugal e a Ceuta. Foi a primeira manifestação de êxito da colonização empreendida. Mas o trigo em breve será parcialmente substituído por outra produção de maior lucro: a cana-de-açúcar.

Cedo se experimenta essa cultura com plantas vindas do Mediterrâneo. É provável que no sul de Portugal, Algarve, se tivesse plantado a cana-doce e se tivesse produzido açúcar antes da Reconquista (meados do séc. XIII). A longa dominação muçulmana assim o leva a pensar. Já sob domínio português, em 1404, sabe-se que em Quarteira (no Algarve) se cultivava a cana. Mas havia a dificuldade de se conseguir água em abundância. Seriam tentativas, não uma cultura generalizada. Noutras regiões de Portugal como os campos de Coimbra também se cultivava a cana.

Apropriado se mostrou o clima e o solo da ilha da Madeira para esta produção: "porque é terra tão fértil que em cima de qualquer rocha ou pedra que cobrir dois ou três dedos de terra e tenha água logo faz cana de 18 palmos de açúcar". Por iniciativa de dom Henrique melhores plantas teriam sido trazidas de Sicília ou de Valência, que se desenvolveram no sul da ilha. Para a irrigação construíam-se levadas por onde a água corria de norte para sul, através das serranias. Assim se conjugava a necessária água para rega (norte) com a temperatura-ambiente (sul).

Nas pequenas produções iniciais usavam-se alçapremas[2] para moer a cana. Em 1452, ao senhor da ilha, dom Henrique, se deve o investimento num engenho de água. Nele se moeria toda a cana, reservando-se autorizar a feitura de outros. Os lavradores tinham de pagar elevadíssimo tributo ao detentor do monopólio da fabricação. Mal começara e o açúcar era mercadoria considerada importante para ser vendida: uns 23 mil kg cada ano. Em 1456 já há sinais de açúcar da Madeira na alfândega inglesa de Bristol.

Se não foi lento, o povoamento da Madeira não terá sido célere. E os colonos que chegavam, atraídos pela propriedade de sesmarias, não estariam dispostos ao trabalho em canaviais alheios. Isso torna premente dispor de mão de obra. E aí estavam agora as Canárias e a África ocidental próximas para fornecer escravos ao penoso trabalho. A captura de nativos Guanches canarinos teria nessa actividade estímulo determinante. Trazem-se negros de África, apanhados na costa e vendidos na ilha. Navios que para lá se deslocavam de Portugal faziam escala na Madeira "para receberem suas vitualhas". Esses mantimentos – nomeadamente trigo – eram pagos com o produto da venda dos escravos ou outras mercadorias. Tratos em que os colonos da Madeira participavam, armando caravelas para os "resgates".

A cana-de-açúcar cedo se liga à escravidão. Não vai a Madeira conhecer uma agricultura de "plantação"[3]. A primitiva partilha das terras não deixara de marcar a distribuição da propriedade. O açúcar, então produto raro e caro, mostra-se muito mais rentável que o trigo. Em 1468, já se encontra açúcar da Madeira em Bruges. Famoso ficou ele, em breve, por toda a Europa.

O espaço insular especializa-se e ganha dinâmica com a exportação do açúcar. Naturais e estrangeiros são atraídos por este novo e potencialmente rendoso território. Genoveses, judeus e flamengos trazem capitais e bom conhecimento de mercados onde colocar o produto. Mercadores depressa se relacionam com os moradores e produtores, aliança de hábeis contratadores com rústicos cultivadores, ligados por interesses comuns. Se por 1470 se estima a produção de 20 mil arrobas, em fins do século atinge 105 mil, admitindo-se para exportação até 120 mil. O êxito alarga as áreas dos canaviais, limitados pelas condições dos solos e proximidade de águas = para irrigação e para instalação e funcionamento dos engenhos de cana.

A participação desta nova periferia na economia europeia é rápida. Muitos mercadores vendem o açúcar no Mediterrâneo e, sobretudo, no norte flamengo, concorrendo com produtores de outras áreas. Em 1498, o rei dom Manuel, limita a produção a 120 mil arrobas. Para Portugal bastavam 7 mil, assim como para Castela. Para Flandres iriam 40 mil, para Inglaterra 7 mil, para Rouen 6 mil, para La Rochelle 2 mil, bastando mil para a Bretanha. Para o Mediterrâneo, para Aigues-Mortes iriam 6 mil, para Génova 13 mil, para Livorno 6 mil e para Roma 2 mil. Para Veneza 15 mil, e igualmente para Chios e Constantinopla.

Por 1506 a produção teria atingido as 230 mil arrobas. Depois começa a

Cana-de-açúcar

Foto: Luissilveira

Pedra de triturar urzela, Villa Maria, Angra do Heroísmo

baixar. De 106 mil, em 1521, chegará a 46 mil em 1537. Os novos produtores das Canárias, de São Tomé, das Antilhas e, anos depois, do Brasil, contribuíram para esta baixa. Embora em qualidade, dizia-se, nenhum lhe fazia frente, em breve se começa a temer a chegada de outros produtores.

Cada vez será mais frequente a entrada de navios do Brasil com o estimado produto. Em 1611 o rei autorizara a entrada de açúcar brasileiro. Os mercadores do Funchal assinam contrato com a Câmara em que se obrigam a vender "uma caixa de açúcar do Brasil e outra da terra (...) enquanto houver açúcar da terra e não o havendo então poderá carregar do Brasil livremente". Acabara a bonita história. Outros produtos, como o vinho, mantinham a Madeira entre os agentes dinâmicos da economia atlântica, e a cana produzida será utilizada sobretudo para a feitura de aguardente.

A Madeira destacou-se como centro de lançamento da nova cultura, como a terra de referência de onde saem mestres e trabalhadores experimentados da cana e do açúcar. De lá terão ido os que ensinaram a faina nas outras ilhas, inclusive nas Canárias, e no Brasil. Duarte Coelho, o colonizador de Pernambuco, quis contar com madeirenses para assegurar a produção, pois as operações dos engenhos neles tinham a garantia de um saber experiente. E também se pode pensar que a Madeira seria o modelo da Nova Lusitânia, com médios e pequenos proprietários livres, com o aproveitamento apenas subsidiário de mão de obra servil.

NOS AÇORES, CABO VERDE E SÃO TOMÉ

Após o achamento das Ilhas dos Açores, em 1427, deixaram-se lá ovelhas para se criarem. Tardio é o começo da colonização. Só em 1439 dom Henrique receberá licença régia para a dirigir. O povoamento foi moroso: a partir de 1444 deve ter havido aumento na população, entretanto só em 1449 um impulso notório ocorreria. A colonização dos Açores seguiu os moldes da ilha da Madeira, com capitanias. Mais uma vez, a preferência inicial dos colonos se voltou para a cultura do trigo e as ilhas se mostram grandes produtoras. Mas, confirmado o êxito da cana na Madeira, havia que introduzi-la nos Açores.

Na ilha de Santa Maria, a mando de dom Henrique, se começariam as plantações: "e fez-se delas muito bom açúcar". Porém, por falta de interesse, de capitais ou escassez de águas cessou o cultivo. No final do séc. XV a ilha rendia bem em trigo e em urzela[4], mas não há vestígios de açúcar. Noutras ilhas também se experimentou a produção, embora com êxito limitado. Não ocorriam ali a conjugação de abundantes chuvas com temperaturas relativamente quentes. Algum açúcar se ia fazendo para o consumo local, mas não para exportação. Nos Açores os canaviais "somente estavam viçosos".

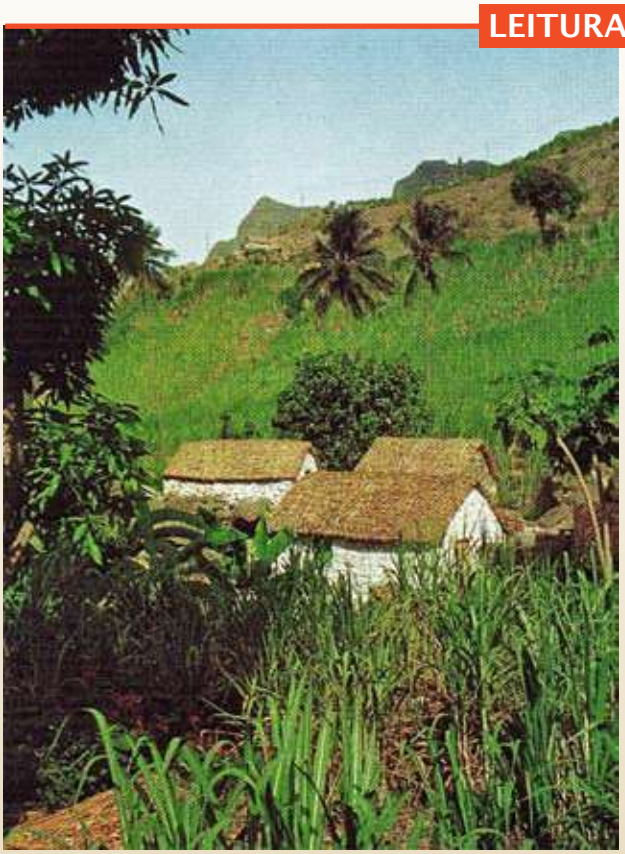
Urzela

A estas ilhas destinava-se a produção de trigo do qual Portugal era deficitário – o que permitia ainda à Madeira dedicar-se ao açúcar, recebendo o pão dos Açores. E a cultura da cana-doce, por fracos rendimentos, teria sido menosprezada, sobretudo pela pouca aptidão do clima e razões comerciais. Nos finais do séc. XVI a qualidade do açúcar madeirense não fazia frente à produção brasileira, agora a região exportadora. Com tais concorrentes o açúcar açoreano nunca se destacou no mercado internacional, e acabou quase esquecido.

Por 1460-62 mais ilhas foram descobertas no Atlântico "contra Guiné através do Cabo Verde". Dever-se-á o achamento a Diogo Gomes e António da Noli. Outra formação insular vulcânica, desabitada, entrava na soberania portuguesa e era preciso tratar do povoamento para o aproveitamento económico. Recebeu-as em senhorio, por doação da Coroa, o infante dom Fernando, já senhor da Madeira e de algumas das ilhas dos Açores, que as administrou de longe.

Por 1461-62 terão começado os propósitos de colonização da Ilha de Santiago, com a costumeira distribuição de sesmarias. Difícil e moroso se tornou encontrar gente disposta a ir, por "ser tão alongada de nossos reinos". Apesar das isenções fiscais que o monarca concedeu, o arquipélago acabou por se transformar num entreposto de escravos africanos, que era o que de mais comum e de maior valor os moradores traziam dos rios de Guiné, juntando-se milho, arroz, marfim e cera, tam-

Foto: Eric Picheral



Canavial em S. Antão, Cabo verde. Dictionnaire encyclopedique et bilingue, vol. III. (F. et J-M.MASSA)

bém daí provenientes. Estas ilhas, na maioria eram áridas, difíceis para a agricultura. Apesar disso, em 1490 se assinala a cana-de-açúcar na Ilha de Santiago.

Como as temperaturas pareciam propícias, também em Cabo Verde se tentará aclimatar a cana, embora não se multiplicassem explorações extensivas. Só se plantava junto das ribeiras, a água era escassa: "os frutos não se dão nesta terra senão de regadio". Pequenas áreas de cultivo de cana teriam persistido, resistido às longas estiagens que afectavam duramente as ilhas, e obtinha-se algum açúcar. Os três meses de chuvas por ano, por vezes escassas, para mais não dariam. Estes eram os principais obstáculos, porque não faltaria mão de obra servil africana para o plantio e a transformação. Os resultados dessa muito pequena produção ficam evidentes logo no princípio do séc. XVI: para 70 mil arrobas na Madeira (1508) e 20 mil nos Açores (1509), não foram mais de 4 nas ilhas de Cabo Verde (1508-09). Da colonização de Cabo Verde se pode dizer que se formou uma sociedade escravocrata, na qual encontram-se escravos especializados em tarefas ligadas ao açúcar – até mesmo um "mestre de açúcares".

Os portugueses persistem nos seus intentos de devassar o Atlântico para o sul. Durante o período de arrendamento das explorações da costa africana a Fernão Gomes – 1469-73 – os navegadores descobrem mais ilhas no golfo de Guiné. Serão Fernando Pó, Ano Bom, Santo António (hoje, Príncipe) e São Tomé. Destas, pela situação e fertilidade do solo, São Tomé atrairá as atenções da Coroa, pois satisfará os requisitos de aclimatação da cana – água em abundância, temperaturas elevadas, solo fértil. Porém a colonização ocorreu de forma lenta.

Logo se prevê a cultura da cana sacarígena. Aos moradores é concedido o privilégio de navegarem para o Golfo de Guiné, na região dos "Cinco rios dos Escravos", incentivo para captura de escravos. Logo se viu que aí as "canas crescem três vezes mais que na ilha da Madeira". Em 1493 começa o povoamento de mais uma ilha. Para lá mandam uns 2 mil meninos menores de 8 anos, retirados aos pais, judeus castelhanos, e baptizados à força. Uns 600 terão sobrevivido, contribuindo para o povoamento de São Tomé. Também seguiram degredados, como na Madeira, Açores, e para o Brasil, em bom número. O surto açucareiro de São Tomé contou com homens da ilha da Madeira, experimentados na fabricação. A qualidade do açúcar não seria a melhor devido à humidade elevada, que não permitia que secasse e endurecesse para transporte. Sua qualidade nunca foi considerada semelhante à da ilha da Madeira.

Plantam-se "grandes canaviais de açúcar e as canas maiores que da ilha da Madeira, de que já fazem melaço e daqui avante quer o capitão mandar fazer açúcar e cada dia cresce mais". Mais de 2 mil seriam os escravos na ilha, em princípios dos anos quinhentos, e ainda os que por lá transitavam, por vezes 5 ou 6 mil. Escravos que continuamente vêm de Benim, de Guiné, do Gabão e do Manicongo. Ao contrário da Madeira, dos Açores ou mesmo de Cabo Verde, é em São Tomé que surge a primeira cultura de "plantação". O binómio açúcar-escravos instala-se pela primeira vez no império português. Porque se o trabalho escravo ocorrera nas outras ilhas, nada de semelhante dimensão até então acontecera.

Muitos os escravos, muitos os mestiços. O que vai pôr em perigo o estabelecimento colonizador do Golfo de Guiné. Desde cedo os escravos fogem, organizam-se em comunidades, revoltam-se. A grande rebelião dos angolares de 1574 provoca destruição de engenhos e leva à quebra da produção açucareira. No fim do século, também já se diz que as plantações estão diminuindo, devido a uma doença que rói as raízes das canas. A doença social não seria menos grave. Porque se temiam sempre os "negros alevantados" que podiam provocar mortes e pilhagens. Revoltosos chefiados por proclamado rei Amador destroem 70 engenhos de açúcar, em 1595.

Oriunda do sudeste da Ásia, estabelecida e desenvolvida no mar Mediterrâneo pelos árabes, conhecida na Europa desde as Cruzadas, a cana-de-açúcar vai expandir-se pelas ilhas do Atlântico durante os anos quatrocentos e quinhentos. Os portugueses tentam adaptá-la ou pelo menos observar a existência de condições favoráveis à aclimatação. Foi sendo experimentada nas ilhas do Atlântico, passando depois ao Brasil – como pelas Canárias terá chegado às Caraíbas. Desenvolvendo-se com alguma lentidão na Terra de Santa Cruz a partir do litoral de São Vicente. A grande pro-

Foto (detalhe): Francisco Emolo. USP Mídias Online

Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos, instalado por Martim Afonso de Souza na Capitania de São Vicente, c. 1534, e tornado Monumento Nacional

dução vai estabelecer-se em Pernambuco, com o capitão Duarte Coelho. As primeiras canas-de-açúcar idas para o Brasil seriam provavelmente levadas da Ilha da Madeira, onde o açúcar era considerado o melhor. Experientes mestres madeirenses para Pernambuco foram, entre os povoadores que acompanharam Duarte Coelho. De São Tomé teriam ido muitos escravos. Alguns com aprendizagem dos trabalhos de cultura e transformação.

Ao conquistar o Brasil o açúcar tinha conquistado o mundo. Ao encontrar solos, climas e águas propícias volveu a mais próspera indústria de base agrícola da Cristandade. A cana estava transformada numa grande produção tropical. Para o que contou com um contingente de mão de obra numerosa, forçada ao trabalho, mão de obra escrava, espoliada à África negra.

Açúcar e escravos: a doçura do produto vinha amargada pela violência a que eram forçados os que plantavam, cortavam e transportavam a cana-de-açúcar e, ainda, os que a moíam, vigiavam a cozedura, purgavam, secavam, enformavam e embalavam o açúcar. Para além da apanha e carreto da lenha para aquecer as caldeiras. Entre o lavrador e o consumidor interpunham-se muitas e especializadas operações até se obter o doce final que chegava às mesas e às mezinhas[5] dos que podiam comprá-lo. Açúcar e escravos, conjugação com consequências de monta sobre o Novo Mundo, no Brasil e nas Caraíbas. Porque cedo se articularão. E um não vai sem os outros. Exigindo a violência da captura, prisão e transporte de africanos para as Américas. Multiplicando as cores dos homens com que se vai povoando o mundo.

Processo do fabrico açúcar em Hispaniola (ilha caribenha sob domínio espanhol, século XVI). Girolamo Benzoni, Americae pars quinta nobilis & admiratione. Frankfort, 1595

Notas

[1] O arquipélago da **Madeira,** situado no Oceano Atlântico entre 30º e 33º de latitude norte, é formado pelas ilhas da Madeira (736 km²), Porto Santo (43 km²), Desertas (14 km²) e Selvagens (18 Km²) – as duas primeiras são habitadas e, as outras, reservas naturais.

[2] **Alçaprema**: antigo moinho manual usado para espremer a cana-de-açúcar, de tipo alavanca.

[3] **Plantação** ou ***plantation***: sistema agrícola monocultor de produtos de exportação, originalmente em latifúndio escravocrata.

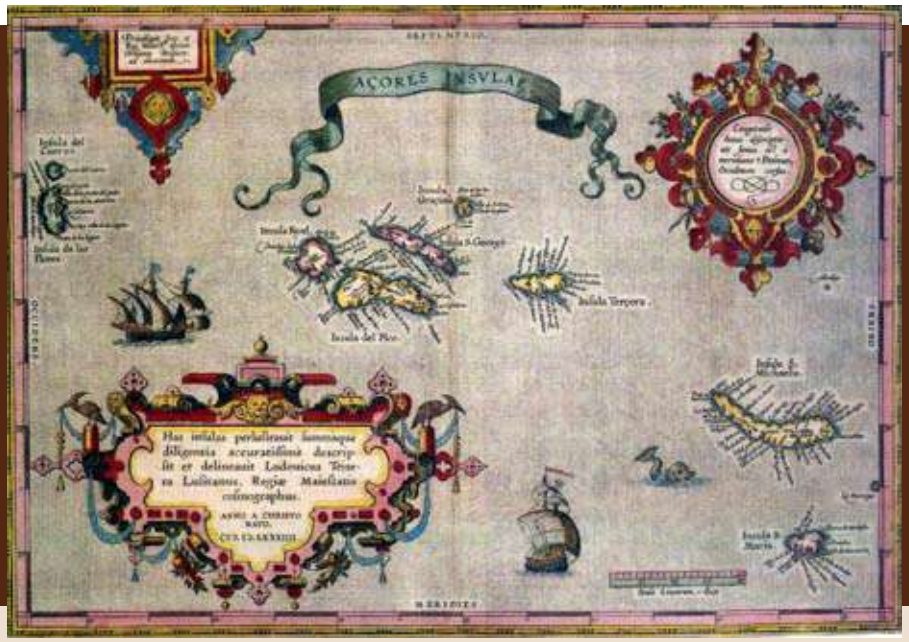
[4] **Urzela**: líquen comum em rochas costeiras dos arquipélagos de Açores, Cabo Verde, Canárias, e Madeira, utilizado na produção de corantes púrpura (ou azul violáceo) para a tinturaria têxtil.

[5] **Mezinhas**: receitas caseiras, baseadas na sabedoria ou crendice populares, que supostamente têm propriedades benéficas.

JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES
Historiador
Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

* Síntese do artigo "O açúcar nas Ilhas portuguesas do Atlântico séculos XV e XVI" *In Vária História.* Belo Horizonte, vol. 25, n.º 41: p.151-175, jan/jun. 2009

OS AÇORES E O BRASIL



Primeiro mapa dos Açores com todas as ilhas do Arquipélago, por Luís Teixeira, cosmógrafo real, c.1584

IDALINA ANDRADE GONÇALVES

O arquipélago dos Açores, formado por nove ilhas – Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Faial, Pico, Flores e Corvo – situa-se no Atlântico, a 1.500 km a oeste de Lisboa, numa intercessão das placas tectônicas (europeia, americana e africana) na submarina Cordilheira Dorsal Atlântica.

A origem vulcânica dos Açores fez surgir, em várias ilhas, centenas de fontes de água termal, fumarolas, lagoas, crateras vulcânicas, túneis e cavernas de grande profundidade. O verde das faias, o cedro, o musgo, a giesta e a urze deram às ilhas seu colorido. O clima é temperado, e o solo muito fértil.

Quando de sua descoberta a 15 de agosto de 1432, por Gonçalo Velho Cabral, foram identificadas como *Ilhas Afortunadas**. Segundo Gaspar Frutuoso, cronista do séc. XVI, o nome Açores se deve à grande quantidade de aves de rapina – *açor* (ou *milhafre*), daí a denominação do arquipélago, então desabitado. Para Portugal era fundamental povoá-lo, pois serviria de ponto de apoio às grandes navegações, que culminaram com a chegada às Índias e ao Brasil. Aliás, na Ilha Terceira, há um monte que recebeu o nome *Brasil*, vocábulo com significado mítico ligado à etimologia céltica, segundo Paulo Pereira, na *Enciclopédia dos lugares mágicos de Portugal*, vol. 8, Lisboa.

Nas ilhas, a Coroa Portuguesa destinou as terras a membros da Corte, criando capitanias – processo aplicado, depois, no Brasil. As de Santa Maria e S. Miguel foram doadas ao descobridor. A Terceira, ao nobre Jácome de Bruges em 1450, as de S. Jorge e Graciosa a Guilherme Van Der Hagen, as de Faial e Pico a Joz de Hutra, flamengos que trouxeram outros, liderados por Josse Van Hueter. Flores e Corvo as recebeu Diogo de Teive. Vieram também famílias portuguesas e algumas mouras, do Algarve e das Beiras.

Desde o séc. XV, "os cristãos novos", judeus expulsos de Espanha e Marrocos, haviam ido para o arquipélago, e em 1501 se fixaram nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, onde formaram comunidades com sinagogas e cemitérios.

Nos Açores, tentou-se plantar cana-de-açúcar e vinhas, já testadas com êxito na Madeira, porém o desenvolvimento agrícola açoriano se deu com o cultivo do trigo, frutas cítricas, pecuária e linho. A grande riqueza foi a produção de corantes, de plantas como "pastel", introduzida pelos flamengos, da qual se obtém o azul índigo, e da urzela, de que se extrai a tintura de cor púrpura. Os corantes dos Açores eram exportados para industrias têxteis de Flandres (Bélgica). Duarte da Silva, cristão novo, próspero atacadista em Lisboa, mantinha nos Açores agentes que intermediavam e financiavam a exportação destes produtos na Europa continental.

Por essa valorização comercial, os mares açorianos tornaram-se alvo de piratas, que saqueavam os navios portugueses e as ilhas. Como tudo que desse lucro era exportado, a população se revoltou com a falta de alimentos. Alguns desses movimentos foram liderados por mulheres. A Coroa Portuguesa fortificou as ilhas produtivas e decidiu afastar os jovens de lá, pretextando excesso de população.

DOS AÇORES PARA O BRASIL

A imigração açoriana teve grande importância na formação do Brasil. No séc. XVI iniciou-se a emigração "forçada" para cá. Houve instalação de pionei-

Foto: Joi Cletison

Tecendo a renda de bilro. Acervo NEA/UFSC

ros açorianos na Bahia em 1579, no Maranhão e Pará em 1621. A ocupação da faixa pré-amazônica com açorianos se iniciou no Maranhão, com o contratador Jorge de Lemos de Bettencourt. Mil pessoas foram recrutadas e embarcaram em três navios. Devido às más condições da viagem, só chegam ao Maranhão noventa e cinco casais e algumas crianças. Segundo Frei Vicente do Salvador, eles trouxeram seus costumes: culinária, bailados, lendas, mitos, superstições, o jeito de falar e a alma alegre que logo se incorporaram aos saberes locais.

Uma família transplantada naturalmente mantém as tradições de origem. Assim é importante ressaltar o peso da tradição familiar açoriana na formação da família brasileira, principalmente pela presença da mulher açoriana, desde os primeiros tempos do povoamento. É impossível calcular o número de mulheres portuguesas, vindas do continente. Em relação às de origem insular, tudo leva a crer que houve predomínio das açorianas.

Em 1637, Manuel de Canto e Castro, nobre português, sublinhava a possibilidade do recrutamento de mil infantes e duzentos marinheiros, para reparar os danos causados anteriormente. Em oito anos, assistiu-se à saída de 2.500 jovens. Por isso ficou estabelecido que iriam somente casais, com ajuda financeira de oito mil réis e doação de terra a cada um, exigindo-se que o cabeça do casal tivesse um ofício, para a "fortificação" do Brasil.

Em 1621 fora criado o estado do Maranhão e Grão-Pará, com a capital em São Luís, fundada por franceses e conquistada por portugueses. Os casais açorianos tiveram grande importância na ocupação do Nordeste, principalmente daquele território, onde se procurava afastar a pretensão francesa, pois havia a convicção de que a amazônia continha o mítico *Eldorado*. Se os portugueses povoassem a entrada da grande bacia, afastariam os franceses.

Desde os primeiros tempos, houve açorianos devotados à Igreja: em 1546, Manuel Tristão era referido no serviço de saúde da Companhia de Jesus no Brasil, e Francisco Pinto tem seu retrato no tecto da sacristia da Catedral Basílica Primacial de São Salvador (BA), antiga capela do Colégio dos jesuítas, erguido ainda no séc. XVI.

Festa do Divino. Miguelzinho Dutra, 1841, Museu Paulista, SP

No séc. XVIII, a corrida do ouro para Minas Gerais e Centro Oeste atraiu numeroso fluxo de portugueses. A estimativa é que esta corrente migratória foi duplicada. São inúmeras as referências ao reduzido deslocamento das famílias de Portugal continental, entretanto os ilhéus se deslocam com as suas para aquelas regiões. Na evolução do garimpo do ouro, internalizou-se comportamento familiar curioso: o homem no garimpo, e sua família, chefiada pela mulher, a cuidar da criação de animais domésticos (porco e galinhas) e produzir alimentos de forma artesanal (doces, licores e embutidos de porco), para complementar

o orçamento doméstico. Em Pouso do Rio Verde, hoje Conceição do Rio Verde (MG), foi documentada a presença das mulheres açorianas, de nascimento ou ascendência, organizando comércio de enchidos (linguiças e torresmos) conservados em banha de porco, tradição que persiste. Diz-se que o pé de moleque, doce de amendoim com rapadura ou açúcar derretido, aqui surgiu por inspiração açoriana. Supõe-se até, sem poder afirmar, que mãos açorianas criaram a goiabada cascão. Há indícios da presença de pequenos agricultores de origem açoriana no sopé da Mantiqueira, produzindo alimentos que abasteciam tropeiros de mercadorias para seu comércio na região mineradora.

Foto: Luissilveira

Festa do Espírito Santo. Coroa da Freguesia da Vila Nova, Ilha Terceira, Açores

No Paraná, uma iguaria regional, a "vaca atolada", é praticamente igual à "alcatra" açoriana. As famosas rendas de bilro e de filé, que se espalharam no Nordeste e em Santa Catarina, têm origem açoriana.

A viola de sete cordas, parte da bagagem do imigrante açoriano, é a viola da terra, ligada aos cantares, aos serões e às desfolhadas. Pela tradição açoriana, ela fazia parte do dote do casal, o marido ao chegar em casa a tocava para se acalmar do dia de trabalho.

As festas ao Divino Espírito Santo vieram dos Açores e aqui se enraizaram, podendo ser encontrada em praticamente todas as regiões do país, ainda que com características locais distintas, mas mantendo em comum a pomba branca e a santa coroa, a coroação de imperadores e a distribuição de esmolas. Em Diamantina/MG, é tradição em semanas anteriores a Pentecostes, distribuir e consumir o pão de massa doce e o alfenim, em formato de pomba, em louvor ao Espírito Santo. Nas "cidades do ouro" existem Irmandades do Divino que, na estratificada sociedade colonial brasileira, agregava as famílias ricas e poderosas.

Também dos Açores, outra herança: técnicas de marcenaria utilizando encaixes e malhetes, e dispensando as ferragens de fixação, devido ao seu alto preço, o que se tornou típico para produção de móveis ou revestimento de cedro nas igrejas, na marcenaria de Minas.

Rio Grande do Sul e Santa Catarina são estados intensamente povoados com famílias açorianas. Provavelmente elas construíram a estrutura social, formando o escudo lusitano característico do Brasil meridional. As marcas são inúmeras: armação de baleeiras, captura e processamento de baleias; plantio de trigo; captura de gado solto e, posteriormente, pecuária; fabrico de charque na região de Pelotas; criatório de mulas, sem esquecer a Chamarrita do folclore gaúcho.

A produção meridional, articulada pela economia do ouro, foi posteriormente fundamental para o desenvolvimento da economia cafeeira. Assim sendo, a contribuição da imigração açoriana plasmou integração territorial decisiva para a unidade nacional do Brasil.

O Brasil colonial foi percebido pelos açorianos como a "terra de promissão"; sua contribuição, muito importante para a formação do Brasil atual. Vultos históricos brasileiros descendem de açorianos: Machado de Assis, Cecília Meireles, Bento Gonçalves da Silva, Carlos Lacerda, Getúlio Vargas. Este, pelos seus dois patronímicos – Dorneles e Vargas –, é descendente direto e uma das figuras mais proeminentes no séc. XX do Brasil.

Recordando Vitorino Nemésio, em *Corsário das Ilhas*: "O açoriano civilizou largamente as suas ilhas e ainda teve vagares para ajudar a fazer a terra alheia, sobretudo o Brasil"...

*** Ilhas Afortunadas**

Nome dado ao Paraíso, nas mitologias grega e céltica. Hesíodo, poeta grego, as via como os lugares em que os deuses acomodavam os heróis e as almas favorecidas após a morte. Acreditava-se que elas ficavam no Oceano Ocidental (Atlântico). Os Açores, Canárias e Cabo Verde seriam partes emersas da mitológica *Atlântida*. Modernamente, estes arquipélagos e o da Madeira formam a *Macaronésia* (grego: *makaron = afortunado*). Sobre o tema, versos de Fernando Pessoa:

As Ilhas Afortunadas

Que voz vem no som das ondas
Que não é a voz do mar?
É a voz de alguém que nos fala,
Mas que, se escutarmos, cala,
Por ter havido escutar.

E só se, meio dormindo,
Sem saber de ouvir ouvimos
Que ela nos diz a esperança
A que, como uma criança
Dormente, a dormir sorrimos.

São ilhas afortunadas
São terras sem ter lugar,
Onde o Rei mora esperando.
Mas, se vamos despertando
Cala a voz, e há só o mar.

In Mensagem, Terceira parte / O Encoberto

IDALINA ANDRADE GONÇALVES
Pós-graduada e Mestre em Psicomotricidade e Biomedicina
Fundadora e Presidente da Associação dos Amigos Escritores e Poetas na Escola

Uma ilha chamada TERCEIRA

"Angra op Tercera", gravura da baía e de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira. Autor desconhecido, c. início séc. XIX

HELIO BRASIL CORRÊA DA SILVA

Terras longínquas, existentes ou lendárias, sobrevivem sob diversas formas: na curiosidade, na saudade, no imaginário. Quando reais, serão recriadas se assim nos pede o espírito. Antes que me inteirasse da material existência do arquipélago dos Açores, viviam essas ilhas na minha imaginação envoltas na bruma do mistério, um desenho de montes e penhascos, campos inóspitos de lavas resfriadas, céus cortados por pássaros negros. Boa parte, fruto da imaginação infantil ao ouvir, de minha avó paterna, as narrativas de sua infância na Ilha Terceira, onde nascera, nos meados do século XIX. Os nomes de lugares, nem sempre eufônicos, mais das vezes engraçados – "Biscoitos",

Desenho do autor

Faijãs", "Caldeiras" e tantos outros – , buliam com minha imaginação. A descrição dos tipos, suas histórias, ora trágicas ora cômicas, chegavam a mim na linguagem simples e precisa de quem fora atenta e sagaz testemunha. Relembrando suas narrativas, surpreendi-me com a memória da anciã, pois, ao fugir da pobreza, ainda menina, deixara sua terra e seus pais pelas mãos da madrinha, rumo ao Brasil.

Bem mais tarde, ao me deparar com os belos desenhos de Van Gogh recriando lavradores na colheita ou na partilha da refeição de batatas, imaginei meus ancestrais à semelhança daqueles, na faina campesina. Seriam assim, rudes de aspecto, faces vincadas, cabeças cobertas por chapéus disformes, roupas e calçados

misturados à poeira castanha dos campos cultivados – as figuras do mestre holandês ajustando-se às narrativas familiares. Recriei na mente a vida áspera dos lavradores da Terceira lembrando os suspiros de saudade e, no passado, a perdida voz da ilhoa. Mal nascido o sol, contava-me, meus bisavós deixavam a filha pequena, só, em seu berço tosco e marchavam para a lavoura ao lado dos outros camponeses. Amarrada às mãos da menina deixavam uma batata doce, cozida, envolta em um tecido leve, tal fosse improvisada mamadeira. Mesmo passados dezenas e dezenas de anos, minha avó afirmava lembrar-se do sabor do alimento, sugado quase por instinto. Horas mais tarde, retornavam os pais para a primeira refeição, a sopa mesclada de verduras, a açorda e as carnes gordas. E, de novo, deixada no berço, a menina aguardaria o retorno daqueles corpos fatigados, adormecidos antes que o sol se escondesse.

Busquei as informações possíveis sobre a terra que me era revelada, aos poucos, através das histórias dos parentes, ouvidas da saudosa avó, uma saga de lutas, perdas e reencontros. Personagens, vestes, cenários. Como recriá-los?

Recorrendo aos mapas, espantei-me com o isolamento do arquipélago, situado em pleno Oceano Atlântico, bastante afastado da península ibérica e da costa africana. Em livros e revistas surpreendi-me com a beleza áspera de certas regiões, as encostas e as lâminas de lava resfriada a que chamam biscoitos, vestindo as caldeiras, o que restou das crateras de vulcões extintos. Vive ainda o arquipélago sob fantástica lenda: seriam as ilhas os picos emersos da lendária Atlântida, mítico continente, berço de uma civilização avançada e que desapareceu em catástrofe geológica.

Observei a configuração do arquipélago, composto por nove ilhas: Santa Maria, São Miguel, Terceira (antes, chamada do Jesus Cristo), Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e do Corvo. As duas últimas, as derradeiras a serem descobertas.

De lá, vieram meus antepassados portugueses, mais particularmente da Ilha Terceira. A avó que apresento como cronista teria vindo para o Brasil na companhia da madrinha, por volta de 1880. Descendia de ramos com os sobrenomes Gonçalves, Cardoso e Martins. Casou-se com outro açoriano, vindo da mesma ilha, apenas alguns anos antes, talvez em 1870. Deste avô, recebi o sobrenome Corrêa da Silva. Seu pai, meu bisavô paterno, o enviou para o Brasil na companhia da mãe e permaneceu, por razões explicadas como "políticas", na ilha (seria um liberal?). Finalmente, livrando-se dos encargos, pouco tempo depois, embarcou com destino ao Brasil para reencontrar a família e, quem sabe, iniciar nova vida. Os fados, porém, lhe foram adversos. Após uma parada do navio em Dakar, na costa africana, um passageiro macabro subiu a bordo: a peste. Muitos passageiros e tripulantes morreram, dentre eles, meu bisavô que teve, como os demais, o Atlântico como tú-

Foto: Luissilveira

Fortaleza de São João Baptista do Monte Brasil, Angra do Heroísmo: vista da ponte de acesso ao Portão de Armas

Foto: Luissilveira

Cidade de Angra do Heroísmo na atualidade, ao fundo o Monte Brasil

mulo, jamais chegando ao Brasil. Aqui permaneceram sua viúva e o filho único. Em segundas núpcias, esta bisavó agregou-se à família dos Arruda, também ilhéus e da mesma aldeia na Ilha Terceira.

Do lado materno, recebi o sobrenome Brasil. O pai de minha mãe, outro ilhéu, teria vindo na última década do século XIX para nossa terra, onde já o esperava o irmão mais velho, aqui estabelecido como negociante de carne. Este sobrenome Brasil trazido por portugueses da Ilha Terceira me faz pensar na origem local, visto que a cidade de Angra do Heroísmo, capital dos Açores, tem como referencial geográfico o Monte Brasil – uma península que, elevada do mar, guarda a embocadura da pequena baía. Havendo consenso que o significado do nome é oriundo de brasa ou braseiro, e que na montanha assentou-se uma fortificação, servindo de referência à navegação quando em seu cume acendiam-se fogueiras (brasis), ocorre-me terem estes antepassados ganhado o nome a partir de função naquele monte.

As histórias contadas por minha avó oscilavam entre trágicas e cômicas, anedotas próprias da simplória vida de aldeia que por lá se levava. E mesmo a família não escapava das sátiras, das maledicências e das alcunhas. Assim, os do lado mais pobre de meus ancestrais ilhéus autointitulavam-se "os formigas", por serem, orgulhosamente, paupérrimos e humildes trabalhadores. Chamavam os parentes mais aquinhoados pela fortuna e que exibiam vestes elaboradas, enfeitadas de bordados e rendas, de "forfolhos", termo sempre pronunciado com indisfarçável desprezo. Ou inveja? Ressalve-se que um pequeno e gracioso pássaro das ilhas tem o nome de ferfolho, também chamado estrelinha, o que atenuaria as intenções agressivas do apelido. Mesmo assim, nada impediu que incontáveis matrimônios se realizassem entre primos mais ou menos distantes, de um lado e de outro, vencendo rivalidades.

Foram estas narrativas, mais do que os textos e a copiosa iconografia do arquipélago lusitano, que me recriaram os Açores e, em especial, a Ilha Terceira e sua destemida sede. Angra do Heroísmo resistiu ao invasor espanhol e, no século XIX, acolheu D. Pedro IV (nosso Pedro I) à frente das tropas lusas em busca do trono usurpado por seu irmão Miguel.

Sugestões de Leitura

SOUZA, João Soares de Albergaria de. "Um cidadão Açoriense" *in Corographia Açórica de descripção phizica e histórica dos Açores*. Lisboa: N'a impressão de João Nunes Esteves, 1822.

BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes de degredados: as primeiras expedições ao Brasil*. Coleção Terra Brasilis, vol. II. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

BRAZ, Henrique. *Ruas da cidade* (notas para a toponímia da cidade de Angra da Ilha Terceira) e outros escritos. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985.

COSTA, Carreiro da. *Esboço Histórico dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores; Braga: Livraria Editora Pax Ltda, 1978.

FORJAZ, Cândido Pamplona. *Outros tempos... outras gentes* (Coleção Insula n.º 14). Angra do Heroísmo: Instituto Açoreano de Cultura, 1978.

MERELIM, Pedro de. *As 18 Paróquias de Angra*. Semanário Histórico, 1974.

VELOSO, Pedro (texto) e AVBERSEK, Kaja (fotos e ilustrações). *Nos Açores*. Texto Editora, 2006.

Helio Brasil Corrêa da Silva
Arquiteto e escritor
Autor de *São Cristóvão, Memória e Esperança*. Col. Cantos do Rio (Relume-Dumará/ Prefeitura da Cidade do Rio)

Portugueses continentais e insulares no Rio Grande do Sul

VÉRA LUCIA MACIEL BARROSO

A disputa territorial ao sul do domínio português na América, conforme rezava o Tratado de Tordesilhas (1494), tem sido intensamente trabalhada não só por pesquisadores do Rio Grande do Sul, como de outros estados brasileiros e do mediterrâneo do Prata.

A historiografia colonial sul-rio-grandense, sustentada teoricamente por diferentes correntes é unânime, na importância da política portuguesa empreendida no século XVIII, que determinou a bem-sucedida conquista da então Capitania do Rio Grande de São Pedro.

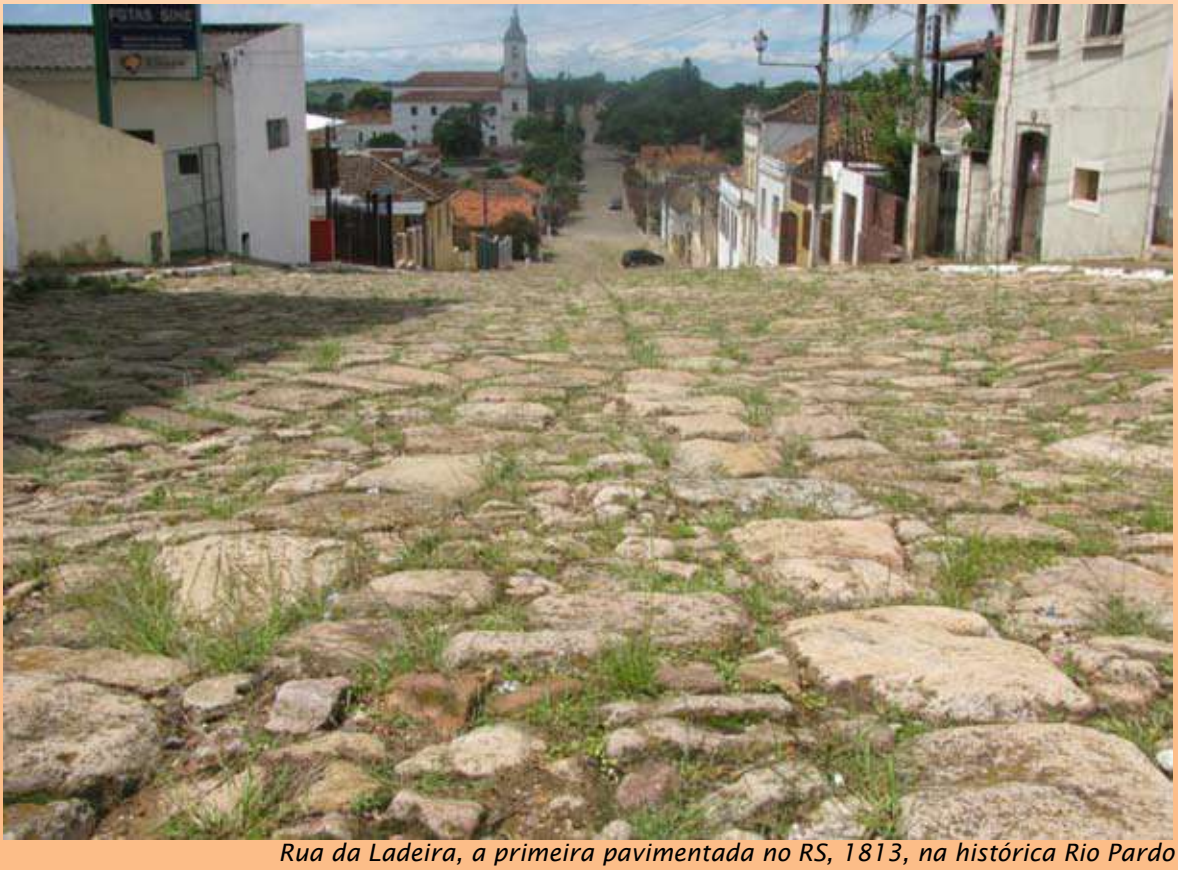
Com a fundação da Colônia do S. Sacramento, em janeiro de 1680, deu-se a arrancada do avanço lusitano sobre o território de posse espanhola na América Meridional.

Para além dos embates militares entre as duas coroas ibéricas, o ciclo do tropeirismo desencadeado na aurora dos 1700 foi decisivo para a ocupação do espaço oriental do Rio Grande do Sul. O litoral gaúcho palmilhado por tropeiros que foram se *arranchando* e requerendo sesmarias, possibilitou a posse de particulares, em nome do rei, e por ele concedidas.

Os caminhos do litoral, a contar de 1700, em direção à serra, rumo aos campos de Lages e Curitiba para alcançar Sorocaba, em São Paulo, estabeleceram um corredor econômico de base povoadora portuguesa, que, até meados do século XVIII, já se mostrava nítido e evidente. Já na década de 1730, os campos de Cima da Serra, nas pradarias da Vacaria dos Pinhais eram palmilhados por tropeiros no Rio Grande do Sul. Vivia-se então um processo irreversível, o do avanço português em direção ao Cone Sul, ainda que resistido pelos colonizadores a serviço de Espanha. Desta disputa resultaram tratados, notadamente o de Madrid, assinado em 1750. Ele foi vital para a expansão lusa, para além do leste, empurrando a fronteira viva rumo a oeste, em direção ao Rio Uruguai, divisa com a atual Argentina.

É sabido que a calha do Rio Jacuí já vinha recebendo povoadores em nome de Portugal, no fluxo dos confrontos militares. Mas, será a contar de 1750, quando se determinou que o espaço do oeste missioneiro fosse incorporado a Portugal em troca da área da Colônia do Sacramento (atual cidade de Colonia, no Uruguai),

Foto: Rene Hass



Rua da Ladeira, a primeira pavimentada no RS, 1813, na histórica Rio Pardo

para a Espanha, que se viverá a conjuntura fundante do avanço português no oeste missioneiro do Rio Grande do Sul. Portanto, lusos continentais e luso-brasileiros já estavam, a partir da segunda metade do século XVIII, demarcando o espaço em conquista, a oeste. Mas, o que ocorre é que a Coroa Portuguesa destinou, conforme o Tratado de Madrid, a região missioneira aos açorianos que estavam em busca de terras além-mar, visto suas ilhas apresentarem dificuldades concretas para nelas permanecerem. Emigrar urgia!

Os chamados *casais de número* (famílias) começaram a chegar, a contar de 1752, rumo a Rio Pardo, base portuguesa recém-fundada, para atender às necessidades dos trâmites da demarcação territorial do Tratado de Madrid. Entretanto, os índios missionados, forçados a abandonarem seu território a serviço de Espanha, resistiram e deflagraram a Guerra Guaranítica.

O conflito arrastou a delimitação que acabou sendo suspensa e o Tratado de Madrid anulado, anos depois, em 1761 com o Tratado de El Pardo. Mas, os açorianos já haviam chegado e para sobreviverem tinham que se localizar para agricultar a terra, na esperança do chão prometido.

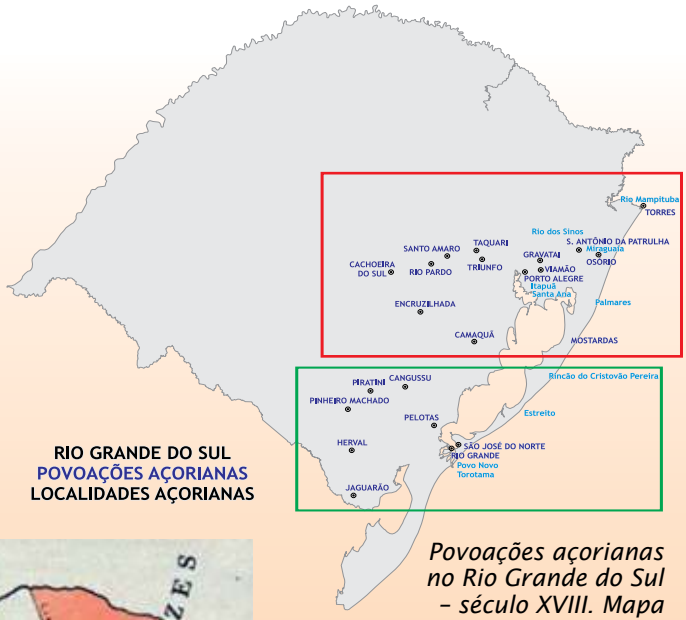
Situando-se inicialmente no litoral sul e cercanias, ponto de chegada dos ilhéus, com a invasão espanhola de 1763 ocorreu sua dispersão. Em fuga, por terra e *águas adentro*, os açorianos se espalharam, via Lagoa dos Patos e calha do Jacuí, não só na direção do litoral norte, centrando-se parte deles na área do Porto do Dornelles (depois Porto dos Casais, a atual Porto Alegre), como também rumo ao oeste, fazendo nascer povoados no Vale do Rio Pardo e seu entorno (oeste da Capitania sulina).

Fronteiras dos dois impérios, pelo Tratado de Santo Ildefonso

Inegavelmente, os açorianos em "verdadeiro palco de guerra" se viram forçados a migrar para várias partes da Capitania, colocando-se em diferentes espaços, a ponto de se poder afirmar que é impossível haver algum município do Rio Grande do Sul que não tenha povoadores de raízes insulares. Somente nas duas décadas finais do século XVIII é que as terras prometidas passaram a ser oficialmente concedidas aos açorianos.

Como soldados e agricultores, estavam na nova terra a serviço do reino pátrio, e foram artífices da ampliação e fixação da fronteira lusa, que ajudaram a empurrar para além do extremo Jacuí, alcançando o disputado solo missioneiro.

Ainda que o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777, tenha feito recuar, e muito, a posse portuguesa no Rio Grande do Sul, a criação dos campos neutrais foi a brecha que colaborou para a indefinição dos limites entre as coroas na região, estimulando assim, a partir de então, a difusão da política de concessão de sesmarias (grande propriedade) que foi acelerada e incessante.



Povoações açorianas no Rio Grande do Sul – século XVIII. Mapa produzido pela autora

Foi a tal ponto que o servidor da Coroa Espanhola na antiga São Gabriel – Félix de Azara –, ao escrever sua *Memória Rural do Rio Prata* alertou ao seu rei, que sem cessar "estabelecimentos portugueses" avançavam sobre os seus domínios. E evocava a urgência de se tomarem medidas, caso contrário em quatro anos, a Espanha poderia vir a perder o referido território. Era o ano de 1801 – maio. Não levou quatro anos. Passados quatro meses, em agosto, deu-se a tomada das Missões pelos portugueses, mantida pelo Tratado de Badajós, logo assinado, consumando definitivamente o Rio Grande do Sul como território português, até a independência brasileira. Mas aí é outra história.

Depois vieram os alemães, os italianos e tantos outros, já no século XIX, chegados da Europa em outras condições e com outras possibilidades de acolhimento no Rio Grande do Sul, realidade muito diversa daquela vivida pelos açorianos, instalados em tempo de colonização no extremo-sul brasileiro.

Referências

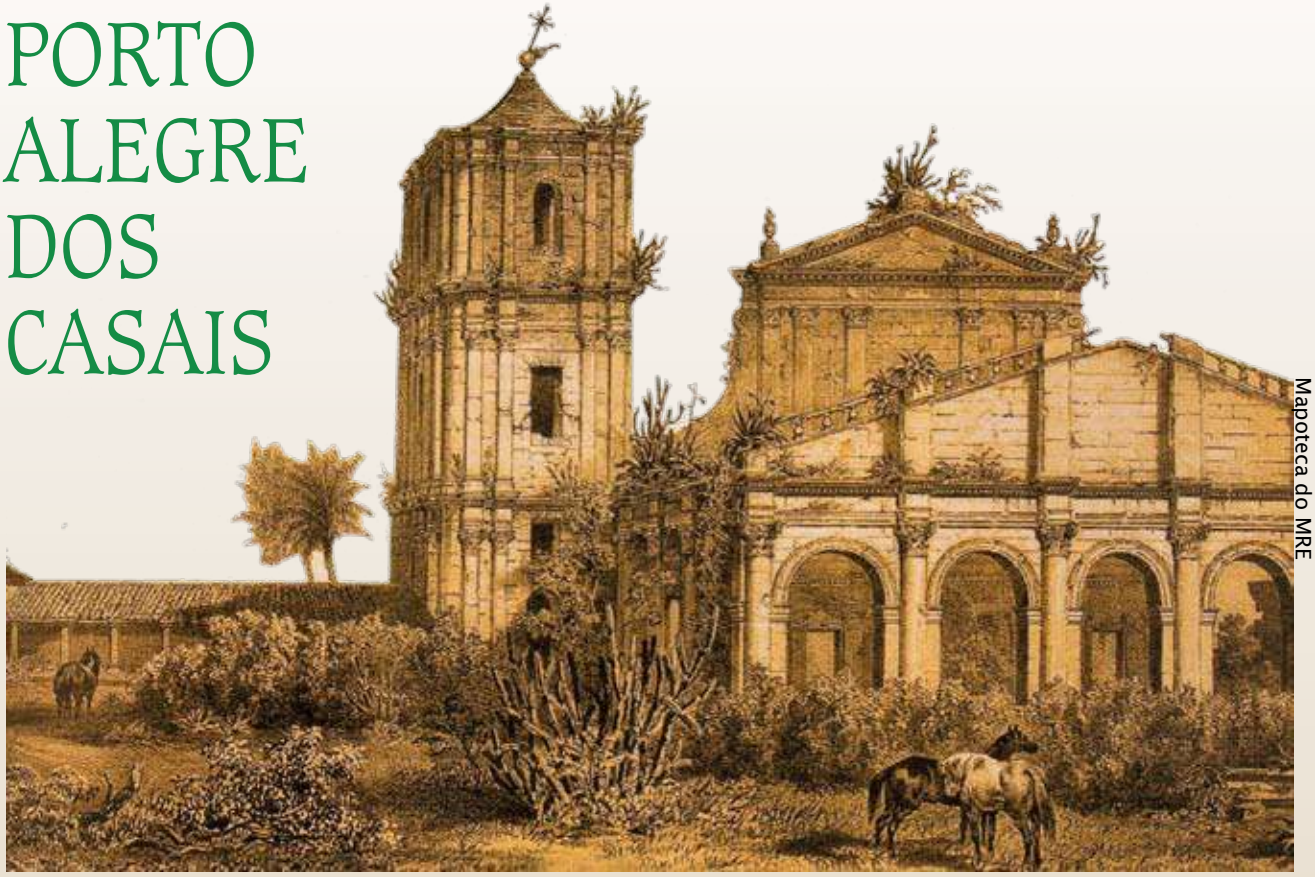
ALVES, Luiz Antônio. *Memorial açoriano*: genealogia do século XVIII: Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 2005.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1992.

_____. *Açorianos no Brasil:* História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.

VÉRA LUCIA MACIEL BARROSO
Doutora em História, Professora da FAPA
Historiadora da Santa Casa de Porto Alegre e
Membro Efetivo do IHGRGS

PORTO ALEGRE DOS CASAIS



Mapoteca do MRE

Ruínas da igreja de S. Miguel Arcanjo, Sete Povos das Missões. Adolphe D'Astrel, 1846

MARLEY SILVEIRA POLETTO

O território rio-grandense foi motivo de disputa em lutas armadas durante muitos anos entre espanhóis e portugueses, consequência dos Tratados de Tordesilhas e Madrid. Enquanto isso, um povo lutava pela sobrevivência nas Ilhas dos Açores, possessão portuguesa situada no nordeste do Oceano Atlântico. No arquipélago formado por nove ilhas vulcânicas, a vida dos açoritas não era fácil. O isolamento insular, os constantes tremores de terra e erupções vulcânicas, a escassez de terras férteis geravam fome e desemprego. Os parcos recursos e a pouca perspectiva de vida faziam dos ilhéus seres sem esperança.

A necessidade de assegurar a soberania do território do Rio Grande fez com que o governador da Repartição do Sul, Antônio Gomes Freire de Andrada (1685-1763, 1.º Conde de Bobadela) mandasse publicar um decreto nas referidas ilhas, prometendo posse de terras e completa subsistência aos casais que desejassem povoar esta região do Brasil. Era o sonho da *terra prometida* oferecido aos habitantes dos Açores. Grande foi o número de casais alistados. Seriam assentados nas terras de domínio espanhol onde estavam as reduções jesuíticas dos Sete Povos das Missões. Através do Tratado de Madrid, em 1750, essas terras foram permutadas pela Colônia do Sacramento com os portugueses.

Assim, atendendo às promessas do governo português que exigia casais jovens (homens com menos de quarenta anos e mulheres, menos de trinta), um contingente de 586 casais aportou na ilha do Desterro em Santa Catarina. No mesmo ano, 1752, alguns foram levados até Viamão/RS. Outros ficaram em Rio Grande. Os de Viamão se estabeleceram na sesmaria concedida a Jerônimo de Ornellas, nas margens do "lago" Guaíba, formado pelas águas dos rios Sinos, Caí, Gravataí e Jacuí. O grande lago comunica-se com a Lagoa dos Patos e esta, com o Oceano Atlântico, através da barra de Rio Grande. Foi um caminho aberto para as navegações sendo, na época, único meio de comunicação entre as povoações existentes no litoral.

Não há registros precisos sobre número, nomes ou datas dos primeiros habitantes da Ilhas dos Açores que se estabeleceram nas terras de Ornellas, hoje Porto Alegre. Em *Os Casais Açorianos*,[1] afirma João Borges Fortes:

> *Nem Pereira Coruja, o nosso grande cronista, nem o venerando Felicíssimo de Azevedo, a história viva de Porto Alegre, conseguiram organizar a relação dos primeiros casais que aqui aportaram em 1742 e se estabeleceram pelas grandes áreas onde existem atualmente a principal artéria da Capital – A Rua da Praia – e a movimentada Estrada do Meio.*

O plano de realizar o povoamento do território dos Sete Povos das Missões pelos açorianos não se concretizou na época prevista, como queria o governo português. Os índios revoltaram-se contra a entrega de suas comunidades, organizadas e estabelecidas por mais de um século; os espanhóis, não satisfeitos com a permuta da grande extensão de terra pela exígua "praça" da Colônia de Sacramento, também se opuseram à demarcação dos novos limites. Tal resistência gerou as Lutas Guaraníticas – 1752 a 1756. Durante esse período, os casais açorianos destinados a povoar as novas terras foram esquecidos. Ficaram abandonados à própria sorte, vivendo sem o prometido, e dispersos ao longo do litoral gaúcho.

Diz Danilo Lazzarotto, em *História do Rio Grande do Sul:*[2]

> *Durante mais de vinte anos, na sua maior parte, andaram eles à matroca, abrigados em choças, gemendo sua desdita, numa condição muito pior do que a dos índios imigrados para o domínio português. Sem terra, sem subsídios, nem animais nem sementes e instrumentos agrários.*

Em 1763 a povoação de Rio Grande foi tomada pelos espanhóis. Entre militares, portugueses e açorianos uns fugiram para São José do Norte e outros para Viamão. O governo da Capitania de São Pedro do Rio Grande muda-se para a Freguesia de Viamão. Estes fatos aumentaram o movimento no Porto de Viamão que passou em 26/3/1772 a ser a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais. Hoje Porto Alegre considera essa a data de sua fundação. Ironicamente, a invasão trouxe para a Freguesia novo impulso de desenvolvimento. Além de centro comercial, administrativo e militar, a cidade também oferecia serviços de estaleiros. As embarcações portuguesas aí se abasteciam com víveres, podendo fazer pequenos reparos nos cascos e nos velames.

Em vista do desenvolvimento rápido e da situação geográfica privilegiada, um ano depois, em 25/7/1773, a Freguesia recém-criada foi rebatizada. Com o nome de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre passou a ser a capital da Capitania de São Pedro do Rio Grande.

Hugo Ramirez observa, em *Paradigmas da Açorianidade no Rio Grande do Sul*,[3] que:

> *A freguesia de Porto Alegre, localizada contígua a Viamão... foi erguida em 1772, sobre três sesmarias. A de Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcelos, a qual se estendia do dorso do morro Santana até a planície do norte. A de Sebastião Francisco Chaves, – O Chico da Azenha, a ocupar a parte do meio desse território. E a de Dionísio Rodrigues Mendes, a abranger da porção de morros, ao sul, às enseadas do lago Guaíba até Belém Velho.*

Por ordem do governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, coube ao engenheiro e capitão Alexandre José Montanha o louvável trabalho de reorganizar e demarcar as terras prometidas aos casais açorianos. Dividindo as datas das sesmarias, ele assentou a todos. Jerônimo de Ornellas, desgostoso com a presença dos ilhéus em suas terras, vendeu-as a Ignácio Francisco que, junto com os outros sesmeiros, possibilitou a realização do plano de Montanha. Assim, ele abriu o Caminho do Meio que ligava o Porto dos Casais a Viamão. Assegurou a titularidade patrimonial de cada assentamento familiar. Entregou as ferramentas de trabalho, os gêneros e as vantagens que haviam sido prometidas. Abriu ruas e caminhos, esboçando assim a futura cidade. Colocou ordem no caos reinante, assegurando a prosperidade familiar e coletiva da povoação crescente.

Os açorianos procuraram a costa mais profunda do Guaíba para montar suas habitações. O fato proporcionou melhor instalação de estaleiros e deu maior acesso à navegabilidade. As moradias foram se estendendo ao correr das margens do rio, nomeando ao local Rua da Praia, ainda conservado. É o ponto de referência mais conhecido em Porto Alegre até hoje, embora em 1865 tenha recebido o nome de Rua dos Andradas.

Nos primeiros anos do séc. XIX, o Porto dos Casais foi núcleo de apoio às forças portuguesas instaladas no delta do Jacuí, que tinham a missão de desbravar o interior do Estado. A movimentação inten-

Fotos da autora

Travessa dos Venesianos

Foto: Ricardo André Frantz

Monumento aos Açorianos, escultura de Carlos Tenius, no Largo dos Açorianos; ao fundo, o Centro Administrativo do Estado

sa com a chegada e o trânsito dos barcos pelo porto dava caráter alegre ao lugar, mesmo porque era traço característico dos açorianos a jovialidade e a alegria. Trabalhadores, apegados à família, de prole numerosa, honestos, com forte tendência gregária e hospitaleira, os ilhéus demonstravam muito amor à música, ao canto e à dança. Essas características foram transmitidas aos descendentes. Mesmo miscigenados com outras etnias e culturas, elas estão bem nítidas no perfil do povo gaúcho. A Freguesia desenvolveu-se rapidamente. Conservou o *status* de Vila Capital até 14/11/1822, quando recebeu finalmente carta de D. Pedro I concedendo-lhe o título nobiliárquico de *Cidade Leal e Valorosa* estampado no brasão.

Porto Alegre hoje é uma pequena grande cidade, progressista e ao mesmo tempo provinciana. Indústrias de ponta e comércio desenvolvido, tem fisionomia moderna apesar de seus edifícios estarem entremeados de prédios baixos, antigos, bem conservados, destacando-se pela arquitetura dos três últimos séculos: a Igreja de Nossa Senhora das Dores com sua imponente escadaria; o suntuoso Solar dos Câmaras, a mais antiga das residências construídas na cidade; o prédio que abriga o Museu Joaquim José Felizardo, uma chácara construída na antiga Rua da Margem, hoje Rua João Alfredo; a Casa de Cultura, antigo Hotel Magestic; a Cervejaria Bopp (Brahma); a Confeitaria Rocco; a atual casa Tumeleiro; o conjunto de prédios da Faculdade Federal e muitos outros, que se tornaram atrações turísticas.

Muitos bairros conservam o nome dado pelos açorianos. Num deles, a Cidade Baixa, encontramos a Travessa dos Venezianos, tombada pelo Município, cujo nome deriva de antiga denominação da Rua Joaquim Nabuco, com casario nos moldes açorianos. O conjunto de casas, construídas em fita, paredes divisórias únicas e comuns entre elas, telhado contínuo, fachada estreita. Num lado da rua as casas mostram duas janelas e a porta ao centro. Na calçada em frente, também geminadas, casas com a porta e apenas uma janela lateral. Mesmo após reformas e tentativas de modernização elas conservam na parte externa esses detalhes.

A Ponte de Pedra, junto ao Monumento aos Açorianos, é um dos marcos da cidade. Restaurada sobre o espelho d'água, tornou-se cartão postal da colonização açoriana. Confirmando a inscrição do monumento: "Jamais sonhariam aqueles casais açorianos, que, da semente que lançavam ao solo, nasceria o esplendor desta cidade". O Rio Grande do Sul deve, ainda hoje, muito do que é aos anônimos ilhéus que, vindos dos Açores, aqui encontraram a "terra prometida".

Referências

[1] BORGES FORTES, João. *Os Casais Açorianos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2. ed., pp. 51-52.

[2] LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2. ed., 1976, pp. 54-55.

[3] RAMIREZ Hugo. *Paradigmas da Açorianidade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições Caravelas ICP, 2005, p. 33.

MARLEY SILVEIRA POLETTO
Licenciada em Letras
Membro do Instituto Cultural Português e do Partenon Literário/ Porto Alegre
Ilustradora e redatora da revista CAOSótica – Letras, Artes e Ciências
Autora de *Dos Açores ao Litoral, Rastros de Cultura* (ed. ilustrada, no prelo)

Arquipélago dos Açores e Litoral Catarinense

Século XVIII a XXI

Joi Cletison

Fotos do autor

Bandeira do Divino e arquitetura em São José – SC.

Após a dissolução da União Ibérica em 1640, iniciou-se a disputa pelas terras do Brasil Meridional. Na época, as coroas portuguesa e espanhola assinaram o Tratado *uti possidetis*, reconhecendo que o dono de um território seria quem nele estivesse estabelecido. Começa, então, a corrida entre Portugal e Espanha para ocupar o território anteriormente demarcado pelo Tratado de Tordesilhas.

Portugal cria a capitania de Santa Catarina, em 1739, e nomeia como primeiro governador o Brigadeiro José da Silva Paes, engenheiro e grande estrategista militar, que constrói varias fortalezas para proteção da Ilha de Santa Catarina, das barras dos rios Grande e Uruguai. Em 1746 foi publicado nos Açores Edital Régio, convocando casais para migrarem para o sul do Brasil.

A saga dos colonizadores açorianos, que em meados do século XVIII aqui chegaram marcou indelevelmente a cultura regional, numa das importantes operações de transferência de população realizada pelo Império Português em toda a sua história. No curto período de oito anos foram transportados para a Ilha de Santa Catarina, para o litoral catarinense e para o Rio Grande do Sul, mais de 6 mil açorianos, mesclados com madeirenses e portugueses continentais.

Para um arquipélago que possuía população de pouco mais de 140 mil habitantes, distribuídos em nove ilhas – Terceira, Pico, Graciosa, São Jorge, Faial (região central); Santa Maria, São Miguel (região oriental); Flores e Corvo (região ocidental) –, a saída de tão considerável número de pessoas causou forte impacto em muitas vilas dos Açores, notadamente as da região central, que pediram providências à Coroa Portuguesa para estancar a sangria demográfica.

Ainda que habitando o Arquipélago dos Açores, a população estava distribuída em três regiões administrativas diretamente subordinadas à Metrópole, o que gerava rivalidades regionais. Consciente destas rivalidades, os organizadores do processo da emigração açoriana para o Brasil, ocorrida entre 1748 e 1756, transferiram estruturas sociais estáveis, com presença majoritária dos habitantes de determinada ilha na organização da freguesia, ou seja, na consolidação da unidade político-administrativo-religiosa vinculada ao Império Português.

A exemplo desta concentração de pessoas podemos citar as pesquisas de Vilson Farias, que estudou algumas freguesias do litoral catarinense, e constatou que a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito da Terra Firme concentra faialenses; a de São José da Terra Firme são-jorgenses e a de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa da Ilha de Santa Catarina, maioria terceirenses, ainda que habitantes de outras ilhas nelas estivessem presentes.

Para a Coroa Portuguesa, os açorianos que tinham preferência de embarque no Porto de Angra do Heroísmo eram as famílias constituídas. A estratégia de migração em casais para o sul do Brasil funcionou muito bem. Com esta política, as famílias permaneceram nos

Fortaleza São José, grupo folclórico em Florianópolis e renda de bilro

locais onde foram assentadas, e isto constituiu a maior contribuição para a manutenção da cultura que trouxeram – o modo de ser e fazer, a religiosidade, as lendas, crenças e mitos. Aqui reproduziram o modo de vida que tinham nos Açores: as formas de trabalhar a terra, construir casas, produzir roupas e utensílios, preparar alimentos, cultuar a fé e, também, de se divertir com músicas e danças.

Passados mais de 260 anos do processo migratório, o povo do litoral catarinense ainda mantém fortes traços originais da cultura multissecular implantada no século XVIII pelos colonizadores açorianos.

Cortejo da festa do Divino Espírito Santo na comunidade de Santo Antonio de Lisboa. Florianópolis – SC

A expansão horizontal desta população ao longo da costa catarinense e fundo dos vales litorâneos influenciou na construção da identidade regional com forte matriz cultural açoriana. Embora esta cultura ao logo deste período tenha sofrido influência da de outros povos, como indígenas e africanos, e alemães, italianos, poloneses que chegaram um século depois, podemos certamente afirmar que há, na identidade cultural do catarinense do litoral, a herança açoriana. Para caracterizá-la, usamos a expressão do historiador Vilson Farias, "cultura de base açoriana". Cultura esta fortemente marcada pela religiosidade que perpassa folclore, lendas e mitos, literatura popular, hábitos e costumes, artesanato, arquitetura, brincadeiras infantis e gastronomia.

A dificuldade em manter esses valores originais tornou-se verdadeiro desafio diante da expansão do turismo balneário na região, e do avanço das mídias, que introduziam novos padrões de comportamento e apelos mercadológicos, colocando em risco de desaparecimento os tradicionais. Então, o que fazer?

O Núcleo de Estudos Açorianos – NEA da Universidade Federal de Santa Catarina foi criado no ano de 1984, com objetivo de investigar a epopeia açoriana no sul do Brasil. Muitas pesquisas foram feitas, mas os resultados não foram devolvidos à comunidade. Em 1992, um grupo de idealistas ousou romper os limites acadêmicos, propondo ações interativas, envolvendo pesquisadores universitários, leigos, administrações públicas e privadas, numa verdadeira cruzada em defesa da cultura de base açoriana. Pesquisar, interagir culturalmente, promover eventos, capacitar professores, pesquisadores e integrantes de grupos culturais locais, orientar projetos de revitalização cultural foram ações que provocaram verdadeira revolução no litoral catarinense.

O orgulho pela identidade açoriana se tornou forte componente regional, produzindo verdadeira revitalização cultural, com a retomada de grupos folclóricos e valores culturais em risco de desaparecimento.

A coordenação deste trabalho à frente do Núcleo de Estudos Açorianos, entre 1992 e 2000, foi do professor Vilson Francisco de Farias e teve a participação fundamental de Francisco do Vale Pereira, Gelci José Coelho, Nereu do Vale Pereira, Eugênio Lacerda, Sileide Lisboa, Acir Osmar de Oliveira, Ana Lúcia Coutinho, do autor deste texto e de dezenas de outros colegas, que formaram e ainda integram o Conselho Deliberativo do NEA. Em 2000 assumi a coordenação, que permanece sob minha orientação.

Desde as primeiras reuniões, no início dos anos de 1990 até os dias atuais, realizaram-se centenas de cursos de capacitação, envolvendo milhares de pessoas, especialmente professores que atuam no ensino fundamental e médio. Além disso, organizaram-se festas em prol da valorização e reoxigenação da cultura, tornando-a referencial regional, e revitalizaram-se dezenas de grupos folclóricos e diversas práticas culturais. Esta dinâmica continua surpreendendo o meio universitário, pois se mantém em plena ação por mais de duas décadas, sob a liderança de um Conselho Deliberativo formado por mais de 50 instituições.

O trabalho do Núcleo de Estudos Açorianos, da Universidade Federal de Santa Catarina, liderando as ações no litoral catarinense, juntamente com o governo da Região Autônoma dos Açores é uma experiência única de parcerias interinstitucionais, que independe de cores nacionais, partidárias ou de níveis sociais, em prol da defesa e valorização da cultura popular, e abrange a área de 15 mil quilômetros quadrados, numa extensão de 500 km de costa atlântica onde vivem mais de 1,5 milhões de habitantes, em 45 cidades que ainda mantêm a cultura de base açoriana.

O amor e a persistência são forças que nos movem em defesa da cultura popular de base açoriana de Santa Catarina!

Joi Cletison
Historiador
Diretor do NEA da Universidade Federal de Santa Catarina
www.nea.ufsc.br

SER PORTUGUÊS NO BRASIL

Coleta de óbulos para a Festa do Divino. Debret 1826

CÁSCIA FRADE

A presença portuguesa em nosso país se faz notar em diferentes formas com que a cultura se manifesta, além da própria língua. Seja na culinária, na música, em formas lúdicas, em danças, na literatura – escrita e oralizada, em produções artesanais, em festas. Há que se observar que, em decorrência da dinâmica que preside a própria cultura, as matrizes originais, aqui implantadas pelo processo colonizador, vão sofrer mutações e adaptações ajustadas ao novo contexto, despontando com novos contornos. A introjeção à "corrente sanguínea" da vida social, como num movimento dialético, confere enorme intensidade a essas transformações, levando-nos, com frequência, a considerar que são expressões nativas, descoladas de suas distantes origens.

Tomo como exemplo os chamados "Reisados", grupos de cantores populares presentes em terra lusitana que buscavam, cantando em casa de devotos no período natalino, rememorar a saga dos Reis do Oriente à procura do Deus recém-nascido. Foi com essa forma e esse sentido que os jesuítas o introduziram em solo brasileiro. Aqui, a grande aceitação pelos colonizados provocou expressiva difusão por todo o território brasileiro e, em se tratando de um contexto social híbrido, estimulou o surgimento de outras formas, que por sua vez acarretaram mudanças na es-

Foto J.W. Freire

Folia de Reis. Sagrada Família da Mangueira

trutura, na composição dos integrantes, na performance, no calendário de apresentação. Assim, temos como oriundos do Reisado português, o Bumba meu boi (Nordeste), com suas variantes: Bumba-boi (Maranhão); Boi-bumbá (Norte); Boizinho (Centro-Oeste, Sudeste, Sul); Boi de mamão (Santa Catarina, Paraná), Boi de reis (Espírito Santo); Guerreiros (Alagoas), Folia de Reis (Sudeste, Centro-Oeste); Trança (Sergipe); Turundu (Minas Gerais); e o que manteve o nome, Reisado (Nordeste).

Um fenômeno interessante ocorreu com a Festa do Divino, que também mereceu grande dedicação em todo o território brasileiro e obteve expressiva importância na história política do país.[1] Legitimada pela celebração de Pentecostes, este culto nos chegou também no período quinhentista e se consolidou sobretudo com a vinda de imigrantes açorianos, até a primeira metade do século XX.

As tensões entre as práticas populares lusitanas e o poder clerical provocaram uma aproximação dos modos de ritualização segundo o modelo da liturgia católica pós-conciliar, levando a desaparecer ou mesmo simplificar práticas que escapavam ao controle eclesial. O resultado foi que, na grande maioria dessa festividade, observa-se uma celebração ajustada aos códigos de uma liturgia renovada da Igreja Católica. Entretanto, outras vertentes podem ser observadas, como é o caso do Maranhão e do Rio de Janeiro. No estado nordestino essa comemoração é promovida pelos adeptos das "Casa das Minas", uma forma regionalizada de culto de origem africana, desenvolvida por antigos escravos e seus descendentes. Caracteriza-se por transe ou possessão, com danças e cânticos em língua jeje, acompanhados ao som de tambores e outros instrumentos de percussão.

No Estado do Rio de Janeiro observamos dois diferentes modos de cultuar o Divino: o que articula aspectos litúrgicos com práticas populares laicas, e os que são totalmente realizados sem interferência da hierarquia religiosa. O primeiro caso pode ser observado na cidade de Saquarema – onde a "festa da igreja" é precedida do ritual denominado "Bênção da farinha", executada por um grupo precatório, liderado por um mestre-cantor da "Folia do Divino"; e em Paraty – que além da presença da Folia que peregrina no período que antecede a data da festa, no dia de Pentecostes o Menino-Imperador reproduz o gesto histórico da soltura de um preso em homenagem ao Divino.

Festa do Divino, Paraty.
Secretaria de Cultura/RJ

O segundo caso ocorre em Niterói, em Nilópolis e na cidade do Rio, onde açorianos natos e seus descendentes asseguram a realização desse evento, com absoluta independência. Para isso criaram uma Irmandade, construíram sede própria contendo capela e grande área para a execução de particularidades da celebração que busca não perder sua originalidade, reproduzindo o modelo vigente na terra distante. Há desfile de "vitelos do Divino", cânticos populares regionais, leilão de massa sovada, distribuição de carne e pão, jantar composto por "sopa do Divino" e "Alcatra ao vinho", regados por vinho português. Além da homenagem que pretendem devotar ao Santo-protetor do arquipélago açoriano, aspira-se a um reforço da identidade, por meio de um processo contrastivo e uma integração de grupo étnico imigrante.

Referência

[1] Segundo Luis da Câmara Cascudo, no seu *Dicionário do Folclore Brasileiro* (São Paulo: Melhoramentos, 1979), a atribuição do título de Imperador a D. Pedro, por José Bonifácio de Andrada e Silva (1822), foi em razão de o povo do Brasil estar mais habituado com o nome de Imperador (do Divino) do que de rei.

CÁSCIA FRADE
Doutora em Antropologia da Educação
Prof.ª do Departamento Cultural da UERJ
e da Faculdade Angel Vianna

Império do Divino, Joaquim de Fiore e Açores

Noeli Dutra Rossatto

O CULTO AO IMPÉRIO DO DIVINO E OS AÇORES

As festas e os cultos ao Império do Divino Espírito Santo, com certeza, são uma das expressões genuínas do povo lusitano, sem similar no resto do mundo cristão. Principalmente nos Açores, lugar onde as perseguições da ortodoxia eclesiástica dificilmente alcançavam, as celebrações se conservaram intactas, guardando fidelidade às suas origens medievais e joaquimitas. Em data posterior, elas migraram com os açorianos para muitas regiões não só do Brasil, mas também dos Estados Unidos, Canadá e Venezuela entre outros. Os estudiosos indicam estas celebrações populares como sendo a representação simbólica do advento da Terceira Idade do Mundo, de acordo com o pensamento do abade calabrês Joaquim de Fiore (1135-1202). Para Joaquim, considerado profeta em seu tempo, a história da humanidade percorreria, desde a Criação até o Fim do Mundo, três estados, e cada um deles seria vivido sob a influência de uma das três pessoas da Trindade. A lei mosaica marcaria a Idade do Pai; a lei do Evangelho de Cristo, a do Filho; e a futura lei do Evangelho Eterno, a Idade do Espírito Santo.

Gioacchino da Fiore, em afresco de 1573, Catedral de Santa Severina, Calabria, Itália

Alguns traços característicos a estas idéias são até hoje visíveis nas festividades. A coroação de três reis, em que um reimenino é ladeado por outros dois personagens com mais idade, indicaria que a Terceira Idade será um período de paz e prosperidade governado pelas crianças. As cores, presentes nas vestimentas dos participantes ou na própria arquitetura das casas das Irmandades do Divino, correspondem às mesmas utilizadas por Joaquim de Fiore para simbolizar o período do Filho, em azul, e o do Espírito Santo, em vermelho, o que reforça a ideia de ser esta a celebração da passagem do segundo para o terceiro estado do mundo. Acrescente-se a isso os simbolismos da Bandeira do Divino com a pomba branca (ou vermelha) ao centro; da soltura dos presos (nos tempos mais remotos) e da distribuição farta de alimentos (bodo), que representam o advento do Terceiro Estado do mundo a ser vivido na plenitude da graça, da paz, da liberdade e da abundância de bens.

ORIGENS DAS FESTAS DO DIVINO

É bastante provável que as Festas do Divino tenham se originado da confluência entre a obra de Joaquim de Fiore, os franciscanos espirituais e a Coroa Portuguesa, remontando ao tempo em que a Coroa de Aragão tomou posse do Sul da Itália, por volta de 1282. Foi neste período que Isabel (1269-1336), a Rainha Santa, criou a Confraria do Espírito Santo de Alenquer (1292).

As Festas do Divino logo se transformam em devoção popular, expandindo-se para o restante das terras lusitanas. Seu apogeu ocorre entre o fim do século XIV e a primeira metade do XVI, coincidindo com o auge da expansão marítima portuguesa, o que não deixa dúvidas a respeito da íntima relação entre os temas. Também não há dúvida de que estas festividades terão apoio da monarquia num momento de disputa entre a Igreja e o Império. Vinha ao encontro do nascente Império Português, em atrito com Roma, o conjunto de ideias defendidas pelos franciscanos espirituais. Para a monarquia em disputa com o clero era importante uma ordem que pregava a substituição da corrompida ordem clerical pela nova ordem monástica. Além disso, para a monarquia recém-nascente, que queria se afirmar e estava atrás de riquezas, era importante a pregação franciscana da pobreza evangélica e da distribuição dos bens eclesiásticos. Assim, os

franciscanos espirituais perseguidos pelo papado encontraram amparo na monarquia portuguesa. Devido a isso, a devoção popular ao Divino terá reflexos imediatos na política portuguesa de estado e, no momento de seu apogeu, estará mesclada com as doutrinas do Quinto Império e do Sebastianismo. Em suas origens, como até hoje em muitos casos, o clero não participa das festividades, estampando com isso um dos resquícios das ideias joaquimitas de que a ordem clerical seria substituída por uma ordem monástica. Mais tarde, longe das perseguições eclesiásticas, as celebrações vão frutificar nas Ilhas dos Açores e daí se transladam para a América.

Foto: Maria Regina S. de Oliveira

Um dos símbolos da Festa do Divino Espírito Santo na Vila Rabo de Peixe, Ilha de São Miguel dos Açores

ATUALIDADE E DIFUSÃO

As festividades, a simbologia e o ideário joaquimita acompanharão o povo açoriano em sua viagem para a América, e depois para as mais remotas e distintas regiões do Brasil. De norte a sul do país, os espaços que foram colonizados por açorianos até hoje guardam vivas, entre seus descendentes, as tradições ligadas aos cultos e celebrações do Império do Divino.

Foto: rbrum

Império de São Sebastião, Ilha Terceira

Sabemos que essas idéias reaparecem mescladas ao ideário profético-utópico do Sebastianismo e do Quinto Império, reunindo escritos emblemáticos da cultura luso-brasileira, tais como a obra profética do Padre Antônio Vieira (1608-97), as *trovas* do sapateiro Gonçalo Annes Bandarra (1500-56) e parte da poesia de Fernando Pessoa (1888-1935), sobretudo o poema *Mensagem*.

Sabemos ainda que este comum substrato cultural deu amparo a colorida e variada galeria de personagens populares, que encarnam monges, profetas, beatos e beatas, como é o caso de Antonio Conselheiro, no episódio da Guerra de Canudos (Bahia, 1896-7); dos três monges e do Joaquim-menino, na Guerra do Contestado (Paraná e Santa Catarina, 1912-6); ou do movimento dos monges barbudos (Rio Grande do Sul, 1935-8).

Além disso, é importante destacar que a estreita vinculação entre a utopia joaquimita e as celebrações ao Império do Divino já vem sendo estabelecida por estudiosos de diferentes áreas. Neste sentido, temos estudos sugestivos, como o livro do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, *O divino, o santo e a senhora*, de 1978, que, com depoimentos, documenta de forma inusitada a viva presença do ideário joaquimita no imaginário popular brasileiro. Mais recentemente, temos a sugestão de uma utopia da Idade Feminina do Espírito Santo, nos escritos da açoriana Natália Correia (1923-93). Outros, a partir da mesma matriz teórica, fazem alusão a uma utopia sertaneja que afiança o mítico lugar das Bandeiras Verdes no interior da floresta amazônica.

Esse levantamento busca esclarecer as razões de haver em nosso país tantas e tão variadas formas de devoção ao Divino.

Referências

BRANDÃO, C. R. *O Divino, o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

MOURÃO, J. A.; FRANCO, J. E. *A influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa. Escritos de Natália Correia sobre a utopia da Idade Feminina do Espírito Santo*. Lisboa: Roma Editora, 2005.

ROSSATTO, N. D. (Org). *O simbolismo das Festas do Divino Espírito Santo*. Santa Maria: Facos-Ufsm/Fapergs, 2003.

_____. *Joaquim de Fiore: trindade e nova era*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

NOELI DUTRA ROSSATTO
Doutor em Filosofia pela Universidade de Barcelona
Professor do Dep. de Filosofia da U. F. de Santa Maria – UFSM
Autor de *Joaquim de Fiore: Trindade e Nova Era*
Organizador dos livros *O simbolismo das Festas do Divino; Ética & justiça* (Palotti); *Filosofia e Educação – confluências* (Facos-Ufsm) e *Diferença, cultura e educação* (Sulina)

Simplício, um pintor cabo-verdiano no Brasil*

JEAN MICHEL MASSA

Antiga colônia portuguesa, Cabo Verde tornou-se independente desde 1975 e, atualmente, é bem conhecido no Brasil, que acolhe numerosos estudantes desse arquipélago do Atlântico. Sua música é reconhecida, Cesária Évora uma célebre cantora. Sua literatura, um pouco menos, mas Baltazar Lopes é apreciado, pois o movimento literário deste país, a partir da revista *Claridade*, se inspirou nos modernistas brasileiros, sobretudo do Nordeste – Graciliano Ramos, José Lins do Rego e outros. O nome de Amílcar Cabral, motor e artesão da independência nacional, permanece na memória cabo-verdiana.

Recuemos no tempo para recordar um outro cabo-verdiano, o pintor Simplício Rodrigues de Brito, talvez o único artista do arquipélago renomado no Brasil, embora caído no esquecimento – mas não em Cabo Verde. Pois ali o amigo Félix Monteiro dedicou-lhe alguns artigos, e foi ele que nos forneceu pistas sobre o artista. Assim, lhe consagramos espaço no nosso *Dicionnaire Encyclopedique et Bilingue Cabo Verde – Cap-Vert*, Rennes, 2001.

No decurso de viagens ao Brasil, nos deparamos com várias de suas obras. Mas, antes de mais nada, recordemos-lhe a biografia, sobre a qual ainda restam zonas obscuras, faltando um inventário completo de sua intensa atividade artística. No Brasil, acumularam-se erros ao se evocar sua vida, especialmente a respeito do lugar de nascimento, ora nos Açores, Ilha Graciosa, ora em Lisboa. Filho legítimo de João Rodrigues de Brito e de Margarida Rosa de Araújo, ele nasceu em S. Nicolau, 1784.

Por influência de seu irmão, titular da paróquia de N. Sra. do Rosário, em 1795, e pela indicação do bispo de S. Nicolau, sede da diocese na capital Ribeira Brava, ele é enviado à Santa Casa de Misericórdia em Lisboa, para estudos de medicina. Daí se perde seu rastro, por um tempo. Acredita-se que ele tenha aprendido o ofício com um pintor italiano, instalado na capital portuguesa, preferindo os pincéis ao bisturi.

Depois ele deixa Portugal, passa pelo Brasil e se instala entre 1814-5 como pintor na Argentina, retornando ao Rio antes de 1820, talvez atraído pelo

In MASSA, F. e J.M. *Relation Journalière d'un voyage fait en 1699 aux îles du Cap-Vert*, Duplessis

Vista de Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde. Joannes Van Keulen, 1635

prestígio da Missão Artística Francesa. Já atuando na profissão, integra o primeiro grupo de alunos de Jean-Baptiste Debret e, em 1820, prestigiado por ele, torna-se professor substituto da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (criada por D. João VI em 1816), depois Academia Imperial de Belas Artes (1826), nela sucedendo-lhe como professor de pintura histórica, quando ele parte definitivamente do Brasil em 1831. Responsável pela primeira exposição de artes realizada no país, a *Exposição da Classe de Pintura Histórica*, em 1829, a Academia expôs, na seção de pintura, entre outras, dez obras de Debret; quatro paisagens do Rio de Janeiro de Félix Taunay, e alguns retratos de Simplício.

Foto de Marc Ferrez, 1891

Academia Imperial de Belas Artes, na antiga Travessa do Sacramento, atual Av. Passos. É pórtico, hoje, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro

As ligações mantidas com o ilustre mestre são atestadas pelo interesse do francês: Simplício é o autor – o único, no caso – de uma das ilustrações de *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* (1834-39), que ele dedica aos irmãos pedintes da Santa Casa da Misericórdia, no Rio de Janeiro.

Simplício se casa. Nomeado Pintor da Real Câmara, torna-se professor de artes da princesa Dona Maria da Glória, futura rainha de Portugal. Por seus serviços, passa a receber honrarias: o imperador Dom Pedro I lhe confere o Hábito da Ordem de Cristo, em 1826, e a mercê de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Em 1833, vem a ser professor de desenho e pintura de D. Pedro II e suas irmãs, D. Januária e D. Francisca. Com a morte de Henrique José da Silva, ocupa a cadeira de desenho na Academia. Pinta os grandes e poderosos, seus colaboradores e os participantes de instituições religiosas, outro poder no Brasil imperial. Transforma-se em personalidade no mundo artístico em progresso e, na especialidade então considerada a mais nobre, a pintura histórica, expressão do entusiasmo patriota do jovem Brasil independente. É o período mais fecundo de sua atividade – e o breve inventário de suas obras, que apresentamos adiante, o testemunha.

Após 1835 interrompe sua atividade, devido à catarata que o deixa quase cego. Jamais retorna ao Cabo Verde, de onde partira adolescente, e morre relativamente cedo, em 9 de março de 1839. Presentes à cerimônia funeral, na Igreja do Sacramento, dois artistas conhecidos: Félix Émile Taunay e Manuel de Araújo Porto Alegre.

Existe ainda um mistério a respeito desse pintor, o que, talvez, também lhe renda fama: o seu nome… No Brasil, nada de Brito, descartada a hipótese de homonímia com Paula Brito, primeiro editor e amigo do "nosso" Machado de Assis. Mas há outro patronímico não elucidado, não decodificado até hoje, pelo qual é citado: Simplício Rodrigues de Sá, ou simplesmente Simplício de Sá. O mistério subsiste…

Ele não foi esquecido pelos estudiosos portugueses de sua época. Nem por Lopes de Lima, que o reencontrou no Brasil, nem por Chelmicky ou Varnhagem, nem mesmo no *Almanaque de lembranças luso-brasileiro*, de 1889, onde J. Simões Afra o cita numa nota sobre S. Nicolau, meio século após sua morte: "Foi esta ilha pátria de Simplício João de Brito que (…) foi notável na corte do Rio de Janeiro, onde deixou nome honroso".

***

No inventário de suas obras, abandonemos as realizadas na Argentina. Limitemo-nos às do Rio de Janeiro. Muitas estão no Museu Imperial, em Petrópolis, especialmente o célebre retrato de D. Pedro I, e os de D. Pedro II infante, e D. Maria II. No Museu Nacional de Belas Artes, no Rio, há o emocionante

Francisco Gomes da Silva, o Chalaça. Museu Histórico Nacional

Antônio Luís Pereira da Cunha, Marquês de Inhampube, 1825. MNBA

Irmão Pedinte e, entre outros, o retrato de Antonio Luís Pereira da Cunha, Marquês de Inhambupe (1760-1837). No Museu Histórico Nacional, o do Conselheiro Francisco Gomes da Silva (1791-1853), mais conhecido pela alcunha de *Chalaça* – confidente e amigo pessoal de D. Pedro I, e sobre o qual a enciclopédia brasileira do saudoso amigo Antônio Houaiss observa: "serviçal para todos os fins". Encontram-se, ainda, na Santa Casa da Misericórdia, *Os Irmãos Pedintes* e *A Ceia*. Outros no Convento de Santo Antônio, coração da cidade, e algures.

Meu desejo e esperança, a partir deste artigo, é que se continue no Brasil o inventário da obra desse humilde cabo-verdiano, que partiu do nada, excelente retratista, tornado membro da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios e da Academia Imperial de Belas Artes. Embora exista a Rua Simplício de Sá, no bairro Freguesia (Jacarepaguá), Rio de Janeiro, atualmente está quase esquecido. Ele merece ser lembrado!

D. Pedro I, no traço de Simplício, c. 1830. Museu Imperial, Petrópolis

JEAN MICHEL MASSA
Doutor em literatura Brasileira
Professor Emérito de Português da Université de Rennes II – França
Autor de *A juventude de Machado de Assis (1839-1870): ensaio de biografia intelectual* (ed.UNESP), e outros

* Traduzido por: Helenice Valias

PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO:

Manuscritos sobre a História Luso-Brasileira

Arquivo Histórico Ultramarino, sediado no Palácio da Ega, Lisboa, abriga rico acervo documental

ESTHER CALDAS BERTOLETTI

Desde o início do século XIX e, principalmente após a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, interessados em estudar a História do Brasil vasculhavam os arquivos europeus em busca das fontes documentais, e inúmeros foram os copistas que se dedicaram a esta ingente tarefa, muitos com o apoio do Imperador D. Pedro II. Diversas dessas cópias de época podem ser encontradas nas instituições brasileiras, como descreve o historiador José Honório Rodrigues em *A Pesquisa Histórica no Brasil*, 3. ed. São Paulo/Brasília: Companhia Editora Nacional/INL, 1978.

Na primeira metade do século XX, não mais se copiava à mão, na íntegra, os preciosos documentos. Eram elaborados verbetes-resumos para publicação em catálogos e há alguns exemplos publicados pela Biblioteca Nacional nos seus Anais, a partir de 1910. Mas foi só a partir dos anos 1950-60 que, com o uso da microfilmagem dos arquivos, foi pensada a "transferência" na íntegra dos documentos de interesse para a história de um país, existentes em outros países. Surge então o Programa Guia de Fontes para a História das Nações, da Unesco, cuja resolução n. 4212/1974 foi decisiva para os trabalhos do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, pensado a partir dos anos 80.

Estruturado inicialmente pelo Embaixador Wladimir Murtinho, no Ministério das Relações Exteriores, passa a ser executado pelo Ministério da Cultura, atuando, desde o início dos anos 90, não só em Portugal mas em outros países da Europa e nos Estados Unidos, onde se encontra a famosa Biblioteca de Oliveira Lima, para o preparo dos diversos Guias de Fontes já publicados pelo Projeto Resgate como os da França, Holanda, Espanha, Bélgica, Grã-Bretanha/Irlanda, Estados Unidos. Encontram-se em fase de publicação os Guias da Áustria e Itália. Todos organizados e preparados para "desvelar" aos interessa-

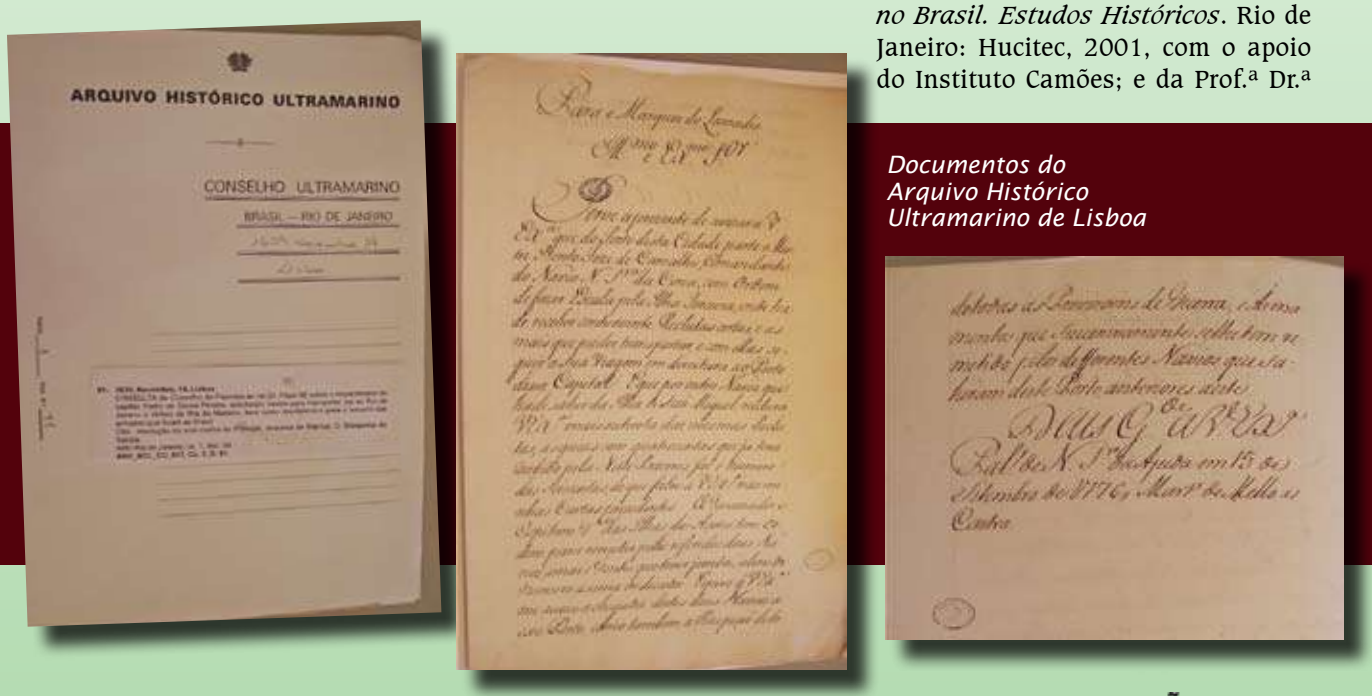
dos na história do Brasil colônia e império, as fontes primárias manuscritas existentes em instituições no exterior.

Mas o grande conjunto documental que está a ser "descoberto" pelos inúmeros pesquisadores brasileiros e estrangeiros interessados na nossa história é o que se encontra em Lisboa, no antigo Arquivo Histórico Colonial, atual Arquivo Histórico Ultramarino, onde nos anos 30 do século XX, foram reunidos mais de cinco milhões de páginas manuscritas, a partir de acervos de diversas instituições portuguesas. Deste total, cerca de três milhões de páginas manuscritas foram lidas, verbetadas, microfilmadas para que, posteriormente, aqui fosse feita a digitalização dos rolos, facilitando a pesquisa. São inúmeros os Catálogos das diversas Capitanias publicados no Brasil, pelos estados, com índices facilitadores das pesquisas, e alguns conjuntos documentais estão até sendo transcritos, como os da antiga Capitania do Ceará, pelos editores Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares. E começam a surgir, também, projetos de edição de catálogos temáticos, abrangendo os trezentos mil verbetes, como os que estão a ser desenvolvidos pela Prof.ª Dr.ª Juciene Ricarte Apolinario, da Universidade Federal de Campina Grande. E mais, encontram-se disponibilizados, *on line*, graças ao apoio da Petrobras, conforme acordo com o Ministério da Cultura, no Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília: www.cmd.unb.br.

O Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, possui em sua sede quantidade significativa dos documentos originais sobre todas as ex-colônias portuguesas e seu ultramar, em caixas cuidadosamente guardadas ao longo dos séculos e nelas podemos encontrar de tudo um pouco, inclusive muitos documentos se referem às ilhas dos Açores, Madeira, Cabo Verde, São Tomé... não fosse Portugal uma nação voltada para o mar... Os emigrados das ilhas Atlânticas trouxeram sua marca para o Brasil cuja imensa costa a todos acolheu e encantou. Na série Ultramar, por exemplo, cujo catálogo está sendo preparado para publicação em breve, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e do Real Gabinete Português de Leitura, são quase 400 documentos que se referem às questões das e nas ilhas.

A presença dos portugueses oriundos das ilhas está presente em muitos de nós... eu mesma tenho uma parte da família, os Conde, vinda dos Açores para a Bahia, e um primo d'além mar e das ilhas já brindou aos descendentes dos ilhéus no Brasil, em pesquisa compartilhada, um pouco dessa história. O livro, publicado em 2007 pela Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, intitulado *O Benemérito Visconde do Rosário*, foi escrito por Luis Conde Pimentel, que trabalha na Inspecção Regional de Actividades Culturais da Presidência do Governo da Região Autônoma dos Açores... Com grande persistência, ele buscou o passado de Manuel José do Conde que, vindo solteiro para Salvador, em torno de 1838, ali se casou e se estabeleceu, tendo se tornado um grande comerciante. Várias vezes esteve em Lisboa e ali fixou residência em 1879, mas não esqueceu a sua terra natal, criando uma escola em Graciosa, em 1876. Enfim, imigrantes ilhéus que vieram e voltaram, alguns como grandes comerciantes, beneficiando também suas terras de origem, as ilhas... Quantos descendentes desses desbravadores não estarão espalhados lá e cá? Muitas pesquisas de história de famílias poderão desvelar diversos desses passados...

Vários têm sido os trabalhos publicados sobre os imigrantes portugueses no Brasil, por conceituados pesquisadores, como os da Prof.ª Dr.ª Maria Beatriz Nizza da Silva, em livro editado pela Federação das Associações Portuguesas, 1992, no Rio de Janeiro, *Documentos para a História da Imigração portuguesa no Brasil (1850-1938)*; da Prof.ª Dr.ª Eulalia Maria Lahmeyer Lobo, no livro *Imigração Portuguesa no Brasil. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2001, com o apoio do Instituto Camões; e da Prof.ª Dr.ª

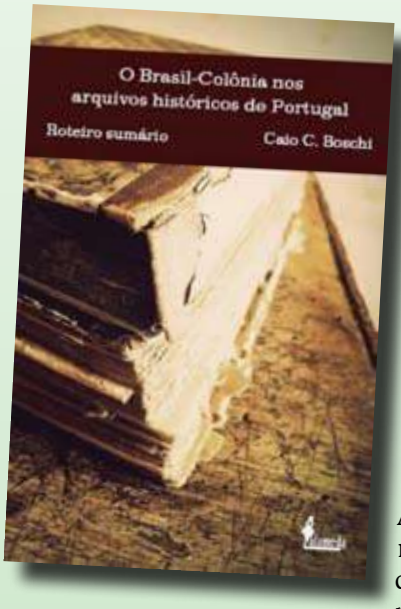


Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

Tânia Risério d'Almeida Gandon, intitulado *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX – Emigração e Comércio*, editado em 1985 pelo Centro de Estudos da Secretaria de Estado da Imigração, Porto/Portugal, e reeditado em 2010, em Salvador, pela UNEB, com o apoio da Associação Comercial da Bahia. Mais recentemente, no Rio de Janeiro, o belíssimo livro *De pai para filho*, 2010, ed. Documenta Historica, sobre os Portugueses no Rio de Janeiro, coordenado por Mozart V. Serra e Carlos Alberto Rabaça apresenta extensa bibliografia sobre o tema, a sugerir novos estudos. Sabemos todos que indicações de fontes e de bibliografias, inclusive com indicação de teses de doutorado e dissertações de mestrado (que são muitos em Sta. Catarina), para além dos livros de história de família, que podem ser encontrados na Biblioteca do Colégio Brasileiro de Genealogia/CBG, no Rio de Janeiro ou congêneres estaduais, levam a novas pesquisas e a novas publicações.

Publicações do Instituto Histórico da Ilha Terceira

Por outro lado, nos arquivos e instituições das ilhas atlânticas, encontram-se muitos e muitos documentos, para além de publicações. Tenho em mãos a cópia (não consegui o original) de excelente estudo publicado em 1985, em Angra do Heroísmo, no Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XLII, de autoria de Carlos Alberto da Costa Cordeiro, no qual descreve as intensas relações comerciais de Nicolau Maria Raposo com o Brasil, no período entre 1775-84, ou seja, em pleno século XVIII. Muito interessante a correspondência dele, um dos mais importantes homem de negócios das ilhas, com seus compatriotas que aqui se encontravam, sobre o comércio do óleo de baleia, açúcar, panos, aguardentes e vinagres, ele que chegou a ter navios para fazer o transporte das mercadorias... Neste sentido, desde que tomei conhecimento, encantaram-me as escritas por Raposo. Numa delas, de 9/8/1778, dirigida a Geraldo Gomes Campos, residente no Rio de Janeiro, se refere "à entrega da carregação de pannos que lhe remeti por sua conta e risco no valor de 691$818 reis rendimento do assucar que me enviou e estimo a serteza que me deu de reputar bem os referidos panos nece Rio".



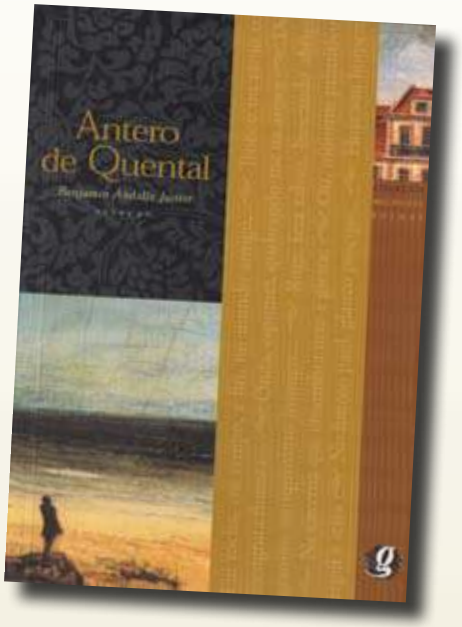
O próprio livro sobre o Visconde do Rosário indica a Biblioteca Pública e o Arquivo Regional de Angra do Heroísmo e a Conservatória do Registro Civil de Santa Cruz da Graciosa como referências de localização de documentos pesquisados por Luis Conde Pimentel. Valeria a pena conclamar historiadores/pesquisadores portugueses, oriundos das ilhas atlânticas como o Prof. Dr. Artur Teodoro de Matos, para que pensassem em realizar um Guia de Fontes sobre a história comum com o Brasil, baseada nos documentos das instituições locais, aprofundando o conhecimento nos arquivos públicos e/ou coleções privadas dessas ilhas. Citamos, por oportuno, o recém-lançado, em 3.ª edição revista e ampliada, Roteiro Sumário *O Brasil-Colônia nos arquivos históricos de Portugal*, do Prof. Dr. Caio César Boschi, ed. Alameda, São Paulo, 2011, com o apoio da Cátedra Jaime Cortesão/USP.

Convém relembrar que no Arquivo Histórico Ultramarino foram microfilmados e digitalizados cerca de três milhões de folhas manuscritas... um "mar-oceano de documentos" a ser navegado, conjunto documental a que me referi em artigo na *Revista Convergência Lusíada* n. 17, especialmente dedicado aos "500 anos de Enlaces e Desenlaces", pelo Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, 2000 (pp.102-129). Todo este mar-oceano de manuscritos encontra-se totalmente disponibilizado em várias instituições brasileiras, públicas e privadas, em microfilmes e/ou Cds e *on line*.

Estamos, pois, todos convidados à pesquisa e ao resgate da memória luso-brasileira.

ESTHER CALDAS BERTOLETTI
Coord. Téc. do Projeto Resgate Barão do Rio Branco/DRI do MinC
Técnica Consultora em Documentação da FBN
Sócia titular do IHGB
Sócia Grande Benemérita do Real Gabinete Português de Leitura

Antero de Quental

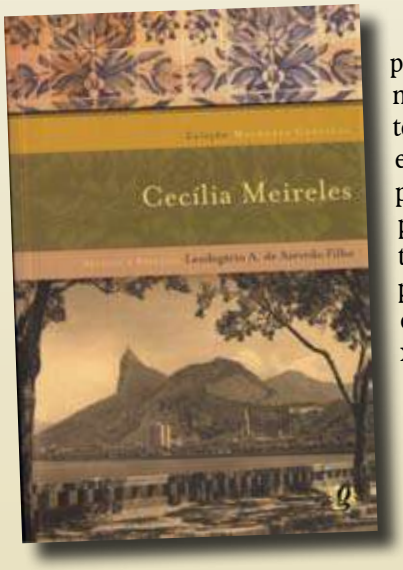


Antero de Quental, publicado pela Global Ed., faz parte da Coleção Melhores Poemas, dirigida por Edla Van Steen, e é organizado por Benjamin Abdalla Junior. Apresenta o poeta e pensador do séc. XIX, Antero de Quental (1842-1891), escritor que se destacou na história da literatura pela obra ímpar e por suas idéias revolucionárias, um verdadeiro clássico da literatura em língua portuguesa. Ele fez parte da famosa geração de 1870, que sacudiu a mesmice da vida portuguesa, procurando integrar o país no mundo moderno. Antero foi o centro dessa geração brilhante, da qual fizeram parte Eça de Queirós, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão.

Natural dos Açores, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra (1864), onde sempre assumia a liderança nos conflitos entre o conservadorismo da instituição e o espírito de rebeldia dos estudantes. Conhecido como o poeta da razão, da revolução e também do pessimismo, foi um excelente sonetista. Na prosa, revelou grande poder oratório. Seus textos ponderavam sobre a análise filosófica da história portuguesa e sobre a crítica do positivismo então dominante, a que opunha a necessidade de uma consciência espiritual no mundo.

Escreveu as *Primaveras Românticas*, só publicadas em 1872, os *Sonetos* (1861) e as *Odes Modernas* (1865), que traziam um frêmito novo à poesia portuguesa, sintetizada na frase provocadora do poeta: "a Poesia moderna é a voz da Revolução". Mas é nos *Sonetos* que se encontra a mensagem mais alta e pessoal, mais densamente humana de Antero, traduzindo-lhe os conflitos íntimos, a alta tensão espiritual, a angústia permanente de uma alma sedenta de luz. Os *Sonetos Completos*, dos mais perfeitos da língua em todos os tempos, lançados em 1886, constituem uma espécie de autobiografia. A arte, porém, não apaziguou o coração do poeta, que se suicidou, em 1891.

Cecília Meireles



Cecília Meireles, da Global Ed., Coleção Melhores Crônicas, também dirigida por Edla Van Steen, tem seleção e prefácio de Leodegário A. de Azevedo Filho.

Os leitores que conhecem Cecília Meireles apenas como poeta, não sabem o que perdem ignorando as suas crônicas. Insinuante, persuasiva, lírica, suave, feminina, sempre e sempre poeta, de uma leveza de pena dançando no ar, por vezes indignada com o desconcerto do mundo ou as travessuras dos humanos, a cronista é um caso de amor à primeira leitura.

Como em toda relação amorosa autêntica, sobretudo em sua fase inicial, a cronista está sempre surpreendendo, com uma frase feliz, uma colocação inusitada, um piscar brejeiro de olhos. No fundo desse mundo amável, porém, há um certo desencanto diante da vida, quando então se impõe "a sua tendência para o recolhimento espiritual, com leve toque de melancolia ou desencanto, para não dizer de renúncia e adeus", como observa Leodegário A. de Azevedo no prefácio.

O deslumbramento diante do espetáculo do mundo, porém, predomina nessas crônicas, divididas em três partes: crônicas em geral, de viagem e de educação. Que cada um escolha a sua praia, de acordo com as suas tendências, para iniciar a viagem. Há de tudo para todos os gostos: acontecimentos, impressões – por vezes aproximando-se do conto –, lembranças da infância, reflexões sobre sentimentos, como a cólera, ou sobre a bomba atômica. As crônicas de viagem contam fatos vistos, vividos ou sentidos em várias partes do mundo (Cecília foi uma grande viajante), quando não tocam na própria alma de uma cidade ou país. Vejam-se as admiráveis "Evocação Lírica de Lisboa" e "Holanda em Flor". Nas crônicas sobre educação Cecília dá expansão à educadora que havia dentro de si (foi professora a vida toda), consciente, sem jamais perder a ternura ou aborrecer o leitor, traçando pequenos quadros palpitantes de vida. Quadros talvez não. São mais aquarelas, de tons suaves, traços finos. Resistir quem há-de?

www.globaleditora.com.br

Contos tradicionais açorianos de Teófilo Braga

Contos tradicionais açorianos de Teófilo Braga, publicação da Calendário de Letras (Vila Nova de Gaia, Portugal), foi organizada por Anabela Mimoso, que revisita a obra do açoriano e micaelense Teófilo Braga, descortinando o patrimônio cultural do arquipélago que o viu nascer. Parte integrante dos *Contos Tradicionais do Povo Português,* ali ordenados por critério temático e não geográfico, a edição relembra e homenageia Teófilo Braga, um dos intelectuais de destaque da Primeira República, incluindo estudo introdutório sobre sua vida e obra, sua importância nacional e internacional, a origem dos contos, as variantes de alguns deles e a literatura tradicional.

A obra "oferece à fruição do leitor a graça, a concisão e a argúcia de contos e pequenas anedotas, que encerram em si o segredo das narrativas curtas, da economia do discurso, base e modelo da literatura, e, antes disso, do modo como o homem se estrutura, ao longo dos tempos", assevera Rita Taborda Duarte, reafirmando a observação de Italo Calvino que "a primeira característica do conto popular é a economia expressiva". Assim, essa redução do discurso ao mínimo indispensável prende a atenção do leitor, e ressalta o interesse etnográfico, o substrato de crenças de raiz antropológica, a dimensão sociopolítica do folclore, bem como a psicológica, no legado da obra de Teófilo Braga.

Sobre a autora/organizadora

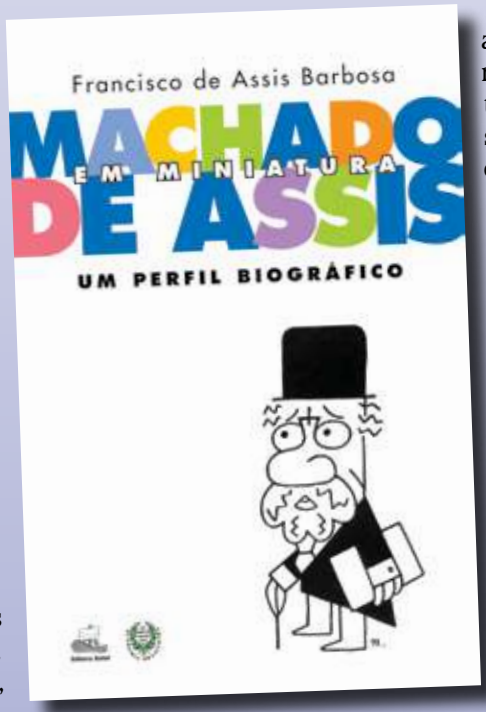
Anabela de Brito Freitas Mimoso (Lisboa, 1953) licenciada em História, mestre e doutora em Cultura pela Faculdade de Letras da Univ. do Porto, é pesquisadora na Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologia (Lisboa). Sua obra abrange de literatura infanto-juvenil *(As férias do caracol; Aquela palavra mar...)* à literatura tradicional (a obra em questão), estudos sobre a Geração de 70, além de artigos em revistas, participação em congressos nacionais e internacionais, conferências, etc. É diretora da revista didática, científica e pedagógica *Ecos*.

www.calendario.pt

Machado de Assis em miniatura

Machado de Assis em miniatura, da Ed. Batel em parceria com a ABL, e autoria de Francisco de Assis Barbosa, foi publicado originalmente em 1957, 51 anos após a morte de Machado de Assis. Este "livrinho", como modestamente o chamou o autor, apresenta de forma exemplar, sucinta e objetiva a vida de nosso escritor maior – Joaquim Maria Machado de Assis.

Com linguagem bastante acessível, o autor nos mostra desde o menino em seu mundo particular, o jovem em sua curiosidade literária, o homem feito e pleno no domínio da literatura, até o consagrado e experiente escritor que dominou como poucos a pena em seus vários gêneros, seja o conto, o romance, o teatro, a poesia e a crônica.



Nas palavras do autor, a obra apresenta os elementos que permitem recompor a fisionomia moral e intelectual do criador de *Dom Casmurro*, e, sendo de fácil assimilação e compreensão, serve para apresentar a vida e a trajetória de Machado de Assis principalmente ao público jovem.

Sobre o autor

Francisco de Assis Barbosa (Guaratinguetá, SP, 1914 – Rio de Janeiro, RJ, 1991) jornalista, biógrafo, historiador e ensaísta. Autor de uma obra em que se evidencia o rigor da pesquisa e da interpretação, escreveu *A vida de Lima Barreto*, biografia completa do grande escritor urbano, além de ter compilado e anotado a edição das *Obras completas de Lima Barreto,* com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. Entre os vários livros desse escritor voltado aos assuntos e problemas brasileiros, destaca-se a biografia *Juscelino Kubitschek, uma revisão na política brasileira* e prefácios à obra de vários autores, os quais constituem verdadeiros ensaios.

www.editorabatel.com.br

MARCELINO

Marcelino, de Godofredo de Oliveira Neto, editado pela Imago Ed., é um testemunho literário da presença açoriana em SC. Os primeiros seis mil imigrantes açorianos chegaram a Desterro, atual Florianópolis, em 1748, e deles, cerca de mil foram reencaminhados mais para o sul, onde fundam Porto Alegre dos Casais, atual Porto Alegre. A influência foi tão marcante na ilha de Santa Catarina, que ela é conhecida por alguns como a "10ª ilha dos Açores". Com o desenvolvimento vertiginoso de Florianópolis essas manifestações culturais vão aos poucos se perdendo e se restringem a locais mais isolados da Ilha. Há, porém, forte movimento de revalorização de tais costumes, que, mesmo um pouco folclorizado, caracteriza um "jeito de ser" muito típico da Ilha.

A cultura açoriana e o ambiente humano da ilha de Santa Catarina estão particularmente manifestos no romance, ambientado nos anos quarenta do século XX, cuja trama começa e termina na Praia do Negro Forro, mas entremeia lances políticos da ditadura Vargas. A personagem principal, o jovem pescador Marcelino, neto de escravo, açoriano e índio, viverá "a dramática troca da cultura açoriana da Ilha de Santa Catarina – com seus ternos-de-reis, seus pães-por-Deus e festas do Divino Espírito Santo – pelo fervilhante Rio de Janeiro da pré-guerra", o que lhe confere "densidade psicológica raramente alcançada na literatura brasileira contemporânea."

Excertos do livro mostram os hábitos trazidos por aqueles imigrantes, hábitos adaptados ao novo cenário e miscigenados aos costumes da população local:

> *É uma baleeira de bom pé. E é muito boa pra amontoar tainha, anchova, mangona, pescada e corvina das gradas... (p. 56)// Foi com ela que Lino dançou a Chamarrita... Marcelino na roda, na ponta dos pés, os braços ora atrás das costas, ora levantadas em direção ao céu, as mãos coladas (...) Dançaram juntos novamente a dança da Ratoeira... ao ritmo da gaita, do pandeiro, do tambor, da viola e da rabeca. Marcelino, de tamancos, ensaiava desajeitados movimentos da dança acompanhados de estribilhos amorosos. (p. 81-2)// As crianças brincaram no pau de fitas, assistiram ao desfile do boi de mamão e participaram da festa do Divino (...) Eve distribuiu entre as crianças dezenas de pão-por-Deus com poemas e mensagens afetuosas. (p. 120-1)//A missa e o enterro do menino em Praia do Negro Forro foram os mais concorridos, os mais silenciosos e tristes da região (...). Comadre Antonieta, de Cacupé, trouxe o filho Tonico vestido com roupas de Edinho oferecidas por dona Candoca. O menino, choroso, sabia que ao ser escolhido para a cerimônia da Coberta da Alma transformava-se aos olhos de todos na pessoa mais importante da missa. Edinho despedia-se dos amigos e da família através do companheiro de escola Tonico. (p. 134-5) // No rancho a viúva Altina mantinha um altar em homenagem ao Divino: um quadro de tecido na parede com a pombinha branca em relevo. (p. 168)// Marcelino esquadrinhou a praça. O bulício da festa do Divino preencheu-lhe os sentidos (...) A procissão ainda estava fresquinha na memória, ele ajudara a carregar a bandeira do Divino Espírito Santo pelos quatro cantos do Largo Vila Nova de Gaia. (p. 181)// Todos traziam presentes, quase sempre pacotinhos de beiju, rosquinhas, orelhas-de-gato, canjica, breves contra o mau-olhado. (...) Dona Altina trouxe uma toalhinha de renda de bilro. Mestre Anastácio um garrafão com óleo de baleia e uma garoupa defumada. (p. 185).// A viúva ficou encarregada de reunir doze crianças com menos de sete anos em volta de farta mesa com beiju, cuscuz, pamonha e bolinhos de fubá. A Mesa dos Inocentes, como a cerimônia era conhecida, foi montada à sombra de um Jamelão. As crianças rezaram pedindo a cura do capitão da baleeira Divina Açoriana. (p. 187)*

www.imagoeditora.com.br

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

JACIR J. VENTURI

Celebra-se em 5 de junho o Dia Mundial do Meio Ambiente. É insensato e irônico pois nós, humanos, que nos proclamamos inteligentes, somos os únicos a degradar o nosso *habitat*. E a Mãe Natureza é, a um só tempo, nobre e rude em seu agir. É agradecida com quem a trata bem, além de ser espontaneamente dadivosa, bela e vivificante. Porém, sabe ser pedagógica, ou até mesmo "vingativa" aos 7 bilhões de terráqueos: "se alterarem o equilíbrio ambiental, eu os arruíno" – diz ela...

Eventos meteorológicos externos como inundações, secas, tufões, tornados, furacões, incêndios florestais, são exemplos eloquentes de catástrofes naturais e o seu incremento no decurso das últimas décadas é incontestável. A Universidade Católica de Lovain, na Bélgica – centro de estudos reconhecido em todo o mundo – há 35 anos coteja estatísticas sobre os efeitos de uma natureza injuriada: os desastres naturais saltaram de 50 em 1975 para 373 em 2010. A década passada foi a mais quente desde 1850. O Ártico perdeu 40% de seu gelo permanente desde 1985. Desorientados pelo clima caótico, alguns pássaros estão mudando rotas de migração e correm o risco de extinção. Parte do lençol freático está irremediavelmente poluído pela decomposição do lixo tóxico. Em vez de se preservar o verde e a permeabilidade do solo, dê-lhe cimento e asfalto, provocando inundações urbanas.

Um estudo do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) estima que o ser humano ultrapassou em 20% os limites de exploração que o planeta pode suportar sem ser degradado. A Terra já não mais nos aguenta. É a marcha da insensatez do homem deletério, consumista e hedonista. Cálculo de alguns cientistas indicam que se todo o bem-estar dos países desenvolvidos for universalizado, necessitaremos de três Terras.

A bem da verdade, o planeta será salvo não apenas pelos governos ou ONGs, ou pela nossa comiseração, mas pelas ações concretas de cada um de nós. Não basta condoer-se com o desmatamento da Floresta Amazônica, com a morte dos ursos polares, com a extinção do mico-leão-dourado ou do minhocuçu.

A falta de proatividade se desvela naquilo que está cotidianamente ao alcance de todos: o índice de separação de lixo está estacionado há anos, apesar de todas as campanhas da mídia e das escolas. Em contrapartida, cresce em 6,8% a produção anual de resíduos atingindo em 2010 a cifra de 71 bilhões de toneladas, que corresponde a 376 kg/ano por brasileiro (de mamando a caducando). Se esse número é menor no meio rural, triplica nas cidades maiores.

Não estamos desenvolvendo a cultura do consumo responsável. Sim, embalagens e sacolas que envolvem os produtos adquiridos, além de elevar o custo, têm como destino o aterro sanitário, lixões a céu aberto, mananciais e rios.

Levantamento realizado pelo IPEA avaliou que apenas 13% de todo o lixo produzido no país é separado por coleta seletiva e consegue retornar para o sistema produtivo, na forma de matéria-prima reutilizável, e transforma-se em insumo e renda.

E para concluir, vale a *blague* que em vez de "meio" ambiente deveria ser inteiro, inteiríssimo! Nós, humanos, vivemos numa espaçonave sem saída de emergência.

JACIR J. VENTURI
Professor, diretor e
vice-presidente do Sinepe/PR

Lobato: releituras...

Laura Sandroni

Passados mais de sessenta anos de sua morte, Monteiro Lobato continua a ser o mais importante autor brasileiro de literatura para crianças e jovens. Sua obra abrange mais de 20 títulos com os personagens do *Sítio do Picapau Amarelo* e inclui inúmeras traduções do melhor da literatura internacional para esse público, a exemplo da primeira adaptação de *As aventuras de Hans Staden* em 1927 ou *Peter Pan* em 1930, além de *Alice no País das Maravilhas* e os *Contos de Grimm* entre muitos outros.

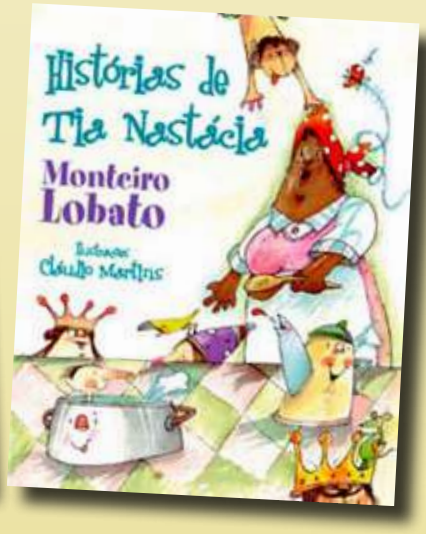
Sua obra significou um salto qualitativo, se comparada com a dos autores precedentes, pela imaginação fértil, permeada de ideias e debates sobre temas contemporâneos do Brasil do seu tempo, mas ainda atualíssimos. A narrativa lobatiana prende crianças, adolescentes e jovens (e adultos também) com a combinação de fantasia e realidade, de modo a inserir o leitor em um território fantástico, mas integrado no concreto de suas vidas. E para ser compreendido por todos, se expressa em linguagem original e criativa, na qual sobressai a busca do coloquial brasileiro, antecipatória do modernismo.

Sem ter ideia do alcance de sua obra, válida para todas as faixas etárias, mas à época desiludido com os adultos, Lobato acreditava que só as crianças poderiam modificar as injustiças sociais do mundo e, para tanto, torna-as suas interlocutoras privilegiadas. Neste sentido aborda temas sérios e complexos até então considerados impróprios para a infância: guerras, política, ciência e petróleo. Temas apresentados de maneira simples e clara, mas envoltos em tramas criativas, plenas de peripécias e adequadas à compreensão do pequeno leitor.

Apesar de suas incontestáveis qualidades, Lobato teve há pouco um de seus maiores sucessos ameaçado de censura e retirada das escolas (*O Globo*, 5/11/2010) por um órgão que assessora as políticas públicas de educação, o Conselho Nacional de Educação – CNE. Trata-se de *Caçadas de Pedrinho*, publicado em 1933 e agora denunciado como racista e preconceituoso pela forma como trata Tia Nastácia, um dos mais importantes personagens criados pelo autor. Presente na maioria dos títulos de Lobato ela representa o povo, pleno da sabedoria intuitiva e experimentada da tradição. No dizer da Emília, ela é "a ignorância em pessoa. Isto é, ignorante propriamente não. Ciência e mais coisas dos livros, isso ela ignora completamente. Mas nas coisas práticas da vida é uma verdadeira sábia".

Nastácia supre o sítio de todas as necessidades materiais e ainda encontra tempo para dar vida a alguns dos seus principais personagens: Emilia, Visconde e João Faz-de-Conta saíram de suas mãos. Participa também de várias aventuras embora em alguns casos à revelia, como em *Viagem ao Céu* onde, apesar do medo do dragão, torna-se grande amiga de São Jorge. E no *Minotauro* é quem acalma o monstro, preparando-lhe seus famosos bolinhos.

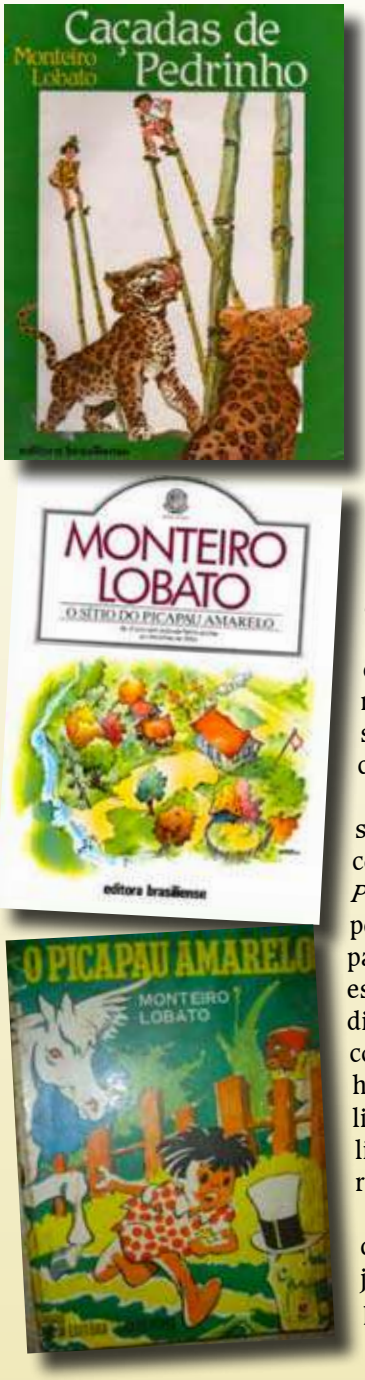
O fato de em *Caçadas de Pedrinho* e outras obras do autor aparecerem termos e situações hoje considerados por alguns em desacordo com o *politicamente correto*, não retira Tia Nastácia do seu lugar de destaque no



Sítio. Querida por todos, ela é a expressão da cultura popular e por assim considerar, Lobato dedicou a ela um título de sua obra: *Histórias de Tia Nastácia* (1937).

Sua presença no ambiente e nas histórias do Sítio representa um personagem típico da propriedade rural brasileira à época do Brasil de Lobato, a 49 anos da Abolição do regime escravagista. Sem ela o Sítio perderia um elemento fundamental da ficção, isto é, dar um toque de verossimilhança às histórias plenas de fantasia e imaginação. Em artigo publicado na revista *Veja*, Jerônimo Teixeira lembra que ao descrever Tia Nastácia "não há no texto nenhum traço de ódio racial nem a sugestão de que qualquer outra etnia seja inferior".

José Guilherme Merquior em *O Elixir do Apocalipse* traça interessante paralelo entre Lobato e Euclides da Cunha. Diz ele: "Assim como Euclides caminhou (sem abandono explícito de certas premissas racistas) do desprezo ao jagunço para o respeito épico *d'Os Sertões*, Lobato evoluiu do antiufanismo determinista de "Uma Velha Praga" – o célebre artigo em que criou a figura do Jeca-Tatu (1914) – para o reconhecimento de que a *jequice* era um problema de subdesenvolvimento e não um decreto do nosso destino étnico". No belo conto "Negrinha" Lobato revela a medida do horror que tinha à escravidão.



É interessante comparar o problema de censura agora criado contra *Caçadas de Pedrinho* com o do clássico da literatura americana *Huckleberry Finn,* de Mark Twain, banido de muitas escolas revisionistas americanas, incapazes de entender a obra literária no contexto histórico em que foi escrita, sob a acusação de racismo, porque na história, passada no século XIX, os negros são chamados pelos personagens brancos de Twain de *nigger*, palavra bem mais tarde considerada ofensiva para designar os afrodescendentes, nos EUA.

É bom lembrar também que a primeira parte de *Caçadas de Pedrinho* foi publicada em 1924 sob o título *A Caçada da onça* e relançado com o novo título em 1933. Na nova versão apareceu no Sítio o rinoceronte Quindim, inicialmente considerado animal perigosíssimo e mais tarde domado por Emilia. A tentativa de sua captura por agentes do governo enseja uma sátira demolidora à burocracia governamental, um dos alvos prediletos de Lobato, praga vinda dos tempos coloniais e até hoje um dos entraves ao desenvolvimento do país. Residiria nessa crítica mais uma das causas da censura ao livro?

Em carta ao ministro da Educação Fernando Haddad, a diretoria da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil declarou "espanto e repúdio ao parecer do CNE sobre a obra de Lobato, que não se restringe somente a ela, mas ao ato gravíssimo de censura que a sua homologação representará para a formação de leitores críticos e livres, base para uma sociedade solidária e mais justa".

Vladimir Sacchetta autor com Márcia Camargos da biografia *Monteiro Lobato, furacão na Botocúndia* diz que "a leitura feita pelo CNE de *Caçadas de Pedrinho* é estreita e preconceituosa. A parecerista está lendo o texto de Lobato com olhos politicamente corretos de 2010. Ela defende que expressões da Emília não são politicamente corretas hoje".

Já Nívea Trindade Lima, pesquisadora da Fiocruz, afiança: "Em seu conjunto, o legado do autor do *Sítio do Picapau Amarelo* não se caracterizou pelo racismo, mas pela defesa de um país que poderia dar certo se fizesse as escolhas de natureza democrática, ao se distanciar do tom moralizador, expondo contradições de uma sociedade ainda hoje atravessada por preconceitos. Se a literatura infantil de Lobato traz alguma lição, esta se encontra sobretudo na irreverência da Emília".

Concluo com a opinião consagradora de José Guilherme Merquior no livro já citado: "O autor-editor cuja estupenda propedêutica iluminista para a juventude ainda era estigmatizada pelos nossos bem-pensantes, em 1958 (!), de comunismo para crianças, deixou um consistente exemplo de literatura livre a serviço da sociedade. Essa foi a maior reinação do neto do Visconde de Tremembé no pacato sítio parnasiano e 'futurista', de nossas letras do entre guerras. Exemplo digno de ser seguido, tanto ou mais do que qualquer (como diria ele) 'ismo' de vanguarda".

LAURA SANDRONI
Jornalista (UB), Administradora (EBAP - FGV)
Mestre em Literatura Brasileira (UFRJ)
Organizadora, 1.ª Diretora Executiva e
integrante do Conselho Curador da FNLIJ
Membro Honorário do IBBY
De sua autoria, *De Lobato a Bojunga – as reinações renovadas,*
entre outros

BRASIL, o mistério do nome e as Ilhas do Atlântico

Ilha Terceira, Açores, desenho do explorador holandês Jan Huygen van Linschoten, séc. XVI, vendo-se embaixo, à esquerda, o Monte Brasil

JOHN WESLEY FREIRE

Na escola se aprende que o nome do nosso país deriva de *pau-brasil*. Mas, com o tempo, descobre-se que ele é mais antigo que o próprio país e tem etimologia discutida! Os índos o chamavam de *Pindorama* – terra de palmeiras, e a certas árvores de madeira vermelha, *ibirapitanga* – vegetais do gênero *Caesalpinia*, da Mata Atlântica, infelizmente ambas quase extintas.

Outros nomes houve: Terra de Vera Cruz e Ilha de Vera Cruz (na carta de Caminha), Terra de Santa Cruz, Nova Lusitânia e Cabrália. Estranho é saber que, antes da descoberta, o nome Brasil figurava em textos e mapas: *Brazil*, *Berzil*, *Bracie*, *Bracir*, *Brasill*, *Brezill*, *Brazail*, ilha associada ao mito da Atlântida relatado por Platão, séc. IV a.C! Diodoro, 90 - 30 a.C., num de seus 45 volumes sobre História, descreve a primeira viagem fenícia ao que seria o Brasil:

> *Os navios andavam para o sul, ao longo da costa da África, mas subitamente, perderam a vista do continente e uma violenta tempestade levou-os ao alto mar; ali, perseguindo as mesmas correntezas, descobriram eles uma grande ilha, com belas praias, com rios navegáveis, com muitas serras no interior, cobertas com imensas florestas, com um clima ameno, abundante em frutas, caça e peixe, com uma população pacífica e inteligente.*

Antes das navegações do séc. XV pouco se sabia no ocidente sobre o resto do mundo: geógrafos, cartógrafos, cosmógrafos, historiadores e navegadores fantasiavam sobre o desconhecido. O Atlântico era o *Mare Tenebrosum* para os romanos ou o *Oceano Defeso* dos gregos. Mapas de Eratóstenes, 180 a.C.; Ptolomeu, 180 d.C.; al-Idrisi, 1150 d.C.; Hereford, séc. XIII; até o de *Vinland*, séc. XV, testemunham isto.

Nos séc. XIV e XV, mapas revelam conhecimentos sobre a América, antes de Colombo! Admitia-se a existência da Atlântida, destruída pelos deuses, e das *Meropes*, ou *Merópida*, e suas fontes da juventude. Além daí, haveria *o ermo só conhecido por Deus e o fim do espaço do mundo*, segundo o Anônimo de Ravena.

Lenda celta do séc.VI d.C. conta que o missionário irlandês São Brandão teria cruzado o Atlântico e descoberto as Canárias, Açores, Madeira ou Cabo Verde, mas não a ilha de São Brandão. Entretanto, no séc. XIV, relatava-se em Portugal a redescoberta, por Sancho Brandão, da *Ilha do Brasil de Brandam*, que seria *Ho Brasile* ou *Hy Brassail*, a terra feliz ou da promissão – o paraíso. Adelino J. S. d'Azevedo defende a origem céltica: *Brazil* ou *Hy Brasil* seria a Ilha Terceira nos Açores, onde, antes de 1500, se denominava *Brasil* a um monte vulcânico. Eduardo Bueno aduz que: "o nome Brazil provém do celta *bress*, que deu origem ao verbo inglês *to bless* (abençoar). *Hy Brazil*, portanto, significa Terra Abençoada". Afirma ainda que "essa ilha mitológica, ressoante de sinos sobre o velho mar, se afastava no horizonte sempre que os marujos se aproximavam dela. Era, portanto, uma ilha movediça (...) sua localização variava de mapa para mapa".

A Ilha Brasil aparece no mapa-múndi de Hereford, elaborado por Richard of Haldingham, 1275-80. Representam-na junto à Península Ibérica, como *Insula de Brazi* (nos Atlas Médici, 1351, e planisfério de Soleris, 1385). Mapas catalães de 1350 a 84, e o globo de Andre de Behain, 1492, antes do descobrimento da América, apresentam a *Insula de Prazil*, junto à Irlanda. A relação é extensa.

Até o séc. XIX só havia corantes naturais, e o vermelho, o mais procurado. No séc. XV, a despeito do segredo, corria na Europa que os portugueses haviam descoberto a *ilha Brasil* e dela extraíam a madeira cor de brasa. E os franceses logo apareceram...

Sobram explicações sobre o nome Brasil: para João de Barros, Frei Vicente do Salvador e Pero de Magalhães Gândavo derivaria da madeira. Registros de 1706 falam em *brasileiros*, mas a iconografia francesa de *Uma festa brasileira celebrada em Rouen em 1550*, publicada por Ferdinand Denis em 1850, que consta em nossa 5.ª ed., p.21, tem o título *Figure des Brisilians*...

Para Joaquim C. da Silva, Brasil procederia do vêneto *berzi* ou *verzi*, vegetal. Basílio de Magalhães atribui ao sânscrito *bradshita*, *bradsita*, e F. Magalhães Castro ao grego *brázein*, 'ferver'.

Pesquisando sobre o tema, encontrei na internet a comunicação *O Brasil na Cartografia Pré-Lusitana*, de Paulo Márcio Leal de Menezes, do Laboratório de Cartografia/ UFRJ para o I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, que recomendo aos leitores.

JOHN WESLEY FREIRE
Professor, Especialista em Educação,
Produtor e apresentador de rádio e tv

Impérios da Ilha Terceira

Fotos: rbrum

Da Fonte do Bastardo

De São Bartolomeu

Do Porto Judeu de Baixo

Culto ao Divino, lá e cá...

Fotos: J.W. Freire

Império do Divino Espírito Santo de Catumbi, Rio de Janeiro

Altar

A cultura nos Arquipélagos do Atlântico

Centro de Conhecimento dos Açores
www.culturacores.azores.gov.pt

Governo Regional da Madeira
www.gov-madeira.pt

República de Cabo Verde
www.governo.cv